



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Robert Willecke

GOVERNO ELETRÔNICO NA MÍDIA *ON LINE*:
ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DAS INICIATIVAS DE E-GOV EM
PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS NA WEB

Dissertação de Mestrado

Florianópolis

2003

Robert Willecke

**GOVERNO ELETRÔNICO NA MÍDIA *ON LINE*:
ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DAS INICIATIVAS DE E-GOV EM
PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS NA WEB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Hugo Cesar Hoeschl, Dr.

Florianópolis

2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Willecke, Robert

Governo eletrônico na mídia *on line*: análise da repercussão das iniciativas de e-gov em publicações jornalísticas na Web / Robert Willecke. – Florianópolis: UFSC / PPGE, 2003.

xiii, 102 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Hugo Cesar Hoeschl

Dissertação (mestrado) – UFSC / EPS / PPGE, 2003.

Referências bibliográficas: f. 99-102

1. Governo eletrônico. 2. Mídia *on line*. 3. Notícia. 4. Comunicação. 5. Administração pública. 6. Mídia e conhecimento – Tese. I. Hoeschl, Hugo Cesar. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Engenharia de Produção e Sistemas, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. III. Título.

Robert Willecke

**GOVERNO ELETRÔNICO NA MÍDIA *ON LINE*:
ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DAS INICIATIVAS DE E-GOV EM PUBLICAÇÕES
JORNALÍSTICAS NA WEB**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de

Mestre em Engenharia

Especialidade Engenharia de Produção,
Área de Concentração Mídia e Conhecimento.

Aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador de Curso

Banca Examinadora

Prof. Hugo Cesar Hoeschl, Dr.

Presidente

Prof. Carlos Augusto Monguilhott Remor, Dr.

Profa. Christianne C. de S. Reinisch Coelho, Dra.

Profa. Tânia Cristina D'Agostini Bueno, MSc.

Florianópolis, 10 de setembro de 2003.

“O governo eletrônico se transformará em obsessão mundial, trazendo algo que ainda hoje é quase inimaginável: administrações públicas voltadas para o cidadão, atuando com eficácia e transparência”

Luís Nassif

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, Romeu, que me deixou como lembranças perenes a alegria, o afeto e o gosto pela simplicidade.

A minha mãe, Elsbeth, exemplo de amor, fibra e disposição para enfrentar novos desafios.

A Adriana, com meu amor, companheira constante nos momentos mais importantes da minha vida, além de incentivadora persistente.

A meus filhos Rafaela e Thiago, esteios de esperança nos momentos mais difíceis, com todo o amor que um pai pode dar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo privilégio de ter sido aluno dessa conceituada instituição; ao meu orientador, professor Hugo Cesar Hoeschl, pela confiança em mim depositada, pelo apoio que me dispensou e pelo grande exemplo de luta e capacidade de realização; a Patrícia e Christianne, pelo auxílio e troca de idéias no processo de elaboração da dissertação, e a Cláudia, pelo apoio nos aspectos burocráticos; aos professores, colegas e funcionários do PPGE, respectivamente, pelas oportunidades de aprendizagem, troca de experiências e atendimento; e aos amigos do IJURIS, pelos bons momentos de convívio e pela possibilidade de poder contribuir com a construção de uma nova instituição de referência científica no Brasil.

Finalmente, agradeço a Thiago, Rafaela e Adriana, que, com seu amor, souberam compreender minhas ausências e me dar forças para superar os obstáculos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 Sociedade da Informação, o Estado e a mídia <i>on line</i>	1
1.2 Questão de pesquisa	5
1.3 Objetivos	5
1.4 Metodologia	6
1.5 Justificativa	7
1.6 Estrutura do trabalho	8
CAPÍTULO 2 - GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL	10
2.1 Governo e cidadão na Sociedade da Informação	10
2.2 Aspectos conceituais do governo eletrônico	13
2.3 Reflexos do e-governo na gestão do Estado	18
2.4 Governo eletrônico e o exercício da cidadania	21
2.5 E-gov no Brasil: antecedentes e contexto atual	23
2.5.1 O Programa Governo Eletrônico	24
2.5.2 Iniciativas dos poderes Judiciário e Legislativo	27
2.5.3 O e-gov nas esferas estadual e municipal	28
2.6 A divulgação institucional do Governo Eletrônico	30
2.7 Perspectivas e desafios	31
CAPÍTULO 3 - COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E JORNALISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	34
3.1 Comunicação, mídia e jornalismo na Sociedade da Informação	34
3.1.1 A mídia <i>online</i>	36
3.1.2 Jornalismo <i>on line</i>	39
3.2 Educação permanente e jornalismo de C&T	40
3.3 O acesso à informação e o exercício da cidadania eletrônica	42
3.4 Um projeto de jornalismo científico sobre governo eletrônico	45
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DE PESQUISA	46
4.1 Estratégia de pesquisa	46
4.2 Trabalho de campo	49

4.3	<u>Instrumentos de coleta de dados</u>	51
4.3.1	<u>Apêndice 1 – Formulário de observação – Clipping e-Gov.br</u>	52
4.3.2	<u>Apêndice 2 – Banco de dados</u>	52
<u>CAPÍTULO 5 - RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE</u>		56
5.1	<u>Notícias</u>	56
5.2	<u>Publicações responsáveis pela notícia</u>	56
5.3	<u>Quantitativo mensal</u>	59
5.4	<u>Assuntos abordados</u>	60
5.5	<u>Função de governo</u>	61
5.6	<u>Esfera de governo</u>	62
5.7	<u>Unidade da federação</u>	63
5.8	<u>Área governamental de atuação</u>	64
5.9	<u>Órgão governamental</u>	65
<u>CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>		67
6.1	<u>Conclusões</u>	67
6.1.1	<u>Publicações com maior volume e frequência de notícias sobre governo eletrônico</u>	68
6.1.2	<u>Assuntos e instâncias governamentais com maior destaque no noticiário sobre governo eletrônico</u>	69
6.1.3	<u>Aspectos qualitativos da cobertura sobre governo eletrônico</u>	70
6.1.4	<u>A repercussão das iniciativas de governo eletrônico na mídia <i>on line</i> e na sociedade</u>	71
6.2	<u>Contribuições</u>	73
6.3	<u>Limites do estudo</u>	74
6.4	<u>Comentários finais e recomendações para estudos futuros</u>	74
<u>APÊNDICE 1 – Fontes das notícias coletadas</u>		77
<u>APÊNDICE 2 – Formulário de coleta de dados (versão e-mail)</u>		78
<u>APÊNDICE 3 – Relação de notícias coletadas durante a pesquisa</u>		80
<u>APÊNDICE 4 – Municípios presentes no portal Rede Governo</u>		101
<u>ANEXO 1 – Sítio de divulgação institucional do Governo Eletrônico</u>		104
<u>REFERÊNCIAS</u>		106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relações no ambiente de e-commerce	14
Figura 2: Esquema da E-Governança	17
Figura 3: Estruturas e relacionamentos no âmbito do governo eletrônico	25
Figura 4: Modelo da teoria de Katz e Lazarsfeld, por Bühler	35
Figura 5: Esquema metodológico da pesquisa de campo	51
Figura 6: Gráfico - Notícias coletadas por PUBLICAÇÃO	58
Figura 7: Gráfico – Quantitativo mensal de notícias publicadas	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura do banco de dados NOTÍCIAS E-GOV	53
Tabela 2: Classificação das publicações por quantidade de notícias.....	57
Tabela 3: Distribuição de notícias por MÊS.....	59
Tabela 4: Distribuição de notícias por ASSUNTO	61
Tabela 5: Distribuição de notícias por FUNÇÃO DE GOVERNO	62
Tabela 6: Distribuição de notícias por ESFERA DE GOVERNO.....	63
Tabela 7: Distribuição de notícias por UNIDADE DA FEDERAÇÃO	64
Tabela 8: Distribuição de notícias por ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL ..	65
Tabela 9: Distribuição de notícias por ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO citado	66

LISTA DE ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIMPEC – Centro Interamericano para a produção de Material Científico e Educativo para a Imprensa

CMC – Comunicação Mediada por Computador

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

GESAC – Governo Eletrônico Atendimento ao Cidadão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas

NPM – New Public Management

ONU – Organização das Nações Unidas

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WWW – World Wide Web

RESUMO

WILLECKE, Robert. **Governo Eletrônico na Mídia *On Line*: análise da repercussão das iniciativas de e-gov em publicações jornalísticas na Web.** Florianópolis, 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

A presente pesquisa teve o objetivo geral de avaliar a repercussão nos meios de comunicação das ações governamentais relacionadas ao processo de implantação do governo eletrônico. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as publicações com maior volume e frequência sobre governo eletrônico, os assuntos e instâncias governamentais com maior destaque no noticiário e avaliar aspectos qualitativos da cobertura. Trata-se de um estudo descritivo, com a análise estatística sobre um conjunto de 475 notícias coletadas de diversas fontes jornalísticas *on line* entre junho de 2001 e novembro de 2002. Confirmando os pressupostos assumidos, o estudo demonstrou que: a veiculação de notícias sobre governo eletrônico é restrita, em razão de suas especificidades tecnológicas; as iniciativas de governo eletrônico do Poder Executivo federal são veiculadas com maior destaque; a cobertura tende a enfatizar aspectos relacionados à prestação de serviços, com menor destaque para questões relacionadas ao controle social do Estado. As conclusões do estudo indicam que o debate sobre o governo eletrônico ainda se restringe principalmente à esfera administrativa do Estado, enquanto que há carência de abordagem mais ampla do tema governo eletrônico nos órgãos da grande imprensa, a qual, por deter um público leitor mais numeroso, inclusive entre a parcela da sociedade onde se situam os formadores de opinião, poderia dar uma maior repercussão social ao tema.

Palavras-chave: governo eletrônico, mídia *on line*, notícia.

ABSTRACT

WILLECKE, Robert. **Electronic Government in the Online Media: analysis of the repercussion of e-gov initiatives in Web-based journalistic publications.** Florianópolis, 2003. Dissertation (Master in Production Engineering) – Production Engineering Post-Grade Program, UFSC, 2003.

The general purpose of the work was to evaluate the repercussion, in the media, of government actions related to the process of implementation of electronic government. The specific objectives were: identify the online publications with major volume and frequency of news about e-gov, the main issues and government instances quoted in the news and also evaluate qualitative features of news coverage. This research is an analytical study, a statistical analysis over a set of classified news collected from several online journalistic sources published in Brazil, between June 2001 and November 2002. As previously assumed, the study results demonstrate that: the spreading of e-gov news is restricted to specialized publications, due to its technological features; the federal Executive initiatives are more focused than others; the coverage tends to emphasize features related to service provide, more than questions about social control of the State. The study's conclusions indicate that the debate about electronic government is restricted mainly to the administrative sphere of the State, while is a lack of a wider coverage by the mainstream media, which could give a major social repercussion to this theme.

Key words: electronic government, online media, news.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a contextualização do tema de pesquisa, e apresenta a questão, o objeto de pesquisa e a estrutura do trabalho.

1.1 Sociedade da Informação, o Estado e a mídia *on line*

Nas últimas décadas, o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico experimentado pela humanidade vem transformando radicalmente as estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade, instaurando a chamada Sociedade da Informação.

Esse movimento ocorre num ambiente de céleres mudanças na sociedade contemporânea, compreendendo um conjunto de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, que caracteriza a passagem para um novo estágio na história da humanidade e tem sido objeto das mais variadas denominações.

Um dos precursores no reconhecimento desse novo estágio foi BELL, com sua concepção de **sociedade pós-industrial**, distinguindo-a em relação à sociedade industrial. O autor estabelece cinco dimensões para definir a passagem para a fase pós-industrial, a saber:

- 1) setor econômico: a passagem de uma economia produtora de bens para uma economia de serviços;
- 2) distribuição da ocupação: a proeminência da classe de profissionais qualificados e técnicos;
- 3) princípio axial: o caráter central do conhecimento teórico com fonte de inovações e de formulação de políticas para a sociedade;
- 4) perspectiva temporal: o controle da tecnologia e a valorização tecnológica;
- 5) processos decisórios: a criação de uma nova "tecnologia intelectual". (*apud* CEVOLI, 1999, p.152)

O fato de o conhecimento e a informação se constituírem em aspectos centrais na constituição da sociedade pós-industrial, levou a formulação dos termos “Sociedade da Informação” e “Sociedade do Conhecimento”, que são largamente utilizados para designar o modo de organização social e econômica que se baseia sobre uma ampla infra-estrutura baseada nas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Cabe então definir os conceitos básicos que formam o substrato da nova sociedade. Para este trabalho, foram adotadas muitas das definições propostas por diversos autores e citadas por CASTELLS (1999), em sua obra “A Sociedade em Rede”.

Como ponto de partida, tomamos a definição de **conhecimento** tal qual formulada por BELL:

um conjunto de declarações organizadas sobre fatos ou idéias, apresentando um julgamento ponderado ou resultado experimental que é transmitido a outros por intermédio de algum meio de comunicação, de alguma forma sistemática. Assim, diferencio conhecimento de notícias e entretenimento.”¹ (*apud* CASTELLS, 1999, p.45)

Informação, por sua vez, na definição operacional de PORAT², “são dados que foram organizados e comunicados” (*idem*). CASTELLS diz preferir esta definição à formulação demasiado ampla de MACHLUP³, para quem “informação é comunicação de conhecimentos” (*idem*).

Para CASTELLS, a **tecnologia da informação**⁴ compreende “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica”, sendo a **tecnologia** entendida

¹ Foi dada preferência à tradução do original em inglês citado por CASTELLS, que pareceu mais adequada do que a praticada na versão para o português da própria obra de BELL, que é aqui citada para comparação: “um conjunto de formulações organizadas de fatos ou idéias, apresentando uma opinião refletida ou algum resultado experimental, transmitidos a outras pessoas através de algum meio de comunicação e sob uma forma sistemática [grifo conforme original]. Estabeleço assim uma distinção entre conhecimento e informações ou distrações”. (BELL, 1977, p. 199)

² PORAT, Marc. **The Information Economy: Definition and Measurement**. Washington, D.C.: US Department of Commerce, Office of Telecommunications, 1977.

³ MACHLUP, Fritz. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962.

⁴ Os termos “tecnologias da informação” (TI) e “tecnologias da informação e comunicação” (TIC) serão considerados como equivalentes neste trabalho.

como “o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira *reprodutível* [grifos no original]”⁵ (*op. cit.*, p. 49).

O autor ressalta ainda que “o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desse conhecimento e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso.” (*op. cit.*, p.51)

Para designar este novo estágio, DE MASÍ adota o termo **sociedade pós-industrial**, e pondera que

a ciência e tecnologia, que transformaram muitas instituições e muitas relações, não podem deixar de influir também na estrutura e nas funções do Estado. Nos países ocidentais, tanto a informática quanto a mídia desenvolveram-se em direções opostas: de um lado, mediante redes extremamente potentes e centralizadas que permitem monopolizar em poucas mãos imensos bancos de dados e instrumentos sofisticados para difundi-los em todo o planeta de acordo com critérios seletivos decididos pelos próprios monopolistas; do outro, mediante miríades de microcentrais (rádios e televisões independentes, computadores pessoais, jornais locais, etc.) que já cobrem continentes inteiros com uma rede de informações autogeridas. (1999, p. 84)

Nessa sociedade de base tecnológica, destaca-se a construção e rápida expansão do **ciberespaço**⁶, termo que designa

a trama informacional construída pelo entrelaçamento de meios de telecomunicação e informática, tanto digitais quanto analógicos, em escala global ou regional. Telefones, celulares, rádio e televisão; infra-estrutura de cabos de cobre ou fibras ópticas, ondas de rádio ou satélite; organizados em redes locais (Intranets, por exemplo) ou globais, tendo seus terminais de comunicação ou suas informações gerenciadas por computadores, formam o ciberespaço (DUARTE, 2003, p. 1)

Nos últimos anos, na esteira da grande expansão das aplicações da tecnologia da informação, temos observado a presença crescente do Estado no ciberespaço. Cada vez mais, o cidadão interage com o governo com a mediação de alguma interface tecnológica.

Mas, foi só recentemente que o Estado passou a incursionar na fronteira do ciberespaço. Pode-se dizer que foi precedido pela mídia, já que o novo ambiente

⁵ O conceito de tecnologia utilizado por CASTELLS é de Brooks, citado por BELL.

⁶ O termo ciberespaço foi usado pela primeira vez em 1984, pelo escritor William Gibson, em seu livro *Neuromancer*.

informacional propiciado pela comunicação mediada por computador (CMC) tornou-se campo fértil para a propagação da chamada nova mídia.

Coincidentemente, a citação de MASI acima transcrita justapõe os dois aspectos fundamentais desta pesquisa, relacionados à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) na sociedade contemporânea: a aplicação dessas tecnologias nas atividades próprias do Estado, materializada no chamado **governo eletrônico**; e o advento dos serviços noticiosos *on line*, aqui tratados como **mídia on line**, para além dos tradicionais veículos de mídia impressa e eletrônica (jornal, rádio e TV). Ambos os fenômenos foram viabilizados, em grande parte, pela expansão e consolidação da Internet, a rede mundial de computadores, retrato de um novo paradigma tecnológico que, gradativamente, impregna todos os aspectos da atividade humana.

No que diz respeito ao Estado, nas suas diversas esferas e níveis, assistimos cotidianamente à aplicação das TI nas atividades governamentais e à presença do governo no ciberespaço. O que antes eram incipientes *sites* institucionais hoje são complexos portais que nos oferecem uma vasta gama de informações e serviços públicos, cujo acesso foi formidavelmente facilitado pela incorporação das tecnologias de informação e comunicação. Em decorrência, os cibernautas vêm-se com a possibilidade de se qualificarem também como “ciber-cidadãos”.

Por outro lado, é também no ciberespaço que os cidadãos conectados à rede obtém informações sobre as questões de seu interesse, com acesso a notícias em tempo real publicadas na mídia *on line*. Uma extraordinária quantidade de informação é disponibilizada na Internet e com potencial de geração de conhecimento aumentado pela incorporação dos recursos de multimídia, interatividade e hipertexto.

É nesse contexto que se situa o tema desta pesquisa, surgido a partir de uma experiência concreta de comunicação jornalística especializada, no Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico, vinculado ao IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas⁷. Para atender a uma demanda pela

⁷ O IJURIS foi fundado em SET/1999, por pesquisadores oriundos do PPGE/UFSC, que vêm desenvolvendo projetos nas áreas de Inteligência Artificial, Governo Eletrônico, Gestão do Conhecimento e Direito. O Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico foi formado em JUN/2001.

sistematização de notícias dispersas sobre governo eletrônico, foi criado o **Clipping e-Gov.br**, divulgado pelo Núcleo e-Gov em sua página Web no site do IJURIS, e encaminhado por correio eletrônico para assinantes.

O Clipping reunia notícias coletadas em diversas publicações *on line*, com o objetivo de oferecer aos interessados no tema uma síntese noticiosa para acompanhamento dos fatos relacionados ao governo eletrônico divulgados cotidianamente. O público-alvo era constituído por pesquisadores vinculados ao IJURIS, à UFSC e membros de uma lista de discussão sobre governo eletrônico mantida pelo Núcleo e-Gov, assim como visitantes da página Web do Núcleo que manifestavam sua opção em receber o Clipping. Além destes destinatários “primários”, o Clipping também era eventualmente retransmitido por estes para outros leitores não pertencentes aos grupos mencionados.

1.2 Questão de pesquisa

A consolidação do **Clipping e-Gov.br** como instrumento de divulgação, somado ao aprofundamento dos estudos sobre governo eletrônico, nos aspectos de cidadania e controle social do Estado, e a consciência da importância do papel da imprensa na sociedade contemporânea, suscitou questionamentos no sentido de compreender melhor como o e-gov repercutia nos órgãos de comunicação social.

A pesquisa ora apresentada busca responder à seguinte questão: como repercutem nos meios de comunicação, e por decorrência, na sociedade, as ações governamentais relacionadas ao processo de implantação do governo eletrônico?

Essa questão encerra em si a interrogação fundamental sobre o impacto e o alcance social das iniciativas de governo eletrônico, a partir de sua repercussão nos meios de comunicação. Embora haja outras possibilidades de avaliar os reflexos sociais do governo eletrônico, a mídia é um excelente campo de investigação, pois se constitui em “caixa de ressonância” das questões mais relevantes para a sociedade.

1.3 Objetivos

A partir da **questão** proposta para a presente pesquisa - como repercutem nos meios de comunicação as ações governamentais relacionadas ao processo de

implantação do governo eletrônico? – foram formulados o objetivo geral e três objetivos específicos, a seguir apresentados.

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar de que modo se dá a repercussão nos meios de comunicação, e por decorrência, na sociedade, das ações governamentais relacionadas ao processo de implantação do governo eletrônico.

Como desdobramento do objetivo geral, temos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) identificar as publicações com maior volume e frequência de notícias sobre governo eletrônico;
- b) identificar os assuntos e instâncias governamentais com maior destaque no noticiário sobre governo eletrônico;
- c) avaliar no noticiário aspectos qualitativos da cobertura sobre governo eletrônico.

1.4 Metodologia

A metodologia adotada está detalhada no Capítulo 4, motivo pelo qual destacamos aqui apenas os aspectos principais.

Na formulação da estratégia de pesquisa, optou-se por uma abordagem quantitativa e pela realização de um estudo descritivo. Os procedimentos técnicos adotados compreenderam pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Em razão da característica tecnológica que lhe é intrínseca, o tema governo eletrônico é abordado com maior frequência nos veículos de comunicação presentes na Internet. Assim, o foco da pesquisa está direcionado para os veículos da mídia *on line*, aqui definidos como **publicações jornalísticas on line** presentes na Internet (*World Wide Web*), tais como jornais, revistas, *newsletters* e outras modalidades de provimento sistemático e contínuo de notícias, sejam produtos nascidos já nesta nova mídia ou versões eletrônicas de publicações da mídia tradicional.

Como embasamento teórico, este trabalho também aborda o processo de construção do governo eletrônico no Brasil, suas perspectivas e os desafios que se colocam para o futuro. Nesse sentido, apresenta aspectos conceituais, antecedentes históricos e a contextualização do tema governo eletrônico. Uma segunda

abordagem compreende aspectos relacionados à disseminação de conhecimentos concernentes ao tema, que tem caráter multidisciplinar e, embora se trate de um fenômeno relativamente recente, tem sido objeto de estudo em campos como Ciência Política, Direito, Administração, Engenharia e Ciências da Computação, entre outros.

O trabalho de campo compreendeu dois momentos. Primeiramente, a fase de coleta de dados, a partir do acompanhamento sistemático de publicações *on line*, por meio de *newsletters* e serviços de *clipping*, para a prospecção e registro das notícias objeto de estudo. Posteriormente, a etapa de análise de conteúdo, para classificação das notícias segundo parâmetros definidos para a pesquisa. Para viabilizar o levantamento empírico, a organização dos dados e a produção de informações para posterior análise, foram elaborados dois instrumentos de pesquisa: um formulário de observação e um banco de dados em planilha eletrônica.

1.5 Justificativa

A relevância da pesquisa se evidencia em razão de sua atualidade temática, decorrente da gradativa consolidação do governo eletrônico como instrumento de gestão pública e de interação Estado-Cidadão. Ademais, a acentuada velocidade na implementação de aplicações tecnológicas nos processos da administração pública, característica inerente à Sociedade da Informação, confere um sentido de urgência à produção de conhecimento sobre o governo eletrônico.

Entretanto, por se tratar de um fenômeno relativamente recente, a produção acadêmica sobre o assunto é ainda reduzida, particularmente no Brasil. É desejável, portanto, a ampliação da produção científica sobre governo eletrônico, que venha a se somar aos estudos governamentais e privados que predominam nessa área.

Finalmente, é fundamental suscitar a discussão do tema para o conjunto da sociedade, já que vivemos o momento histórico em que são construídas as bases deste novo paradigma de relacionamento Estado-Cidadão. Dada a importância do Estado nos planos político, social e econômico, as implicações do uso da tecnologia na esfera governamental se constituem em assunto de grande interesse social, tanto para o cidadão, empresas e sociedade civil organizada, quanto para o meio acadêmico. Daí a necessidade patente de ampliar a compreensão deste novo fenômeno.

1.6 Estrutura do trabalho

Com a finalidade de facilitar a compreensão deste trabalho, o conteúdo foi estruturado em seis capítulos. O Capítulo 1 consiste na introdução ao tema da dissertação, apresentando o contexto da pesquisa sobre a presença do tema governo eletrônico na mídia *on line*, no cenário atual da Sociedade da Informação, bem como a questão da pesquisa, os objetivos, a síntese da metodologia adotada e a justificativa.

O Capítulo 2 discorre sobre o governo eletrônico, abordando aspectos conceituais e implicações inerentes à gestão do Estado e ao relacionamento com o Cidadão. A implementação do governo eletrônico no Brasil é detalhada com a apresentação de antecedentes históricos, estágio atual de desenvolvimento e perspectivas para sua utilização. São apresentadas também as iniciativas de maior destaque nas diferentes funções do Estado e é avaliado o grau de implementação nas três esferas governamentais.

O Capítulo 3 faz uma breve revisão de aspectos conceituais relacionados à comunicação, mídia, jornalismo e educação no contexto da Sociedade da Informação, buscando situar o fenômeno do jornalismo *on line* e apontar possibilidades para o seu exercício visando o fortalecimento da cidadania. Também são apresentadas as principais características do site de divulgação institucional do Programa Governo Eletrônico.

O Capítulo 4 trata da delimitação do objeto e dos procedimentos metodológicos aplicados na coleta e análise dos dados: além da questão de pesquisa, são apresentados os objetivos, geral e específicos, os pressupostos adotados, a justificativa para a seleção da estratégia de estudo descritivo e os critérios de seleção das publicações jornalísticas *on line* observadas no estudo. Também estão detalhados nesse capítulo os endereços das publicações observadas, as justificativas para a definição das diversas categorias de classificação das notícias e artigos, os períodos em que os dados foram coletados, os procedimentos e critérios utilizados para registro das observações.

O Capítulo 5 apresenta os resultados consolidados e análise dos dados que surgiram do estudo empírico, assentado no levantamento de notícias das publicações jornalísticas *on line* selecionadas para pesquisa. São analisadas nesse

capítulo as tendências observadas na análise estatística das notícias coletadas, confrontando-se os dados obtidos com os referenciais teóricos e os pressupostos adotados na pesquisa.

No Capítulo 6, são apresentadas as considerações finais da presente dissertação, divididas em quatro seções. A primeira apresenta a síntese das análises desenvolvidas ao longo da dissertação, relacionando as principais conclusões obtidas entre si e confrontando-as com a questão da pesquisa e com os referenciais teóricos que nortearam a elaboração do trabalho. A segunda parte destaca as contribuições deste trabalho, tanto para o conhecimento do objeto pesquisado, quanto para o incremento da discussão sobre o papel do governo eletrônico na construção de um novo paradigma de relacionamento entre Estado e Cidadão. A terceira seção trata das limitações do estudo, relacionadas essencialmente à volatilidade da informação na dinâmica inerente à Internet e a representatividade das publicações selecionadas no universo em que se inserem. Finalmente, na quarta seção, são apresentadas recomendações para estudos futuros e comentários finais do pesquisador.

CAPÍTULO 2 - GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL

Este capítulo apresenta aspectos conceituais e antecedentes históricos do Governo Eletrônico no Brasil, e destaca as iniciativas mais relevantes.

2.1 Governo e cidadão na Sociedade da Informação

Em sua extensa análise intitulada *A Era da Informação*, CASTELLS (1999) apropria o conceito de paradigma tecnológico elaborado por FREEMAN *et alii*, adaptado a partir da análise clássica das revoluções científicas de KUHN, e destaca os aspectos centrais do novo paradigma da tecnologia da informação, os quais representam a base material da sociedade da informação:

- a) a informação é matéria-prima e as tecnologias são utilizadas para agir sobre a informação;
- b) penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, que moldam todos os processos da existência individual e coletiva;
- c) consolidação da lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando as novas tecnologias da informação;
- d) flexibilidade na reconfiguração de processos, organizações e instituições, mediante a reorganização de seus componentes;
- e) convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas tornam-se indistintas.

É sobre essa base que se reconstróem as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade, com novas formas de relacionamento e interação, o que se aplica particularmente ao modelo de gestão do Estado e às suas relações com os cidadãos.

As implicações do fenômeno do governo eletrônico, ou e-governo, podem ser analisadas segundo duas perspectivas complementares. Uma de natureza organizacional, englobando aspectos técnico-gerenciais da reformulação dos processos e a implantação de um novo modelo de gestão do serviço público, com seus reflexos na sociedade. A segunda compreende a dimensão sócio-política de construção da cidadania a partir de uma nova forma de relacionamento entre o cidadão e o Estado.

Para DE MASI, as perspectivas são favoráveis, pois

as informações econômico-sociais se tornarão mais acessíveis aos cidadãos que, graças à crescente escolarização, terão cada vez mais condições de elaborá-las e utilizá-las. Além de serem quantitativamente maiores, as informações serão mais rápidas, conferindo à comunidade planetária algo semelhante à visibilidade simultânea, possível outrora na aldeia rural e na polis grega. (1999, p. 85)

Em contraposição, CURTIS pensa que

devemos estar rumando para um sistema de castas gerado pelo computador. No topo da escala temos a elite da informação, que prospera porque sabe como usar os novos recursos. Bem abaixo na escala está o lumpem proletariado da informação, que carece das habilidades e da vontade de lidar com as tecnologias de ponta.⁸ (*apud* DIZARD, 1998, p. 284)

Essas duas perspectivas divergentes de futuro evidenciam a divisão teórica encontrada na literatura quanto aos efeitos positivos ou negativos das TIC na sociedade pós-industrial. Com relação aos defensores e aos detratores extremados das novas tecnologias, ECO (1971) criou os termos *integrados* – aqueles que vêm na tecnologia um fator de promoção da harmonia na sociedade – e *apocalípticos* – para designar os que, contrariamente, prevêm um futuro sombrio.

Já BELLAMY e TAYLOR (*apud* AKUTSU, 2002), diferenciam os dois grupos em *utópicos* e *antiutópicos*. Para o primeiro grupo, as TIC teriam efeitos benéficos para a sociedade, tais como:

- a) harmonia no sistema político devido à maior consciência social resultante do acesso à informação;

⁸ Ver CURTIS, Terry. "The Information Society: A Computer-Generated Caste System". In: MOSCO, Vincent e WASSON, Janet. **The Political Economy of Information**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988, pp. 95-107

- b) estímulo a debates políticos e ao desenvolvimento de valores comunitários desejáveis;
- c) maiores oportunidades de auto-aperfeiçoamento e de exercício da cidadania;
- d) maior equidade social decorrente da quebra das estruturas de poder baseadas no monopólio de informações sensíveis;
- e) abertura e descentralização do processo decisório, com maiores acesso do governo aos cidadãos e participação dos servidores públicos;
- f) serviços governamentais melhores e de menor custo.

Já para os *antiutópicos*, as TIC seriam utilizadas essencialmente para reforçar o controle do Estado sobre a sociedade, dos detentores dos meios de produção sobre os trabalhadores e das grandes corporações sobre as pequenas empresas, com prejuízo à privacidade e divulgação controlada de informações. Já desigualdade na sociedade seria acentuada com a criação da nova classe do “infoexcluídos”, sem acesso à infra-estrutura e ao conhecimento necessários à utilização das novas tecnologias. Finalmente, a excessiva dependência das TIC aumentaria o risco de desastres financeiros, aéreos e falhas administrativas espetaculares.

Sintetizando a polêmica, AKUTSU diz que

O antagonismo das posições de utópicos e de antiutópicos concentra-se na utilização das novas TI pela sociedade e Estado, ou seja, se seriam utilizadas em benefício da coletividade ou para aprofundar os controles e as desigualdades sociais. (p. 32)

Por sua vez, FOUNTAIN pondera que a tecnologia da informação é usada pelos governos para sustentar os valores sociais dominantes e pode ser implementada de maneiras dramaticamente diferentes, para fins democráticos ou autoritários, conforme a realidade político-social de cada país. Entretanto, ressalva que “os atuais padrões de código aberto e protocolos da Internet e da World Wide Web significam que os estados autoritários precisam empregar medidas fortes para manter o controle da sociedade em um mundo conectado em rede” (2001, p. 33).⁹

⁹ Todas as citações de FOUNTAIN, 2001, em inglês no original, foram livremente traduzidas pelo autor.

Apesar do tempo já decorrido desde os primeiros prognósticos de utópicos/integrados e antiutópicos/apocalípticos, não se pode afirmar que qualquer uma das previsões tenha se realizado de forma definitiva. Pelo contrário, a dinâmica da sociedade, resultante da interação cooperativa ou conflituosa das mais diversas forças sociais, costuma subverter as visões de futuro mais acabadas. Assim, o modo de utilização das TIC pelos governos dependerá em grande parte da capacidade de articulação da sociedade civil para conhecer, discutir, propor e pressionar pela implementação de projetos capazes de garantir a melhoria da eficiência e eficácia do Estado, com o adequado controle por parte dos cidadãos.

2.2 Aspectos conceituais do governo eletrônico

Inicialmente, é necessário definir o conceito de **governo eletrônico**¹⁰, ou e-governo (*e-government*, em inglês), a ser utilizado como principal referência neste trabalho. Por se tratar de um tema de estudo acadêmico relativamente recente, ainda há carência de pesquisas e bibliografia a respeito do assunto. E, em razão de se constituir em assunto de caráter multidisciplinar, o conceito de governo eletrônico pode apresentar diversas definições, conforme a perspectiva de estudo assumida. Para os fins deste trabalho, discorreremos com mais ênfase sobre a convergência entre os aspectos tecnológico, administrativo e político.

No âmbito das facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, em especial a Internet, o governo eletrônico é considerado como um segmento dentro do que se convencionou chamar, de negócios eletrônicos (*e-business*), expressão que “engloba os diversos tipos de transações comerciais, administrativas e contábeis, que envolvem governo, empresas e consumidores. E o comércio eletrônico (*e-commerce*) é a principal atividade dessa nova categoria de negócios” (TAKAHASHI, 2000, p. 18), sendo uma de suas modalidades o governo eletrônico. De fato, o governo eletrônico faz uso de muitos dos conceitos, técnicas, ferramentas e modelos operacionais aplicados ao *e-commerce*.

¹⁰ Neste trabalho, são considerados como termos equivalentes: governo eletrônico, e-governo, e-gov, governo digital.

A Figura 1 estabelece as possibilidades de relações entre os três agentes envolvidos nesse processo: o governo, as empresas e os consumidores. Das relações esquematizadas na figura, são consideradas para os fins deste trabalho aquelas localizadas no interior da área delimitada pela linha pontilhada, que poderíamos denominar como ambiente de governo eletrônico. São elas:

- B2G/G2B (*business-to-government / government-to-business*): transações envolvendo empresas e governo (exemplos: portais, compras);
- G2C/C2G (*government-to-consumer / consumer-to-government*): transações envolvendo governo e consumidores finais (exemplos: pagamento de impostos, serviços de comunicação);
- G2G (*government-to-government*): transações entre governo e governo.

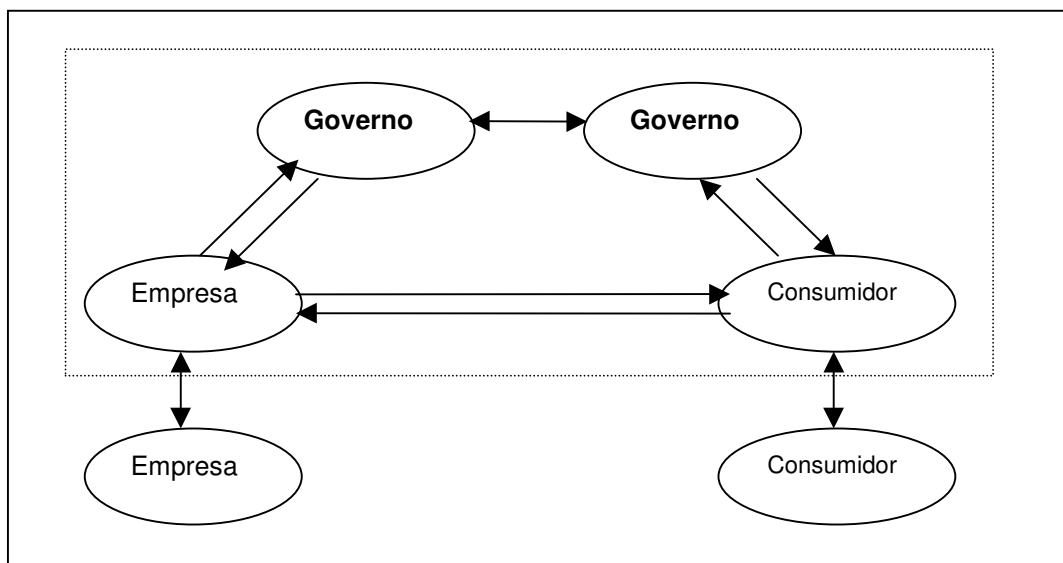


Figura 1: Relações no ambiente de e-commerce

(Fonte: Socinfo, *apud* TAKAHASHI, 2000)

Conforme a definição do Programa Governo Eletrônico, o e-gov “pode ser definido pelo uso da tecnologia para aumentar o acesso e melhorar o fornecimento de serviços do governo para cidadãos, fornecedores e servidores” (BRASIL, 2003).

Ou ainda,

o e-gov consiste na oferta de serviços e informações em meio eletrônico e Internet:

- a. de forma contínua (24 horas x 7 dias)
- b. de forma integrada

- c. de qualquer ponto
- d. com rapidez e resolutividade
- e. com transparência e controle social (*op. cit.*)

Já para um executivo do ramo, o e-governo

[...] é o uso da tecnologia da informação para entregar serviços governamentais diretamente ao cliente em regime 24/7. O consumidor pode ser um cidadão, uma empresa ou mesmo outra entidade governamental. O e-governo entrega serviços da maneira mais conveniente para o cliente, permitindo simultaneamente ao governo prover aqueles serviços a um custo significativamente menor. O meio primário para a entrega do serviço de e-governo é a Internet, através de um computador pessoal [...].¹¹ (HERNON, 2000)

Como se percebe, a definição proposta acima é uma transposição do conceito de *e-commerce* para as relações baseadas nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem o governo.

Uma definição que, segundo CHADWICK, é dominante na maioria dos sistemas políticos, é a de que o termo governo eletrônico refere-se

ao impacto da Internet e tecnologias de rede sobre os valores, processos e resultados do governo central e local e suas estruturas administrativas, com o objetivo de prover acesso público às informações sobre todos os serviços oferecidos [...]; e habilitar o público a conduzir e concluir transações para todos aqueles serviços.¹² (2002)

Segundo outra noção, proposta por JARDIM,

o governo eletrônico expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação no processo democrático. (2000)

Já para DINIZ, o termo governo eletrônico tem o mesmo sentido de **governo digital**, este

entendido como uma das principais formas de modernização do estado e resulta do uso estratégico e intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nas relações internas dos próprios órgãos de governo e também das relações do setor público com os cidadãos e as empresas, seja na oferta de serviços públicos, seja nos processos de compras governamentais. (2002, p. 5)

¹¹ Em inglês no original, livre tradução do autor.

¹² Idem.

O autor ainda associa a modernização do Estado com a transparência na gestão econômica e fiscal da máquina pública, para maior eficiência e qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Em estudo da ONU (UNDPEPA/ASPA, 2001), o **e-governo** (*e-government*) é considerado como uma das três disciplinas que compõem a noção mais abrangente de **e-governança** (*e-governance*), e é diferenciado em relação a dois outros conceitos: a **e-administração** (*e-administration*) e a **e-governança** (em sentido restrito). O conceito de **e-governance** é usado em dois sentidos: um mais amplo, para designar o conjunto de disciplinas que o compõem (*e-government*, *e-administration* e *e-governance*); e outro restrito, como parte desse conjunto. No sentido mais amplo,

E-governance é o uso pelo setor público das tecnologias da informação e comunicação mais inovadoras, como a internet, para entregar aos cidadãos melhores serviços, informação confiável e maior conhecimento a fim de facilitar o acesso ao processo de governo e encorajar uma mais profunda participação do cidadão.¹³ (p. 54)

Nesse estudo, o **e-governo** é “caracterizado por relações inter-organizacionais, incluindo coordenação e implementação de políticas, e pelo provimento de serviços *on line* ou por outros meios eletrônicos para os cidadãos” (idem). Já a e-administração define as relações intra-organizacionais ou os componentes do gerenciamento interno e do setor público; e a e-governança, no sentido restrito, compreende as interações entre cidadãos, organizações governamentais e os mandatários eleitos, e como a Internet pode melhorar o governo e o processo político. A Figura 2 apresenta sinteticamente a concepção UNDPEPA/ASPA.

¹³ Todas as citações de UNDPEPA/ASPA, 2001, em inglês no original, foram livremente traduzidas pelo autor.

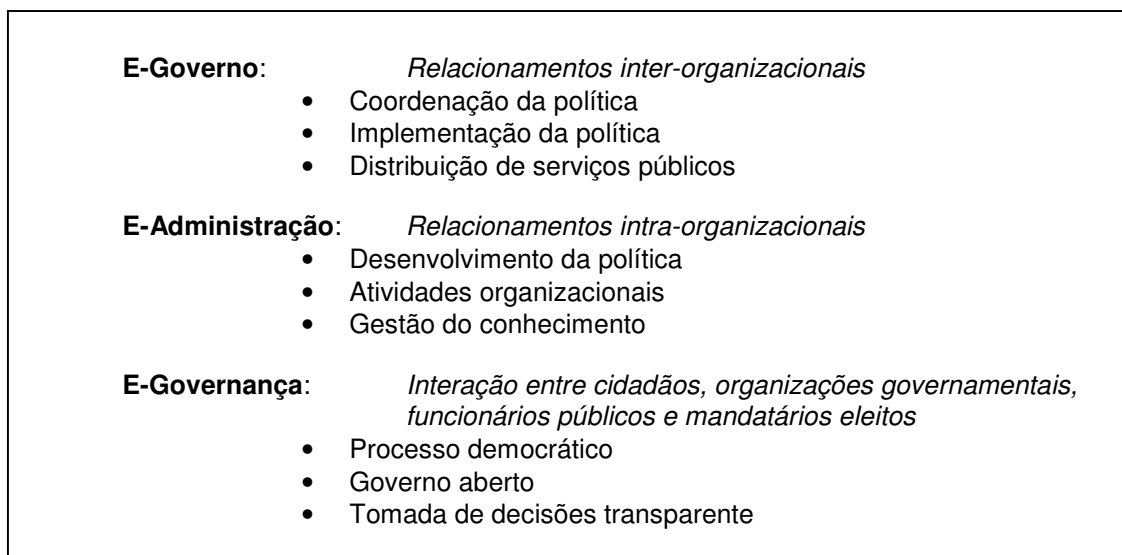


Figura 2: Esquema da E-Governança

(Fonte: UNDPEPA/ASPA, 2001, p. 54)

Avançando em relação às definições mais comuns, FOUNTAIN propõe o conceito de **Estado virtual**, compreendido como o Estado

em rede através de sistemas de informações, arranjos inter-agências, parcerias público-privado, acordos intergovernamentais que unem atores federais, estaduais, locais, sem fins lucrativos e privados, e serviços baseados na Web que conectam os *websites* de centenas de organizações. (*op. cit.*, p. 25)

Para essa autora, a ação do Estado virtual, manifesta-se por intermédio das **agências virtuais**, redes cuja estrutura e capacidade dependem da Internet, que se materializam como *websites* que integram virtualmente órgãos governamentais diversos, muitas vezes sem qualquer mudança em suas respectivas estruturas, jurisdições ou autonomia orçamentária.

Para os fins deste trabalho, propomos um conceito sintético para governo eletrônico: *é o provimento de serviços e informações pelo governo à sociedade, de forma interativa, através de meios baseados nas tecnologias de informação e comunicação.*

Como se depreende das formulações de TAKAHASHI, CHADWICK, HERNON, UNDPEPA/ASPA e FOUNTAIN, as tecnologias de rede, em especial a Internet, constituem aspecto fundamental do governo eletrônico, seja no que diz respeito à infra-estrutura, seja com relação à interface com o cidadão por meio dos *websites*, esta a sua face mais visível, inclusive para efeito das análises realizadas

ao nesta pesquisa. Por isso, há uma tendência a dar um enfoque predominante ao papel da Internet. Entretanto, é importante ressaltar que há outras formas de relacionamento entre os agentes envolvidos no processo de interação entre governo e sociedade, de alguma forma mediadas pela tecnologia. Nesse sentido, podemos citar o processo de votação eletrônica nas eleições brasileiras, o qual, embora não se realize na esfera do ciberespaço, representa uma forma inovadora de aplicação da tecnologia da informação pelo Estado.

Assim, entendemos que termo governo eletrônico deve ser considerado em uma perspectiva ampla, que abarque todo o conjunto de políticas públicas, ações gerenciais, processos e produtos, nos planos estratégico, tático e operacional, relacionados à aplicação das tecnologias da informação e comunicação nas atividades próprias do Estado.

2.3 Reflexos do e-governo na gestão do Estado

O fenômeno do governo eletrônico insere-se no contexto de um processo mais amplo de reforma do Estado, que ficou mundialmente conhecido como *New Public Management*¹⁴ (NPM) e promoveu significativas mudanças na organização e métodos do setor público de muitos governos democráticos ao longo dos últimos 20 anos. Segundo alguns autores, o NPM seria caracterizado por uma mudança das agências convencionais, hierárquicas e limitadas por regras, para burocracias mais empreendedoras, com uma acentuação de aspectos individuais como liderança, em detrimento de elementos da velha burocracia.

FOUNTAIN descreve o *New Public Management* como uma

coleção de políticas e iniciativas gerenciais projetadas para aumentar a eficiência, *accountability*, e desempenho nos estados burocráticos, em grande parte por meio do maior uso dos mercados e sistemas gerenciais baseados nos mercados. (op. cit., p. 19)

Para DUNLEAVY e MARGETT (2000), críticos do NPM, este se caracteriza pela *desagregação* organizacional, com impacto no atendimento em áreas como TIC e sistemas de pessoal; a introdução de novas formas de *competição*; e novos

¹⁴ A expressão original, em inglês, pode ser traduzida como “Nova Gestão Pública” ou “Nova Administração Pública”.

padrões de *incentivo*, depreciando a ética do serviço público em favor da transferência de ativos para o setor privado e desregulamentação.

No Brasil, em particular, as mudanças contemplaram a revisão do modelo de intervenção direta do Estado na economia em direção a uma postura regulatória e de fomento à iniciativa privada, traduzidas na privatização de atividades industriais mantidas pelo Estado e na criação de entidades reguladoras em setores com características estruturais de monopólio. Além disso, foi formulada e implementada uma reforma administrativa,

orientada pela crítica aos excessos do formalismo burocrático e pela ênfase na incorporação de métodos e práticas gerenciais, conjugada ao fortalecimento do núcleo estratégico do Estado e ao desenho de novos mecanismos de controles gerenciais e de descentralização com transparência e ampliação da autonomia dos gerentes públicos. (BRASIL, 2002, p. 3)

Para FREY *et alii*, as reformas administrativas — seja pela vertente gerencial do NPM ou pela vertente democratizante das chamadas administrações democrático-populares —, “evidenciam uma nova compreensão de gestão pública e o reconhecimento da importância central de uma gestão consciente dos fluxos de informação” (*in* SPECK, 2002, p. 379). Para viabilizar a transparência, os órgãos governamentais não podem mais se limitar a agir reativamente às demandas de informação, mas devem gerenciar e disponibilizar a informação de forma pró-ativa.

No aspecto gerencial, o uso extensivo das TIC sempre foi um elemento importante nas concepções do NPM, que para BELLAMY e TAYLOR é “uma reforma, intensiva em informação, nas estruturas e processos de governança, que demanda novos e complexos fluxos horizontais e verticais de informação, dentro e em torno das organizações governamentais”¹⁵ (*apud* DUNLEAVY e MARGETTS, 2000, p. 8).

Entretanto, DUNLEAVY e MARGETTS advertem para possíveis “efeitos colaterais” do NPM, que coloca limites à capacidade de exercício da cidadania e torna mais complexa a coordenação política e institucional do Estado, em razão da maior independência e fragmentação de agências governamentais. Mas, assim como as TIC foram fator fundamental na consolidação do NPM, com o advento das

¹⁵ Todas as citações de DUNLEAVY e MARGETTS, 2000, em inglês no original, foram livremente traduzidas pelo autor.

tecnologias de rede, elas também são portadoras do potencial de realização de um novo paradigma na gestão pública, a do Estado Digital, que estaria centrado em mudanças baseadas na Web para promover as competências dos cidadãos e cortar radicalmente a complexidade política.

Em sua forma extremada, essa tendência significa que, com o tempo, as organizações públicas devem se tornar seu *Web site*:

Em vez de ser um pequeno, estranho acréscimo às principais rotinas administrativas e bases de dados computadorizadas, o Web site mais as interfaces associadas tornam-se a ferramenta operadora central de toda a organização, assim como a interface crítica entre governo e sociedade. Tornar as intranets das agências disponíveis na Web é usado para incrementar radicalmente o potencial dos cidadãos para a auto-administração e suas habilidades para monitorar e fiscalizar, para si mesmos, o que o governo supostamente está fazendo sob seus mandatos. (*op. cit.*, p.15)

Em análise do impacto da TI sobre a burocracia governamental, FOUNTAIN argumenta que a tecnologia da informação

tem o potencial de afetar a coordenação tanto quanto a produção e os processos de tomada de decisão dentro e entre instituições e organizações. Em teoria, [...] a tecnologia da informação deveria viabilizar um amplo leque de eficiências através de seus efeitos sobre a coordenação e a informação. Um dos principais efeitos potenciais dos avanços da tecnologia da informação em organizações burocráticas tem sido mais a habilidade de estruturar o processamento e o fluxo de informação usando a computação em rede do que através da estrita delimitação de papéis, relações organizacionais, e procedimentos operacionais. Na prática, entretanto, os ganhos em eficiência e efetividade dependem criticamente mais da estrutura e do *design* organizacional do que da infraestrutura tecnológica. (*op. cit.*, p. 32)

No que diz respeito à utilização da Internet, o e-governo está baseado no modelo operacional do *e-commerce*, do qual poderia ser considerado uma especialidade, e, quando satisfatoriamente implantado, implica alterações significativas nos processos geridos pelo Estado. Da mesma forma que uma compra *on line* não se resolve após o último clique do mouse no *site* de uma empresa, também os serviços públicos exigem um fluxo de informações adequado nas estruturas de retaguarda e logística, de modo a fornecer o serviço demandado pelo cidadão com a qualidade desejada.

Conforme SOUZA (*apud* SOCINFO, 2000), as possibilidades de aplicação da Internet na administração pública compreendem as seguintes dimensões: coleta de informações; fornecimento de informação; prestação de serviços; interação; transações. Para além da abordagem incremental voltada para a melhoria de

serviços ou de relacionamentos, o ferramental da tecnologia da informação “pode ser conjugado às melhores práticas de administração, potencializando o efeito inovador de formas inovadoras de organização e de gestão”, facilitando e acelerando processos de mudança. A organização governamental obtém, entre outros benefícios, agilidade, baixo custo operacional e redução de intermediação, o que possibilita ganhos de eficiência e eficácia na gestão dos negócios públicos.

Por suas características intrínsecas, a atividade governamental é fortemente normatizada e controlada, contrastando com ambiente geral na Internet, essencialmente desregulamentado. Por este motivo, há necessidade de todo um arcabouço legal que ampare os atos cotidianos do e-governo no ciberespaço, que aborde, entre outros aspectos: segurança e autenticação de documentos, pessoas e transações; proteção da difusão de informações públicas; proteção à privacidade de dados e cidadãos; padrões técnicos; viabilização de serviços específicos em novas versões, via meios eletrônicos. No caso brasileiro, o governo federal deu encaminhamento a ações legislativas com o objetivo de regulamentar o setor, tais como a criação de uma política de segurança em meios eletrônicos e estabelecem regras para a utilização e gestão de documentos eletrônicos (BARROS, 2000).

2.4 Governo eletrônico e o exercício da cidadania

O advento do e-governo traz consigo a possibilidade de aprimoramento das relações entre o Estado e o cidadão em duas perspectivas. Na primeira, na ótica do cidadão enquanto cliente do Estado, o usuário dos serviços públicos obtém benefícios significativos na obtenção de informações e no trâmite de processos de seu interesse, com ganhos em comodidade, economia de tempo, redução de burocracia e transparência. Nesse sentido, muitos serviços avançam em direção ao conceito de *e-service*¹⁶, com a supressão da tramitação de papéis e a plena resolutividade dos processos em meio eletrônico.

Na visão de DE MASI,

a informática pode melhorar o desempenho oferecido aos usuários pelas agências de serviços, e a telemática pode permitir-lhes usufruir dos serviços sem que para isso precisem deslocar-se. [...]

¹⁶ Forma resumida de *electronic service*. Em português, “serviço eletrônico”.

Por outro lado, a melhoria dos serviços tem como preço uma maior burocratização da vida social e maiores controles externos sobre os dados pessoais. Mas, em compensação, o temor destes controles induz os cidadãos a pretender das instituições maior sigilo e maior transparência. (*op. cit.*, p. 85)

Já no plano político, o cidadão vê ampliadas suas possibilidades de atuação e articulação na defesa de interesses coletivos perante as instituições governamentais, na medida em que, ao dispor de maior quantidade e qualidade de informações sobre o processo de governo, pode exercer com mais pertinência a fiscalização e a crítica do Estado. Cidadãos articulados em redes colaborativas no ciberespaço, entidades representativas da sociedade civil e outras organizações do terceiro setor, podem se tornar importantes interlocutores políticos no processo democrático. DYSON acredita que devido “ao poder cada vez maior dos indivíduos para se organizarem e se fazerem ouvir via Internet, os governos com o tempo se tornarão mais sensíveis”¹⁷ (2000).

Philippe QUÉAU, da Unesco, enfatiza os potenciais de aplicação da tecnologia da informação “no desenvolvimento de projetos em nível local, na criação de mecanismos de consulta ao cidadão e de revigoração do processo de governo, por meio da expansão das instâncias de discussão e acesso à informação, proporcionadas pelos governos” (*apud* SOCINFO, *op. cit.*).

Um ponto essencial, como expressa NASSIF, “é que o governo eletrônico, o ‘e-government’, significará um ponto de não-retorno no processo de controle das contas e dos negócios públicos e no modelo de pronto atendimento do cidadão”. No futuro próximo, prognostica, “o governo eletrônico se transformará em obsessão mundial, trazendo algo que ainda hoje é quase inimaginável: administrações públicas voltadas para o cidadão, atuando com eficácia e transparência” (2000). Nessa linha de raciocínio, SILVESTRE entende que com a presença do governo no ciberespaço, a tendência à manipulação dolosa de informações terá que enfrentar a fiscalização em tempo real de milhares de pessoas, com diferentes capacidades e em locais distintos, fazendo com que a corrupção e o desperdício deixem de ser sistêmicos (*in* HOESCHL *et alii*, 2000, p. 246).

Para DE MASI, a telemática encerra em si o potencial de realização de

¹⁷ Em inglês no original, livre tradução do autor.

constantes sondagens entre a totalidade da população e até mesmo plebiscitos instantâneos. Os perigos e as oportunidades inerentes a tudo isto são claramente compreensíveis. Disso deriva, entre outras coisas, a inutilidade de muitos organismos em nível intermediário e de muitos intermediadores, daí a necessidade de redesenhar todas as regras do jogo construídas ao longo dos séculos justamente em função da delegação. (*op. cit.*, pp. 85-86).

Como perspectiva de ação política, a introdução de procedimentos de certificação e autenticação digital de pessoas, documentos e transações via rede potencializará enormemente o encaminhamento de petições e proposições de caráter coletivo às diversas instâncias dos três poderes, desde que sejam abertos os canais para tanto. O próprio Congresso Nacional brasileiro mantém o projeto Interlegis, que entre seus objetivos expressos cita a promoção da participação do cidadão nos processos legislativos (INTERLEGIS, 2003).

Obviamente, para a realização de todo o potencial de acesso e controle representado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação na administração governamental é imprescindível o interesse humano pelo processo político. Por isso, é fundamental o papel dos grupos sociais e instituições historicamente comprometidos com o processo democrático, que deverão exercer a pressão necessária à adoção, pelos governantes, das medidas necessárias a implementação do governo eletrônico de forma a maximizar o atendimento aos anseios dos diversos segmentos da sociedade.

2.5 E-gov no Brasil: antecedentes e contexto atual

A presença do governo brasileiro no ciberespaço, ou mais especificamente, na Internet, é relativamente recente, tendo se iniciado em 1993. Os destaques das primeiras incursões nessa nova fronteira foram os Ministérios da Fazenda, da Administração e da Ciência e Tecnologia, que utilizavam a rede para divulgar informações de sua competência. A partir de 1995, a explosão da Internet decorrente da liberação de seu uso comercial estimulou fortemente o surgimento de *sites* de diversos órgãos do Governo Federal (TAKAHASHI, 2000).

Esse movimento de expansão acompanha a tendência mundial de consolidação do governo eletrônico. Em 1996, menos de 50 páginas oficiais de governos podiam ser encontradas na Web. Cinco anos depois, em 2001, estimava-

se que, globalmente, havia mais de 50.000 websites governamentais, com a inclusão de novos *sites* na rede diariamente (UNDPEPA-ASPA, 2001).

Atualmente, no Brasil, os três poderes se fazem presentes na Internet, oferecendo uma ampla variedade de informações e serviços. Entretanto, a grande diversidade resulta ainda em informações dispersas e fragmentadas, carentes de padronização e muitas vezes desatualizadas. O canal que busca centralizar os serviços públicos disponíveis no País, e que integra o Programa Nacional de Desburocratização, é o portal www.redegoverno.gov.br, no qual são encontrados também *links* para *sites* de governos estaduais e municipais. Balanço divulgado em novembro de 2002 indicava a oferta de mais de 1.700 serviços e 22 mil links de serviços e informações, no Portal Rede Governo, com cerca de 35 milhões de páginas visitadas mensalmente.

As grandezas dos números citados são um indício da dimensão do mercado de e-governo no Brasil. Diante do tamanho do Estado brasileiro, considerados os poderes legislativo, executivo e judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, pode-se intuir o mercado potencial representado pelo governo eletrônico para a indústria da TI. Neste aspecto, ARAÚJO destaca que as compras governamentais representaram aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2001, somente no âmbito federal, e que os projetos de governo eletrônico são oportunidades que “têm sido importantes para o surgimento de empresas nacionais maduras, tanto do ponto de vista de negócios como no de desenvolvimento de tecnologia, pois tais sistemas exigem domínio de tecnologias sofisticadas” (2003, p. 44).

No mercado globalizado, o grande potencial do mercado brasileiro de e-governo tem sido objeto de atenção também no exterior. Já em 2000, uma publicação eletrônica especializada baseada na Inglaterra destacava, como oportunidade de negócio, o progresso e as perspectivas de implantação do governo eletrônico nas 27 administrações tributárias estaduais, sob a coordenação do Ministério da Fazenda (KABLENET, 2000).

2.5.1 O Programa Governo Eletrônico

Por seu papel de administrador do Estado e sua vasta abrangência, o Poder Executivo é o que tem a presença mais visível na Internet. A institucionalização do governo eletrônico, enquanto programa integrado à política de Estado, foi iniciada

em setembro de 2000, inserida no contexto do esforço de reforma da administração pública brasileira com base nas concepções do *New Public Management*¹⁸. Executada pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, órgão interministerial vinculado à Presidência da República, presidido pelo Chefe da Casa Civil e composto pelos Secretários Executivos de todos os Ministérios, a política é operacionalizada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em sua proposta original, a política brasileira de governo eletrônico (BRASIL, 2000) propunha a construção gradativa de uma arquitetura de relacionamentos envolvendo o Governo, os cidadãos e seus parceiros e fornecedores, com atuação em três frentes fundamentais:

- a interação com o cidadão;
- a melhoria da sua própria gestão interna e;
- a integração com parceiros e fornecedores.

A Figura 3 apresenta de forma esquemática a concepção das estruturas e relacionamentos no contexto do governo eletrônico.

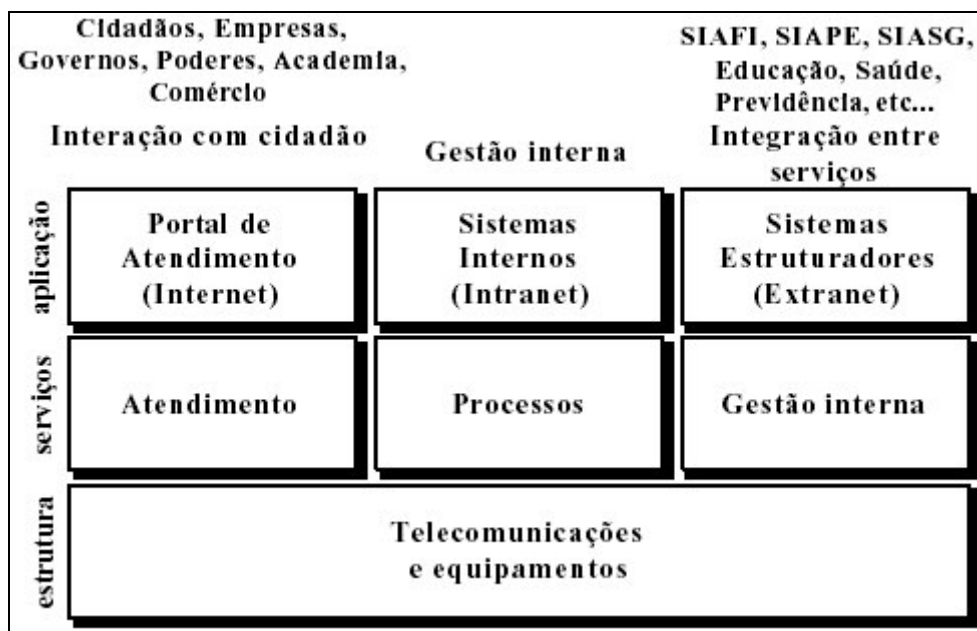


Figura 3: Estruturas e relacionamentos no âmbito do governo eletrônico

¹⁸ Para detalhes sobre políticas, objetivos e projetos, ver o documento Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1996), elaborado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

(Fonte: BRASIL, 2002, p. 10)

O Programa Governo Eletrônico, na proposta original, articulava-se em torno das seguintes linhas de ação:

- oferta de serviços e informações ao cidadão;
- promoção do acesso da população à Internet;
- promoção da integração entre sistemas de informação, redes e bancos de dados governamentais;
- implantação de infra-estrutura avançada de comunicações e serviços na administração pública, e
- utilização do poder de compra do Governo Federal para a redução de custos.

As ações específicas do Comitê, até o início de 2003, vinham sendo discutidas por meio de quatro grupos de trabalho: universalização do acesso, universalização dos serviços, rede Brasil.gov e normas e padrões. Estes grupos foram estruturados de acordo com os conceitos que definiram macro-objetivos do programa, voltados, prioritariamente, para a universalização do acesso aos serviços, o combate à exclusão digital, à modernização da gestão pública e a fundamentação técnico-legal das ações previstas no programa. (SERPRO, 2002)

Recentemente, com a posse do novo governo, a coordenação das iniciativas de e-gov passou a ser dividida em oito câmaras técnicas, com atuação nas seguintes áreas: Implementação do Software Livre, Inclusão Digital, Integração de Sistemas, Sistemas Legados e Licenças, Gestão de Sites e Serviços On-line, Infra-Estrutura de Rede, Governo para Governo, e Gestão do Conhecimento e Informação Estratégica.

Dentre as aplicações governamentais que utilizam a Internet, destaca-se a declaração de imposto de renda, utilizada por mais de 15 milhões de contribuintes em 2003. Outros serviços de destaque pelo seu potencial de alcance social são: o site www.comprasnet.gov.br, do sistema público de compras, com informações sobre licitações em andamento no País; o portal da Previdência Social, com serviços e informações sobre 18 milhões de beneficiários; a consulta de saldos e emissão de

extratos de 67 milhões de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no site da Caixa Econômica Federal.

Aos casos citados acima, somam-se milhares de outros serviços e informações prestados pelo governo federal. Entretanto, não se pretende neste trabalho fazer um levantamento exaustivo das ações de governo eletrônico desencadeadas pelo Poder Executivo, pois se busca apenas oferecer uma visão abrangente sobre o assunto.¹⁹

2.5.2 Iniciativas dos poderes Judiciário e Legislativo

Embora não tenham a mesma visibilidade do Executivo, em razão de desempenharem funções menos presentes no cotidiano do cidadão comum, os poderes Judiciários e Legislativos têm desenvolvido relevantes projetos no cenário do governo eletrônico.

Um projeto de grande impacto político e social, merecedor de destaque internacional, é a **urna eletrônica** desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja primeira experiência-piloto aconteceu nas eleições de 1994, na cidade de Brusque – SC. Atualmente, o processo informatiza todas as etapas de uma eleição – a identificação do eleitor, a votação secreta, a apuração (a contagem dos votos de cada urna) e a totalização (a soma dos votos de todas as urnas). Nas eleições municipais de 1996, foi introduzida oficialmente a nova tecnologia, disponibilizada a 32,43% dos eleitores aptos a votar, distribuídos em 57 municípios. Já as eleições gerais de 2002 foram totalmente informatizadas, abrangendo 100% dos municípios brasileiros (SILVA, 2002).

O processo de informatização do Judiciário também tem implicado significativos avanços na tramitação e acompanhamento de processos judiciais pelos operadores jurídicos e até mesmo pelo cidadão, que nos *websites* dos diversos tribunais obtém informações sobre o andamento de processos. Iniciativas como o recebimento de petições por meio eletrônico e a utilização da

¹⁹ Para um inventário detalhado, ver o documento “Levantamento das Ações do Governo Eletrônico”, divulgado em agosto de 2002 pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, que lista ações desenvolvidas em praticamente todos os ministérios.

videoconferência em audiências judiciais, apesar de serem objeto de polêmica, têm sido implementadas, com ganhos de produtividade e redução de custos.

No âmbito do Poder Legislativo, as duas casas do Congresso Nacional – o Senado e a Câmara Federal – mantêm websites que disponibilizam diversos serviços e informações ao cidadão, tais como: consultas à legislação federal, acompanhamento da tramitação de projetos de lei, dados sobre a execução orçamentária da União, informações sobre partidos e parlamentares e notícias, entre outros.

Outro destaque do Congresso Nacional é o programa Interlegis, desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a “modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade” (INTERLEGIS, 2003). Internet, videoconferência e transmissão de dados permitem “a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo” (idem).

2.5.3 O e-gov nas esferas estadual e municipal

Embora com defasagem em relação às iniciativas de governo eletrônico surgidas em âmbito federal, nos últimos anos os demais níveis da administração pública têm se feito presentes no ciberespaço, com a implementação de numerosos *sites* de governos estaduais e municipais (TAKAHASHI, *op. cit.*, p.74).

No caso dos estados da federação, estudo elaborado em novembro de 2002 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (2002), constatou que 25 estados²⁰ e o Distrito Federal estavam presentes na Web com portais de informações e serviços, tendo sido classificados 15 como interativos e 11 como transacionais²¹. Na avaliação final dos serviços e informações, segundo metodologia padronizada, destacaram-se os estados do Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Rondônia.

²⁰ O Estado de Roraima era o único a não contar com um portal governamental.

O estudo da FIRJAN revela um significativo avanço no desenvolvimento dos portais de governos estaduais, quando comparado a estudo anterior divulgado pelo BNDES (2001), o qual, embora sem explicitar a metodologia adotada, apontava 13 estados com governo eletrônico ainda incipiente. O estudo do BNDES destacava então, em janeiro de 2001, como os estados em estágio mais avançado, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Já no plano municipal, o mesmo estudo cita pesquisa realizada em julho de 2000²², com uma amostra de 83 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, que estimava em 72% das prefeituras de municípios com mais de 200 mil habitantes utilizando a internet para serviços e informações à população. Foi ressaltado, entretanto, que a complexidade e qualidade dos serviços eram variáveis e que os *sites* em condições de atingir os estágios interativo e transacional concentravam-se em capitais e regiões metropolitanas. O estudo chamava a atenção para as dificuldades da implantação do governo eletrônico nas pequenas localidades, pois “uma boa parte dos 5.507 municípios brasileiros ainda não dispõem sequer de sistemas administrativos informatizados” (2001, p.18).

Conforme a pesquisa de informações básicas municipais de 1999, do IBGE (2001), 10% dos municípios brasileiros não tem acesso a nenhum sistema informatizado. Na análise dessa pesquisa, BREMAEKER (2001) associa o grau de informatização com o tamanho da população e os níveis de desenvolvimento econômico, identificando os menores índices de informatização nas regiões Nordeste e Norte.

Outro estudo da FIRJAN (2001), este destinado a estimar o grau de participação das 92 prefeituras do estado do Rio de Janeiro no processo de governo eletrônico, constatou que 54% dos municípios não estavam presentes na Internet. Das demais, 28 mantinham sites no estágio informativo e apenas 14 possuíam sites no estágio interativo. O trabalho cita também pesquisa realizada pela Fundação

²¹ O estudo considerou quatro estágios para classificação dos portais, de acordo com a complexidade das informações e serviços oferecidos: informativo, interativo, transacional e integrativo.

²² Ver “E-Gov: a nova fronteira da Internet”, em O Prefeito, 17 de julho de 2000 (*apud* BNDES, 2001)

SEADE, a qual afirma que, no estado de São Paulo, apenas 21% das prefeituras contam com alguma estrutura administrativa formalizada com capacidade específica voltada para a gestão da Tecnologia da Informação.

Em estudo abrangendo os portais dos governos federal, de 11 estados e do Distrito Federal, e ainda de 8 municípios, AKUTSU classifica 25% dos casos como interativos e 60% como transacionais²³. Já os 10% classificados no estágio informativo, mais incipiente, são portais de municípios, o que vem corroborar a percepção de que as prefeituras estão mais defasadas em relação aos demais entes federativos.

Finalmente, o portal Rede Governo (www.e.gov.br), em consulta simples realizada em junho de 2003, indicava *links* para apenas 553 municípios nos 26 estados brasileiros, a maioria dos quais localizados nas regiões Sudeste e Sul²⁴. Este quadro reflete, de certa forma, as limitações na capacidade de investimento das administrações municipais, bem como o baixo índice de inclusão digital, nas regiões com menores índices de desenvolvimento econômico e social. Permanece, portanto, uma enorme lacuna a ser preenchida pelo governo eletrônico na esfera local, justamente aquela que deveria ser a mais próxima do cidadão.

2.6 A divulgação institucional do Governo Eletrônico

No que tange à divulgação do Programa Governo Eletrônico, aspecto de particular interesse afeto aos fins desta pesquisa, o relatório “2 Anos de Governo Eletrônico” informa como principais ações de comunicação e divulgação:

- Criação do sítio Governo Eletrônico (www.governoeletronico.e.gov.br)
- Divulgação do jornal eletrônico denominado “**info e-gov**”
- Divulgação do programa em foros especializados, em âmbito nacional e internacional

O sítio Governo Eletrônico foi criado em março de 2001 e é a principal referência institucional sobre o Programa Governo Eletrônico. Constitui-se em um

²³ Embora AKUTSU classifique os estágios de 1 a 5, por analogia, utilizamos as definições citadas no estudo FIRJAN referido anteriormente, de modo a facilitar a comparação.

repositório de informações que contempla legislação, publicações e notícias relacionadas ao Programa. O Anexo 1 apresenta a aparência e a estrutura do sítio.

Além do sítio, outro veículo de comunicação é o boletim informativo semanal denominado **info e-gov**, distribuído por correio eletrônico a cerca de 15 mil pessoas, que reproduz as notícias divulgadas na página principal do sítio Governo Eletrônico, a cujo conteúdo faz remissão por meio de hipertexto.

Na avaliação das ações de comunicação e divulgação do Programa Governo Eletrônico, o Comitê Executivo diz que a criação do sítio “permitiu a concentração de todas as informações e sua divulgação dinâmica levando à constituição de uma rede de acompanhamento e suporte às ações do Programa”. Mas reconhece que “estrutura de divulgação é ainda insuficiente para a obtenção de impacto mais amplo sobre a sociedade e sobre a maioria dos servidores públicos” (BRASIL, 2002, p. 17).

Esse diagnóstico é indicativo da necessidade de ações de comunicação mais efetivas, tanto externamente ao governo, junto à sociedade em geral, como internamente, no âmbito da própria comunidade governamental, de modo a possibilitar a disseminação dos principais conceitos e objetivos do governo eletrônico, e potencializar sua utilização e o alcance de seus benefícios.

2.7 Perspectivas e desafios

As ações de governo eletrônico desencadeadas no Brasil ao longo da última década e o sucesso de projetos específicos, particularmente na esfera federal, como o sistema de Imposto de Renda da Receita Federal, a votação eletrônica organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral e o portal de compras eletrônicas do governo federal, ComprasNet, entre outros, levaram o Brasil a uma posição de relativo destaque no cenário internacional.

A consultoria Accenture, por exemplo, em relatório sobre governo eletrônico de 2001, coloca o Brasil na 18^a posição no ranking de 22 países pesquisados (ACCENTURE, 2001). Já o *Center for International Development*, da Universidade de Harvard, em estudo do mesmo ano, posiciona o Brasil em 15^o lugar em ranking de governo eletrônico abrangendo 75 países (CID, 2001). Esta posição é confirmada

²⁴ Pesquisa realizada em 27/06/2003, no endereço http://www.brasil.gov.br/estr_pref.htm, pelo autor, cujos resultados estão demonstrados no Apêndice 4.

nos indicadores de e-gov do Relatório Mundial de Tecnologia de Comunicação e Informação 2002-2003, do Fórum Econômico Mundial, que inclui 82 países (WEF, 2003).

No plano regional, o Brasil ocupa a liderança em presença na Web, segundo estudo da ONU divulgado em 2001²⁵, e analisado por DINIZ (2002) no contexto dos países membros da ALADI. Apesar dessa posição de destaque, o estudo revela que o Brasil tem deficiências relacionadas a infra-estrutura e capital humano, quando comparado a outros países com alta capacidade de governo eletrônico, traduzidas em baixos índices de desenvolvimento humano, de acesso à informação, de densidade de PCs, *hosts* e telefones, e porcentagem da população conectada.

Essas deficiências evidenciam o elevado grau de exclusão digital e sinalizam dificuldades para a superação do desafio de estender os benefícios do governo eletrônico ao conjunto da sociedade. O estudo ASPA/UNDPEPA (*apud* DINIZ, *op. cit.*) atribui à liderança política a superação das limitações de capital humano e de infra-estrutura e o desenvolvimento do governo eletrônico no país.

O documento “Balanço de 2 anos de Governo Eletrônico”, elaborado a final da gestão Fernando Henrique Cardoso, sumariza os principais desafios identificados pelo Comitê Executivo a serem superados no futuro:

- consolidar a inserção do Programa na agenda prioritária do governo, sua estrutura de comando e coordenação interministerial e o patrocínio por altos dirigentes;
- fortalecer a penetração do programa na estrutura organizacional dos ministérios [...];
- assegurar recursos orçamentários num contexto de restrição fiscal [...];
- aprofundar a integração entre projetos enfocando, em especial, a unificação de canais de oferta de serviços ao cidadão e o compartilhamento da infra-estrutura, abrangendo inclusive os demais Poderes e os níveis de governo estadual e municipal;
- fortalecer instâncias e mecanismos para a coordenação e o estabelecimento de padrões para a gestão da infra-estrutura do governo eletrônico, visando assegurar a integração entre plataformas e sistemas;
- definir e implementar como projeto prioritário, a constituição da infra-estrutura necessária e o desenvolvimento de espaços de trabalho virtual;
- avançar na evolução da qualidade e do desempenho da oferta de serviços relevantes ao cidadão na Internet [...];
- viabilizar a implementação de ações voltadas para o fomento à área de negócios [...];
- prover quadros qualificados e dotados de visão estratégica para a implementação dos projetos de governo eletrônico;

²⁵ Ver UNDPEPA-ASPA, 2001.

- mobilizar, motivar e qualificar o pessoal da administração pública para as novas formas de trabalho, comunicação, acesso a informações e prestação de serviços, inerentes ao governo eletrônico;
 - utilizar os recursos da tecnologia da informação na ampliação da oferta de programas de capacitação e no desenvolvimento de novas metodologias e práticas de ensino, em particular o ensino à distância [...];
 - avançar em direção à reestruturação organizacional da administração federal e à melhoria da gestão, com base na reengenharia de processos, centrada no cidadão;
 - assegurar a atualização tecnológica da administração pública num contexto de acelerada mudança e inovação [...];
 - reavaliar a estrutura, inserção institucional e forma de atuação das empresas prestadoras de serviços de informática controladas pelo governo federal [...];
 - consolidar modelos de negócios viáveis, transparentes e efetivos nos seus resultados, que possibilitem a parceria com o setor privado no aporte de recursos e no desenvolvimento de soluções para a implementação de projetos e operação de serviços;
 - consolidar e disseminar modelos de parceria com entidades da sociedade civil e com outros níveis de governo, para a implementação de projetos e operação de serviços, em particular aqueles voltados para a ampliação do acesso à Internet e para a transparência da ação governamental.
- Como desafio maior, que de certa forma sintetiza a visão que permeia o conjunto de recomendações apresentado, coloca-se a necessidade de assegurar a continuidade e consolidação do Programa, enquanto política de Estado.

O desafio maior, identificado em momento de transição política e apontado no último parágrafo acima, parece ter sido superado, diante da manifesta disposição das autoridades responsáveis pela condução do programa no novo governo em desenvolvê-lo ainda mais, com inovação, integração, foco no cidadão e inclusão digital, para “não somente melhorar a prestação de serviços, mas levar a cidadania a todos os brasileiros” (BRASIL, 2003).

Na visão dos novos gestores governamentais,

os serviços de governo eletrônico estão voltados primordialmente para as classes A e B, além de existir uma baixa integração com estados, municípios e demais poderes. “O foco da prestação de serviços e informações on-line está na estrutura estatal e não nas necessidades dos cidadãos. Temos um governo eletrônico excludente por não realizar esforços de inclusão digital”. (BRASIL, 2003)

Assim, as perspectivas são de que haverá continuidade no compromisso político necessário ao desenvolvimento do Programa Governo Eletrônico, com a ampliação do seu alcance social. Entretanto, permanece o quadro de restrição fiscal diagnosticado anteriormente, o que poderá dificultar a realização de investimentos e comprometer a viabilização de projetos importantes.

CAPÍTULO 3 - COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E JORNALISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Este capítulo aborda aspectos conceituais relativos à Teoria da Comunicação e a elementos concernentes à presente pesquisa: mídia, serviços comerciais de informação, jornalismo *on line*, educação permanente.

3.1 Comunicação, mídia e jornalismo na Sociedade da Informação

Buscando situar a pesquisa no plano geral dos estudos da comunicação, mediante sua inserção em um modelo conceitual aplicável ao contexto da pesquisa, tomamos como referência KATZ e LAZARFELD (*apud* UNESCO), que formularam, com base em diferentes pesquisas de campo realizadas durante campanhas eleitoriais, a **teoria das duas fases da comunicação**:

Segundo eles, as mensagens dos meios de comunicação social chegam primeiro a algumas pessoas mais envolvidas e mais influentes que as outras. Em seguida, os orientadores da opinião²⁶ retransmitem, amplificando a informação recebida de acordo com relações diretas e no seio de grupos restritos. Observações posteriores indicam que essas pessoas nem sempre constituem um intermediário tão simples entre os meios de comunicação social e o público em geral: as redes de influência são complexas e múltiplas. (1983, p. 470)

Esse modelo conceitual é particularmente adequado para explicar o processo de comunicação que ocorre na divulgação de fatos relacionados ao governo eletrônico. Se considerarmos o órgão ou integrante do governo que dá origem à notícia como o emissor, o jornalista ou a publicação que der repercussão ao fato funcionará como formador de opinião, amplificando a informação recebida para o seu público. O esquema da Figura 4 permite uma melhor compreensão do modelo proposto por KATZ e LAZARFELD.

²⁶ No Brasil, costuma-se utilizar o termo *formadores de opinião*.

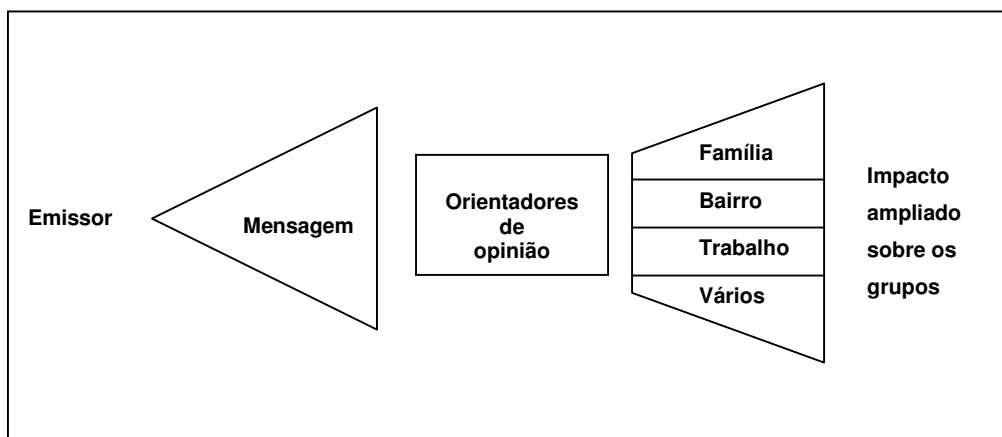


Figura 4: Modelo da teoria de Katz e Lazarsfeld, por Bühler

(Fonte: UNESCO, 1983)

Devemos considerar que a comunicação institucional do governo se processa, em grande parte, segundo o modelo acima proposto, com atuação sobre os formadores de opinião, para obter maior repercussão na sociedade. Para tanto, praticamente todos os órgãos e instituições governamentais contam com estruturas de comunicação próprias ou contratadas (assessorias, gerências, consultorias), para atender a jornalistas, divulgar informações de interesse da instituição e organizar eventos jornalísticos, tais como entrevistas, visitas, etc. (LAGE, 1987).

Por outro lado, ao analisarmos o processo de comunicação considerando como emissor a publicação, os orientadores de opinião serão os seus leitores, os quais retransmitirão a informação recebida a grupos de seu relacionamento.

O processo de comunicação ocorre através dos meios de comunicação, ou **mídia**. Na definição de LAGE (1986), *mídia* é o “volume socialmente distribuído de veiculação da mensagem. Conjunto dos meios de comunicação. Do latim *media* (plural de *medium*), através do inglês, que emprestou à palavra sua pronúncia” (p. 73). O termo “mídia eletrônica” designa os veículos eletrônicos (rádio e televisão), enquanto que “mídia impressa” aplica-se aos veículos impressos (jornais, revistas, etc).

A difusão da mídia eletrônica, em particular da televisão, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi responsável por uma expansão sem precedentes na audiência, caracterizando a chamada **mídia de massa** ou **grande mídia**. “Uma mensagem similar era enviada ao mesmo tempo de alguns emissores centralizados para uma

audiência de milhões de receptores” (CASTELLS, *op. cit.*, p. 356), o que levou à personalização do conteúdo e formato das mensagens para o denominador comum mais baixo.

A introdução das novas tecnologias (TV e rádio por satélite, cabo, videocassete, rádios temáticas, etc), ao longo da década de 1980, levou a significativas transformações no mundo da mídia, e ao surgimento de novas tendências:

Em resumo, a nova mídia determina uma audiência segmentada, diferenciada que, embora maciça em termos de números, já não é uma audiência de massa em termos de simultaneidade e uniformidade na mensagem recebida. A nova mídia não é mais mídia de massa no sentido tradicional do envio de um número limitado de mensagens a uma audiência homogênea de massa. Devido à multiplicidade de mensagens e fontes, a própria audiência torna-se mais seletiva. A audiência visada tende a escolher sua segmentação, intensificando o relacionamento individual entre o emissor e o receptor. (SABBAH, *apud* CASTELLS, *op. cit.*, p. 364)

Mas CASTELLS salienta que “a diversificação dos meios de comunicação, devido às condições de seu controle empresarial e institucional, não transformou a lógica unidirecional de sua mensagem nem realmente permitiu o *feedback* da audiência” (p. 366).

3.1.1 A mídia *on line*

A superação do modelo de comunicação unidirecional, ainda hoje hegemônico, se torna factível com o advento da **comunicação mediada por computador (CMC)**, um aspecto fundamental da sociedade da informação, que introduz a possibilidade da interatividade. Apesar de reconhecer que sua utilização cresce em ritmo acelerado, expandindo-se principalmente por meio do sistema educacional, CASTELLS prognostica que “a CMC não é um meio de comunicação geral nem o será em um futuro próximo, (...) [pois] ainda excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo, ao contrário da televisão e outros meios de comunicação em massa”. (1999, p. 382).

Nesse contexto surge a **mídia *on line***, caracterizada pela incorporação aos meios de comunicação social três funcionalidades da CMC: a utilização de recursos multimídia (sons, textos e imagens), a possibilidade de interação emissor-receptor e a navegação hipertextual. Neste ponto, é importante apresentar as noções das três características-chave citadas:

- Multimídia – convergência de elementos sonoros, visuais e textuais no ambiente computacional, com possibilidade de utilização simultânea e integrada desses recursos.
- Interação – “ação que se exerce mutuamente entre duas ou mais coisas, ou entre duas ou mais pessoas; ação recíproca” (FERREIRA, 1975, p. 779). Já no contexto das TIC, LÉVY relaciona esse conceito ao “desenvolvimento de microinterfaces relacionadas aos principais sentidos e módulos cognitivos humanos, [...] [que] viriam a animar e alimentar dispositivos funcionais caracterizados pela *ação mútua* e *simultânea* de usuários e sistemas” (1993, p. 111)
- Hipertexto – ainda segundo LÉVY,

[...] é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende sua conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira. (idem, p. 33)

Considerando o escopo do presente estudo, dentre a profusão de alternativas de informação existentes na Internet, destacamos as publicações jornalísticas *on line* presentes na *World Wide Web*, tais como jornais, revistas, *newsletters* e outras modalidades de provimento sistemático e contínuo de notícias, sejam produtos nascidos já nesta nova mídia ou versões eletrônicas de publicações da mídia tradicional.

Pode-se dizer que os atuais serviços noticiosos na *Web* são a evolução dos primeiros serviços de dados *on line* baseados em sistemas de videotexto, consolidados na década de 1980, que, através de conexões telefônicas ou de redes de linha privada, eram acessados por computadores, embora ainda não oferecessem recursos de multimídia, interatividade e hipertexto, que caracterizam o estágio mais avançado da mídia *on line* atual. Tais serviços eram oferecidos por agências de notícias, jornais e empresas especializadas em informações sobre negócios, tais como cotações de mercadorias, dados econômicos, etc.

Com a expansão da Internet e da *World Wide Web*, os tradicionais veículos da mídia impressa passaram a se fazer presentes no novo meio. Segundo DIZARD

(1998), em 1995, mais de 100 jornais diários americanos dispunham de *home pages* na Internet. O pioneiro no envio eletrônico de jornais diretamente aos computadores dos clientes foi o *Wall Street Journal*, que naquele ano lançou seu jornal eletrônico, uma versão personalizada extraída de suas edições regulares. O autor cita um estudo da empresa de investimentos Salomon Brothers, o qual observa que

o vínculo entre jornais e a Internet beneficia a ambos: os jornais trazem para a Internet enormes contingentes de informação local útil e recursos editoriais válidos que ajudam a peneirar, explicar e fornecer contexto no meio da confusão on-line: a Internet oferece formatos de apresentação flexíveis e amplas opções de distribuição que começaram a fortalecer e expandir a importância dos jornais... (p. 247)

Para designar essas empresas mediadoras e fornecedoras de informação especializada, TAMARGO e SÁNCHEZ-TABERNERO propõem o termo **serviço comercial de informação (SCI)**, conceituado como “empresa informativa que tem por objeto difundir serviços de informação especializada, geralmente em suportes eletrônicos, para ajudar a pessoas, profissionais e organizações, em seus negócios ou na tomada de decisões”²⁷ (1996, p. 75).

Os autores também propõem uma classificação para os SCI, que compreende três categorias:

- Serviços de informação para negócios, que visam subsidiar a tomada de decisões econômicas, comerciais ou de gestão empresarial
- Serviços de informação científica e técnica, voltados a suprir necessidades de pesquisa, educação e análise
- Serviços de informação para consumidores, destinados a diversos usos particulares

Tal conceito tem aplicabilidade na classificação das publicações jornalísticas que fornecem informações selecionadas sobre temáticas específicas, que é o caso de alguns dos **veículos especializados em tecnologia da informação** que integram o objeto da presente pesquisa.

²⁷ Em espanhol no original, livre tradução do autor.

3.1.2 Jornalismo *on line*

Para uma abordagem mais detalhada sobre o jornalismo *on line*, começamos tomando como referência o conceito de **informação jornalística** proposto por BRAJNOVIC:

A informação jornalística consiste na reunião, tratamento e difusão das notícias conseguidas, sejam diretamente pelo informador ou pela Redação de um meio informativo, sejam recebidas de outros centros de informação. Talvez convenha aclarar certos termos desta definição: por *tratamento* das notícias entendo a seleção, a elaboração (comentário, crônica, reportagem) e a simples publicação das notícias ou material informativo; por *difusão* compreendo a divulgação – empregando uma linguagem apropriada – deste material informativo através dos meios de comunicação social ou através das agências de informação a serviço destes meios. Com a palavra *informador* denomino um colaborador espontâneo ou um profissional (repórter, correspondente, enviado especial, redator, etc.), enquanto que a *Redação* pode ser tanto de uma agência de informação como de qualquer meio de comunicação social.²⁸ (1974, p. 34)

A formulação tradicional de BRAJNOVIC evidencia o papel de intermediário da informação desempenhado pelo jornalista, mas é anterior ao advento da CMC e suas implicações. No ciberespaço, onde uma quantidade de informação sem precedentes na história humana está, em princípio, disponível para qualquer usuário conectado à rede com apenas alguns cliques de mouse, o papel dos intermediários da informação em geral, e dos jornalistas em particular, tem motivado questionamentos, a exemplo das alternativas apontadas por MARCONDES FILHO:

A informação tornou-se muito mais ampla, mais diversificada e acessível. Além do volume de dados inapreensível pela sua magnitude, a rede conta com fornecedores de todo tipo. (...)

O volume de dados circulantes leva a crer que no futuro os jornalistas se tornem dispensáveis, pois as pessoas terão critérios, discernimento e desenvoltura para pesquisar, localizar e utilizar toda a informação necessária à sua vida (perspectiva que acredita de forma otimista nos usuários). Ou então, que os jornalistas sobrevivam mas como “técnicos em documentação”, isto é, como pessoas que pesquisam, juntam, sintetizam volumes extensos de informação em função de uma demanda específica do leitor/consulente (perspectiva mais pessimista, do ponto de vista do público). (2000, pp. 145-146)

Apesar das facilidades proporcionadas pela CMC na disponibilização e acesso à informação, quase que instantâneos, MEADOWS vê dificuldades de recuperação, na Internet, das informações mais relevantes, em razão da ausência de sistematização e de que “quase certamente haverá grandes quantidades de

²⁸ Idem.

material irrelevante. Leva tempo decidir qual é qual. (...) A informação disponível em computador tem ainda um caminho a percorrer até que possa ser considerada tão sistematizada quanto a informação impressa” (2000, p. 27). Para esse autor, a evolução da comunicação eletrônica e a automação de determinadas habilidades dos intermediários – aqueles que estão envolvidos na transferência da informação do produtor para o usuário – levou à *desintermediação*. Ressalva, entretanto, que há a possibilidade de esses intermediários aprenderem novas habilidades e, de maneira diferente, continuar seu trabalho. “Nesse caso”, conclui, “o que acontece não é a *desintermediação* mas a *reintermediação*” (p. 30).

Essa reintermediação por meio do domínio das técnicas do novo meio vai ao encontro do entendimento de DEUZE, para quem a mídia *on line* implica em uma diferenciação funcional na atividade jornalística:

O jornalismo *online* pode ser funcionalmente diferenciado de outros tipos de jornalismo por usar seu componente tecnológico como um fator determinante em termos de definição (operacional). O jornalista *online* tem que tomar decisões sobre qual formato de mídia conta melhor uma certa história (multimedialidade), tem que dar espaço com opções para o público responder, interagir ou mesmo personalizar certas histórias (interatividade) e deve considerar maneiras de conectar a história com outras histórias, arquivos, fontes, etc, através de *hyperlinks* (hipertextualidade).²⁹

É inegável que o jornalismo, enquanto atividade relacionada a processos de tratamento e comunicação da informação, foi amplamente afetado pelo novo paradigma tecnológico da Sociedade da Informação. Aliás, os reflexos são profundos em todas as áreas da atividade humana, com reflexos sociais, políticos, econômicos e culturais para todo o conjunto da sociedade. Entretanto, cabe aos jornalistas, e demais profissionais da informação, instrumentalizarem-se para atuar de forma efetiva nessa nova fronteira da mídia, cujas bases estão sendo atualmente construídas.

3.2 Educação permanente e jornalismo de C&T

O conceito de educação permanente foi formulado pela Comissão de Desenvolvimento da Educação da Unesco e designa "a educação que começaria na pré-escola e continuaria até o fim da vida, e que, para ser viabilizada, precisa da colaboração de outras instituições que não a escola" (LIMA, 2000, p. 14).

Já situado no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), o Livro Verde enfatiza que

"a educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado [...] [e] significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. (TAKAHASHI, 2000, p. 45)

Ao discorrer sobre a educação e as tecnologias do conhecimento, DOWBOR nos indica que a construção do conhecimento suplanta a esfera da educação tradicional, quando diz que é importante

entender que a transformação dos espaços do conhecimento não pode se dar apenas de dentro dos espaços da educação: exige ampla participação e envolvimento de segmentos empresariais, dos sindicatos, dos meios de comunicação, das áreas acessíveis da política, dos movimentos comunitários, dos segmentos abertos das igrejas etc., na gradual definição dos nossos caminhos para a sociedade do conhecimento. (2001)

LIMA destaca o papel da mídia eletrônica, ao dizer que "na opinião do jornalista Alberto Verga, não é possível alcançar a meta de educação permanente sem o apoio dos meios de comunicação eletrônicos, assim como não é viável desenvolver nenhuma política ou ideologia sem contar com a colaboração do jornalismo" (*op. cit.*, p.15-16).

O jornalismo de ciência e tecnologia surge como uma importante ferramenta da educação permanente. Há mais de 25 anos, o Centro Interamericano para a produção de Material Científico e Educativo para a Imprensa (Cimpec) já identificava que "as novas funções da comunicação na sociedade moderna têm determinado que o comunicador se multiplique e especialize [...]. Um desses ramos da comunicação é o da educação, ciência e tecnologia e cujo exercício se tem chamado jornalismo científico" (idem, p. 16).

Entretanto, a tendência à especialização deve ser considerada como um desafio à informação jornalística, alerta-nos BUENO: "A segmentação excessiva contribui para a fragmentação do conhecimento porque, quase sempre, privilegia o

²⁹ Em inglês no original, livre tradução do autor.

detalhe em detrimento do processo e, por um viés filosófico/ideológico, decorrente da ânsia de consumo da informação, impede que a opinião pública o compreenda por completo" (2001, p. 196). O autor ressalta a necessidade de procurar trazer a informação científica para junto da vida das pessoas e das empresas.

Outro problema levantado por BUENO diz respeito a procedimentos eticamente condenáveis no tratamento jornalístico da ciência e tecnologia, decorrente da aplicação intensiva da ciência nos processos econômicos e seu papel relevante na reprodução do capital. Destaca o autor:

Os meios de comunicação têm, de caso pensado ou por ingenuidade (incompetência, despreparo?), se tornando cúmplices de interesses políticos, econômicos e comerciais, atuando como autênticos porta-vozes de indústrias, institutos de pesquisa ou governos mal intencionados. Em alguns casos, fica difícil distinguir, dentre o noticiário, também no de caráter científico, os limites entre a informação e o marketing, podendo ser identificados com alguma frequência, na mídia, *releases* de imprensa, emitidos por empresas e entidades, travestidos de notas e notícias confiáveis. (idem, p. 176)

A importância da função educativa do jornalismo científico é reconhecida por muitos autores, mas relativizada por EVANGELISTA, para quem

o jornalismo científico não deve ter a educação como seu objetivo principal. Assim como todos os outros ramos do jornalismo, seu objetivo maior deve ser tratar de assuntos que sejam de interesse público, informando os leitores de maneira que possam participar ativamente da vida pública e dos processos decisórios da democracia. Com a crescente tecnologização do mundo e com a apropriação cada vez mais intensa que o capital procura fazer da ciência, esse papel, ligado ao interesse público, ganha ainda mais relevância para o exercício da cidadania. (2002a)

A nosso ver, entretanto, a função educativa do jornalismo não está dissociada de um tratamento da informação segundo o interesse público. Entendemos que é possível uma convergência de propósitos que possibilite a inserção, do jornalismo em geral, e do científico em particular, no contexto atual de demanda por educação continuada, em uma perspectiva socialmente relevante.

3.3 O acesso à informação e o exercício da cidadania eletrônica

Ao considerar as transformações revolucionárias em curso no universo do conhecimento, DOWBOR chama nossa atenção para a importância das atividades de governo e a ampliação do papel do Estado nas sociedades mais desenvolvidas: "...estes serviços de organização e gerenciamento social exigem hoje mais do que a

tradicional burocracia: precisam ser ágeis e flexíveis. Isto exige não só uma grande intensidade em informação, como o acesso generalizado a esta informação, para que se garanta a democracia e a transparência" (2001).

O Livro Verde, por sua vez, destaca a necessidade de uma educação para a cidadania, que suplante a mera capacitação tecnológica, e que "as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis" (TAKAHASHI, 2000, p. 45).

A viabilização dos novos paradigmas de relacionamento Cidadão-Estado, decorrentes do gradativo processo de consolidação do Governo Eletrônico como instrumento de gestão, passa também pela revisão dos processos de comunicação do governo e seus gestores para com a sociedade, os quais serão caracterizados por uma maior transparência e pela comunicação direta com o público. Como salienta NASSIF,

"essa transparência exigirá uma nova postura dos gerentes de comunicações dos ministérios. Atualmente, eles estão preparados para atuar na mídia. Terão que aprender a produzir conteúdo para o público em geral, pensando a comunicação social como relacionamento, com toda a gama de clientela que interage com a administração pública" (NASSIF, 2002).

É inegável que para a realização de todo o potencial de acesso e controle do Estado pela sociedade, decorrente do uso das tecnologias de comunicação e informação na administração governamental, é imprescindível o interesse humano pelo processo político. Por isso, é fundamental o papel dos grupos sociais e instituições historicamente comprometidos com o processo democrático, particularmente a imprensa, que deverão exercer a pressão necessária à adoção, pelos governantes, das medidas necessárias a implementação do governo eletrônico de forma a maximizar o atendimento aos anseios dos diversos segmentos da sociedade.

Atualmente, no Brasil, a produção de informação jornalística sobre governo eletrônico é restrita. Pela natureza do tema, predominam os *press releases* das assessorias de imprensa de órgãos governamentais e as fontes oficiais. Na grande imprensa, o tema é abordado esporadicamente, pois suas especificidades tecnológicas exigem uma abordagem mais especializada. Eventualmente, alguns

assuntos ganham destaque quando suscitam polêmica e mobilização de segmentos da sociedade. É o caso da urna eletrônica, da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), do uso de software livre pela administração pública, que tiveram maior repercussão, entre outros. Assim, o governo eletrônico é pauta freqüente apenas nos veículos especializados em tecnologia da informação.

Ao abordar a polêmica em torno da urna eletrônica, EVANGELISTA nos oferece um exemplo afeto ao governo eletrônico, que merece ser analisado com o grau de aprofundamento próprio do jornalismo científico:

O processo democrático pressupõe o acompanhamento, a fiscalização e a participação da sociedade. E, para que isso aconteça de forma plena, é preciso ter acesso às informações e ao conhecimento. Cabe ao jornalismo científico buscar a ambos, com autoridades e especialistas, de maneira que o impacto e a presença da tecnologia sejam compreendidos em todas as suas dimensões. Para que a tecnologia possa desenvolver a melhor de suas qualidades, sem se tornar apenas veículo de enriquecimento e dominação na mão de poucos, é preciso que a sociedade participe e esteja informada. (EVANGELISTA, 2002b)

A relevância da abordagem do tema pelo jornalismo, do ponto de vista do interesse social, se evidencia pelos agentes fundamentais envolvidos no processo: Estado e cidadão. A introdução das tecnologias da informação e comunicação nos processos executados pelo Estado aponta para novos paradigmas de gestão administrativa e política, com implicações significativas para a sociedade em geral e cada cidadão em particular. Por um lado temos as facilidades decorrentes da ampliação da oferta de informação e da agilização das operações interativas entre o cidadão e agentes governamentais. Por outro, o analfabetismo digital de parcela imensa da população brasileira (TAKAHASHI, 2000, p. 38) impede que esta usufrua os benefícios propiciados pela tecnologia ao "cidadão eletrônico", o que aumenta o fosso entre incluídos e excluídos - digital e socialmente - e tem conseqüências políticas nefastas.

No processo de diminuição do fosso digital, além da superação das barreiras do acesso e do analfabetismo tecnológico, ganha importância a função educativa do jornalismo, em decorrência da necessidade de instruir o cidadão, as empresas e os próprios agentes governamentais acerca deste novo ambiente tecnológico de interação com o Estado, com suas implicações políticas, sociais e culturais. Esta

função educativa deve ser exercida segundo as práticas tradicionais do jornalismo: prospecção e apuração de informações e sua difusão ao conjunto da sociedade.

3.4 Um projeto de jornalismo científico sobre governo eletrônico

No contexto acima descrito, em que o papel da informação é fundamental, abre-se o espaço para um projeto jornalístico especializado voltado à divulgação de conhecimentos relacionados ao tema governo eletrônico.

Embora, como abordado no capítulo anterior, o governo brasileiro mantenha o *website* institucional do Programa Governo Eletrônico, o Brasil ainda carece de iniciativas de divulgação científica sobre o assunto. Nesse sentido, a formação de um grupo de pesquisa no Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico, vinculado ao Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas (IJURIS), suscitou o desenvolvimento de um projeto associado de jornalismo *on line*.

O projeto em questão consiste de um *site* na Internet, voltado ao tema do governo eletrônico, que contempla, entre outros aspectos: divulgação de projetos institucionais, divulgação de produção científica, clipagem e indexação de notícias *on line*, edição de uma *newsletter* mensal, produção de conteúdos específicos e formação de um repositório de informações.

Parte das propostas acima formuladas foi implementada, inicialmente com o **Clipping e-Gov.br**, projeto que deu origem à presente pesquisa. O Clipping, atualmente desativado, será substituído por uma publicação eletrônica mais evoluída, o boletim informativo técnico-científico **Informe e-Gov.br**, a ser incorporado ao conteúdo da revista eletrônica do IJURIS.

Embora o escopo do projeto ainda seja limitado, está previsto o incremento gradual do *site*, com a produção sistemática de conteúdo jornalístico e agregação de novos serviços. Atualmente, está em curso uma reformulação do *site*, com o objetivo de proporcionar aos internautas melhor *design* e usabilidade. A adequação do projeto compreenderá a revisão da arquitetura informacional e dos conteúdos, além da introdução e atualização tecnológica de ferramentas automatizadas e recursos multimídia.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo aborda a delimitação do objeto, a estratégia metodológica e as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta, tratamento e análise dos dados.

4.1 Estratégia de pesquisa

Conforme abordado no Capítulo 1, a partir da **questão** proposta para a presente pesquisa - como repercutem nos meios de comunicação as ações governamentais relacionadas ao processo de implantação do governo eletrônico? – foram formulados o objetivo geral e três objetivos específicos, já citados na seção 1.3.

Como ponto de partida para a consecução dos objetivos do trabalho, foram adotados os seguintes **pressupostos**, formados a partir da observação preliminar e não-sistemática do noticiário:

- a) a veiculação de notícias sobre governo eletrônico é restrita e, em razão de suas especificidades tecnológicas, é pauta freqüente apenas nas publicações especializadas em tecnologia da informação;
- b) as iniciativas de governo eletrônico do Poder Executivo federal são veiculadas com maior destaque;
- c) a cobertura tende a enfatizar aspectos relacionados à prestação de serviços, com menor destaque para questões relacionadas ao controle social do Estado.

Na formulação da estratégia de pesquisa, optou-se por uma abordagem quantitativa e pela realização de um estudo descritivo, com a análise estatística sobre um conjunto de notícias, formado a partir da coleta de dados de fontes jornalísticas diversas. A escolha foi justificada pela razão de que a notícia é o

elemento fundamental de expressão dos fatos jornalísticos na imprensa. Assim, a repercussão das ações de governo eletrônico na mídia *on line* poderia ser aferida a partir da identificação, classificação e consolidação de dados relativos a notícias publicadas.

Os procedimentos técnicos adotados compreenderam pesquisa bibliográfica, envolvendo a fundamentação teórica relacionada a governo eletrônico e jornalismo, e pesquisa documental, realizada sobre o material jornalístico coletado.

Como a intenção da pesquisa era o de avaliar a repercussão de fatos relacionados ao tema governo eletrônico na imprensa *on line*, foram estabelecidas limitações de escopo. Definiu-se que a coleta seria restrita a notícias e artigos relacionados ao tema governo eletrônico veiculados em publicações não-governamentais da mídia *on line* brasileira, cujos conteúdos estivessem disponíveis na Web, em língua portuguesa. O critério justifica-se porque o objetivo da análise empírica era a repercussão dos fatos e não o esforço de comunicação institucional governamental. Assim, não foram considerados outros materiais noticiosos, tais como *press releases*, disponibilizados por assessorias de imprensa, órgãos públicos ou agências governamentais de notícias, o que excluiu o material produzido pelo *site* institucional Governo Eletrônico, Agência Brasil/Radiobrás e outros *sites* oficiais.

Como referência, nesta dissertação serão adotadas as seguintes definições de LAGE, para **notícia e artigo**:

a **notícia** (grifo nosso) se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. (1987, p. 16) (...) A estrutura da notícia é lógica; o critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, etc. (p. 60)

Artigo: texto que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto. Geralmente assinado, o artigo não é necessariamente jornalístico, ou escrito por jornalista. Pode ser colaboração de um técnico, literato ou especialista. (1987, p. 55)

O critério para estudo da notícia ou artigo é a existência de relação com o tema **governo eletrônico**. Para tanto, serão considerados notícias ou artigos nos quais se constate, após análise preliminar de conteúdo, referência a aspectos relacionados ao conjunto de políticas públicas, ações gerenciais, processos e produtos, nos planos estratégico, tático e operacional, relacionados à aplicação das tecnologias da informação e comunicação nas atividades próprias do Estado.

A natureza e os parâmetros definidos para a pesquisa implicaram na adoção da amostragem não-probabilística acidental. Essa opção se justifica pela intenção de reunir o maior número possível de notícias³⁰ na etapa de coleta, sem restrições quanto à publicação de origem, observada a limitação de escopo colocada inicialmente.

A escolha das publicações a serem observadas para a coleta de notícias foi precedida de uma pesquisa preliminar na *Web*, para identificar os veículos de comunicação *on line* brasileiros que fizessem o registro de notícias relacionadas ao tema governo eletrônico. Esta etapa consistiu na prospecção e seleção das publicações *on line* que seriam consideradas na pesquisa. Na análise das publicações disponíveis, nosso foco foi direcionado para publicações especializadas em tecnologia da informação, com base no pressuposto de que, por sua conotação tecnológica, o tema governo eletrônico seria objeto de notícias nesses veículos. A partir dos critérios de abrangência da cobertura e periodicidade de atualização, foram selecionadas as seguintes publicações: **Computerworld** (<http://computerworld.terra.com.br/>), **IDG Now!** (<http://www.idgnow.com.br>), **PC World** (<http://www.pcworld.com.br>) e **Info Exame Online** (<http://info.abril.com.br/>).

Complementarmente à monitorização das publicações citadas, e para localizar notícias divulgadas em outros veículos, utilizamos como ferramenta adicional de pesquisa o serviço Clipping BOL (<http://clipping.bol.com.br/clipping.html>), oferecido pelo site BOL – Brasil On Line (<http://www.bol.com.br>). Esse serviço consiste em uma ferramenta de busca, o Caça-notícias do Miner/BOL, que, a partir de palavras-chave definidas pelo usuário, retorna até 30 notícias identificadas nas 25 publicações on line seguintes: [Agência Estado](#), [BOL IDS](#), [CorreioWeb](#), [Diário do Grande ABC](#), [Estado de Minas](#), [Estado de S.Paulo](#), [Folha Online](#), [Folha de S.Paulo](#), [Gazeta Mercantil](#), [Gazeta do Povo](#), [Globo On Line](#), [IDG Now](#), [Info Online](#), [ItWeb](#), [Jornal da Tarde](#), [Jornal do Brasil](#), [Jornal do Comércio](#), [O Dia](#), [O Globo](#), [O Povo](#), [TciNet](#), [Terra](#), [Tribuna da Imprensa](#), [UOL](#), [Zero Hora](#).

³⁰ Nesta e em futuras referências ao termo “notícia”, considera-se indistintamente tanto notícias como artigos.

Além das notícias coletadas segundo os procedimentos de observação sistemática, também foram considerados para a coleta, com base em observações assistemáticas, notícias ou artigos identificados eventualmente em outras fontes não citadas acima, conforme os critérios básicos de seleção: estar relacionado ao tema governo eletrônico e disponível em publicação jornalística *on line*, na *World Wide Web*. A relação completa das fontes das notícias coletadas, com as respectivas URL, consta do Apêndice 1.

4.2 Trabalho de campo

A fase de coleta de dados compreendeu o período de junho de 2001 a novembro de 2002. Por motivos de força maior, não houve coleta de dados em junho de 2002.

Nesta fase, as publicações *Computerworld*, *IDG Now!* e *Info Online* foram acompanhadas de forma sistemática, mediante assinatura dos respectivos serviços de *newsletter*, que permitiam a análise diária das notícias publicadas. A partir de julho de 2002, foi também incluída nessa forma de monitorização a publicação *PC World*.

No serviço Clipping BOL, foi criado um *clipping* específico denominado “Governo Eletrônico”. Como parâmetros de busca, foram informadas as seguintes palavras-chave: PEP, cidadão, eletrônico, governo, *on line*, telecentro, entre outras. Em função da natureza do tema objeto de pesquisa, a coleta das notícias foi direcionada para as editorias de Economia, Geral e Tecnologia das publicações abrangidas pelo mecanismo de busca Caça-notícias, anteriormente citadas. O acompanhamento do *clipping* “Governo Eletrônico” foi realizado semanalmente durante o período de abrangência da pesquisa.

Sinteticamente, o procedimento de coleta de dados, que está esquematizado na Figura 5, seguiu o seguinte fluxo:

- Etapa de observação
 - leitura das *newsletters/clippings* assinados, para identificação de notícias relacionadas ao tema governo eletrônico;
 - acesso às notícias a partir dos *links* das *newsletters/clippings*;

- leitura preliminar para avaliação da pertinência das notícias;
 - prospecção complementar de notícias no *site* da publicação;
 - registro dos títulos das notícias, respectivos *hyperlinks* e fontes no formulário de observação e em banco de dados construído com a ferramenta planilha eletrônica Excel.
- Etapa de análise de conteúdo
 - leitura detalhada das notícias para avaliação qualitativa e classificação segundo os parâmetros definidos para a pesquisa;
 - registro dos parâmetros de classificação nos campos próprios no banco de dados.

No processo de coleta de dados, foram utilizados os seguintes recursos tecnológicos:

- Hardware: Pentium III 550 MHz, 128 Mb, HD 15 Mb, Modem 56K
- Software: Windows 2000, Internet Explorer, Outlook, FrontPage
- Provedor: Universo On Line, conexão discada de 56Kbps.

Paralelamente à atividade de pesquisa, com as notícias selecionadas no processo de coleta de dados foi editada a publicação **Clipping e-Gov.br**, no formato de *newsletter*, enviada por e-mail a uma lista de assinantes e também divulgada no *site* www.ijuris.org, do IJURIS - Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas. A periodicidade de divulgação foi semanal, no período de JUN 2001 a JAN 2002, e, posteriormente, quinzenal, no período de FEV 2002 a NOV 2002.

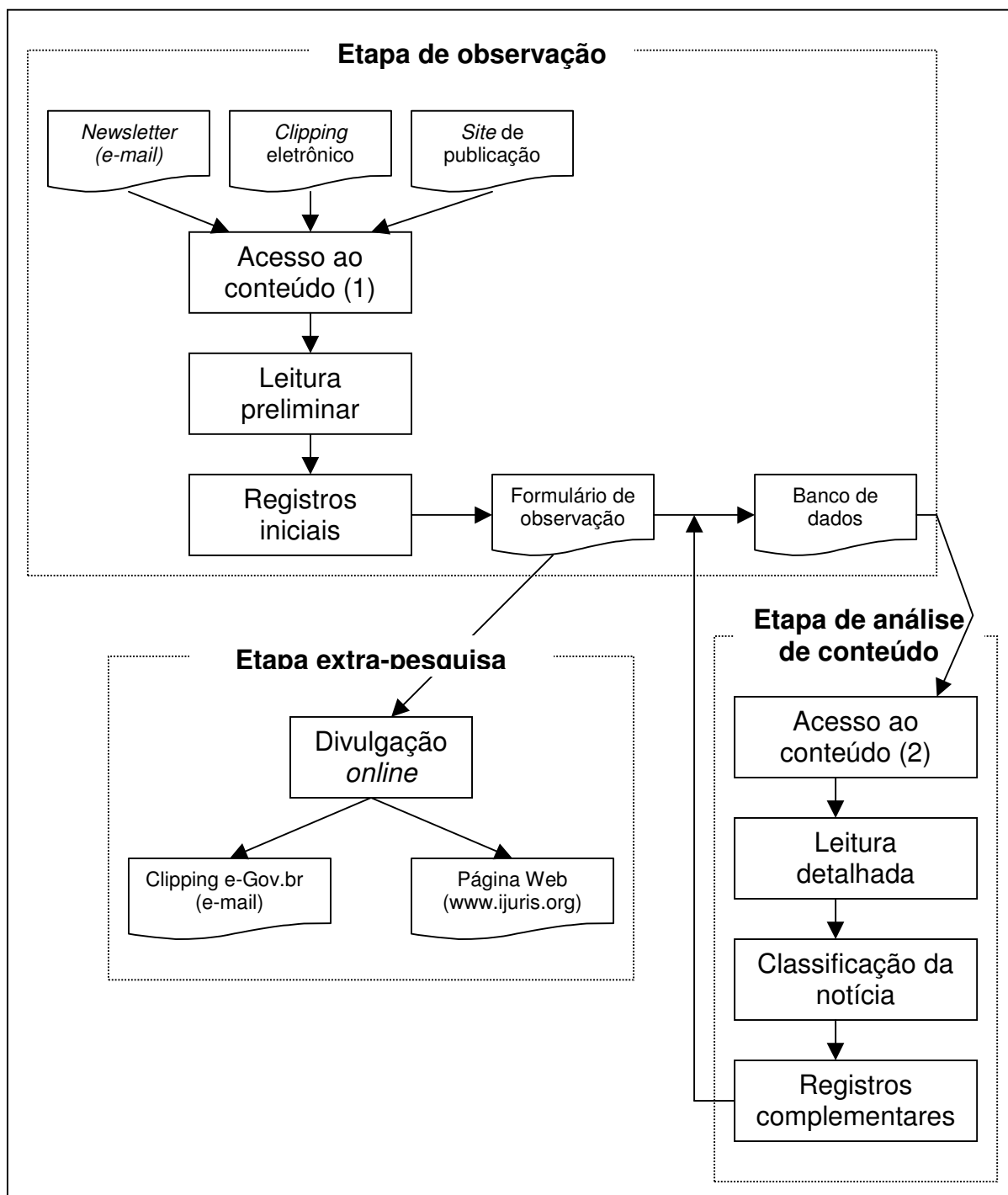


Figura 5: Esquema metodológico da pesquisa de campo

4.3 Instrumentos de coleta de dados

Para viabilizar o levantamento empírico, a organização dos dados e a produção de informações para posterior análise, foram elaborados dois instrumentos de pesquisa: um formulário de observação, para registro imediato das notícias

coletadas (Apêndice 2), o qual, no formato de *clipping*, também foi utilizado para divulgação; e um banco de dados em planilha Excel, para o posterior registro e classificação das notícias coletadas (Apêndice 3). Esses instrumentos destinaram-se a formalizar os resultados das etapas de observação e análise de conteúdo, de modo a fortalecer o processo de investigação.

4.3.1 Apêndice 1 – Formulário de observação – Clipping e-Gov.br

Na etapa de observação, o formulário eletrônico, elaborado em linguagem HTML, foi utilizado para realizar os seguintes registros relativos aos dados básicos das notícias coletadas: título e *hyperlink* para o endereço de publicação da notícia, identificação da fonte responsável pela publicação da notícia e a respectiva data de publicação.

Este mesmo formulário foi utilizado para edição e divulgação do Clipping e-Gov.br, via correio eletrônico, para uma lista de assinantes, e publicação no site www.ijuris.org.

4.3.2 Apêndice 2 – Banco de dados

Para o registro dos dados resultantes da análise de conteúdo das notícias, foi elaborado um banco de dados em planilha eletrônica Excel. A estrutura do banco de dados está descrita na Tabela 1, a seguir. Para possibilitar o atendimento aos objetivos específicos da pesquisa, além dos campos para registro dos dados primários de cada notícia (código de identificação, título com *hyperlink*, fonte, data de publicação e número do *Clipping e-Gov.br*), foram definidos ainda oito campos para o cadastramento de categorias de classificação.

Tabela 1: Estrutura do banco de dados NOTÍCIAS E-GOV

Nome do campo	Tipo	Tamanho	Descrição	Parâmetros
N_Id	Character	4	Código de identificação da notícia	Código numérico sequencial único
N_Titulo	Character	100	Título da notícia na publicação original	Com hyperlink
N_Assunto	Character	30	Assunto de referência da notícia	Livre
N_FuncaoGovern	Character	1	Função de governo relacionada à notícia	1 – Executivo 2 – Legislativo 3 – Judiciário 4 – Sociedade civil
N_EsferaGovern	Character	1	Esfera de governo relacionada à notícia	1 – Federal 2 – Estadual 3 – Municipal
N_Area	Character	30	Área de atuação relacionada à notícia	Livre
N_Orgao	Character	30	Órgão/Instituição relacionado à notícia	Livre
N_UF	Character	2	Unidade da federação relacionada à notícia	Estado, Distrito Federal ou União Federal
N_FontePublicacao	Character	20	Nome da publicação responsável pela divulgação da notícia	Livre
N_TipoPublicacao	Character	2	Tipo de publicação responsável pela divulgação da notícia	E – Especializada G – Geral
N_DataPublicacao	Data	8	Data de publicação da notícia	Formato DD/MM/AAAA
N_NumeroEdicao	Character	3	Número da edição do Clipping e-Gov.Br que destaca a notícia, para fins de referência	Formato 999

A consolidação e análise estatística dos dados foram processadas também com a planilha eletrônica, mediante a utilização da ferramenta de processamento analítico **Relatório de Tabela e Gráfico Dinâmicos**, com a construção de tabelas e gráficos para apresentação dos resultados. Esse recurso conferiu agilidade e flexibilidade à análise dos dados, e permitiu realizar o cruzamento de dados de diversas categorias e a identificação de tendências não aparentes à primeira vista.

4.3.2.1 Campo Assunto

As categorias para classificação do conteúdo das notícias foram definidas de modo a refletir a especificidades dos diversos assuntos concernentes ao tema governo eletrônico. Num primeiro momento, a definição buscou estabelecer categorias-chave relacionadas aos objetivos da pesquisa, que pudessem agrupar notícias cuja análise de conteúdo revelasse características comuns. Buscou-se, assim, evitar a multiplicidade de categorias com maior grau de especificidade, mas

com características semelhantes, de modo a evitar a perda de foco nas análises dos resultados. O item Serviços ao Cidadão, por exemplo, aplica-se a notícias relacionados ao fornecimento de serviços e informações ao cidadão, independentemente da natureza do serviço ou do órgão responsável.

Também foram considerados, na definição de categorias de assunto, aqueles que revelaram repercussão e dimensão ampliadas, seja por sua natureza polêmica, seja por aspectos conjunturais, como por exemplo, a Internet Escolar e o Voto Eletrônico.

Após o cadastramento e a classificação inicial das notícias, foi realizada uma revisão de toda a base de dados, para verificar a adequação da classificação e promover a correção de eventuais distorções. Ao final, foram definidos os 28 assuntos a seguir relacionados: capacitação, certificação digital, comércio eletrônico, compras eletrônicas, controle social, documento eletrônico, educação, educação à distância, eventos, FUST, GESAC, gestão e-Gov, governo eletrônico, inclusão digital, informatização, infra-estrutura, Internet Escolar, investimentos, legislação, monitoramento, portal governamental, Rede Br@asil.gov, segurança, serviços ao cidadão, software livre, telecentros, videoconferência, voto eletrônico.

4.3.2.2 Outros campos de classificação

Para permitir a adequada análise das instâncias e esferas de governo relacionadas às notícias coletadas, e a natureza das publicações, foram definidas as seguintes categorias e parâmetros:

- a) **Função de Governo** – Executivo, Legislativo e/ou Judiciário, ou ainda Sociedade Civil;
- b) **Esfera Governamental** – federal, estadual e/ou municipal, ou não-governamental;
- c) **Área de atuação governamental** – livre, conforme identificado no corpo da notícia;
- d) **Órgão/instituição** – livre, conforme identificado no corpo da notícia;
- e) **Unidade da Federação** – referência à sigla do estado ou Distrito Federal, ou à União Federal, no caso de abrangência nacional;

f) **Tipo de publicação** – especializada ou geral.

Os dados cadastrados nestes campos também foram objeto de revisão e eventuais ajustes.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os resultados consolidados e a análise dos dados computados no estudo empírico, com base nas prospecções realizadas nas publicações consideradas para a pesquisa. São analisadas as principais evidências e tendências observadas, confrontando-se os dados obtidos com os referenciais teóricos e os pressupostos adotados na pesquisa.

5.1 Notícias

Foram analisadas 475 notícias, coletadas no período de 01/06/2001 a 30/11/2002. Por motivos de força maior, não foram coletados dados no mês de junho de 2002, entretanto, entende-se que o fato não comprometeu os procedimentos de pesquisa nem a qualidade dos resultados.

De acordo com os procedimentos detalhados no Capítulo 4 – Metodologia, após análise de conteúdo, os dados relativos a cada notícia foram registrados em banco de dados elaborado em planilha eletrônica e consolidados segundo as categorias estabelecidas previamente. A relação completa das notícias consideradas para o presente estudo consta do Anexo 3.

Na seqüência são apresentados os principais resultados por categoria de análise, com os respectivos comentários, que buscam esclarecer questões específicas verificadas em cada categoria.

5.2 Publicações responsáveis pela notícia

No total, foram identificadas 25 publicações com registro de notícias sobre governo eletrônico. A distribuição das notícias coletadas segundo as fontes está demonstrada na Tabela 2.

A principal fonte de informações foi a publicação **Computerworld**, responsável por cerca de 45% das notícias coletadas. O volume da cobertura dada ao tema governo eletrônico foi regular ao longo de todo o período pesquisado. O enfoque constante sobre o tema veio a culminar com o lançamento, em novembro de 2002, da publicação *on line* especializada **Computerworld e-gov** (<http://egov.idg.com.br>), voltado especificamente à veiculação do noticiário relativo a governo eletrônico.

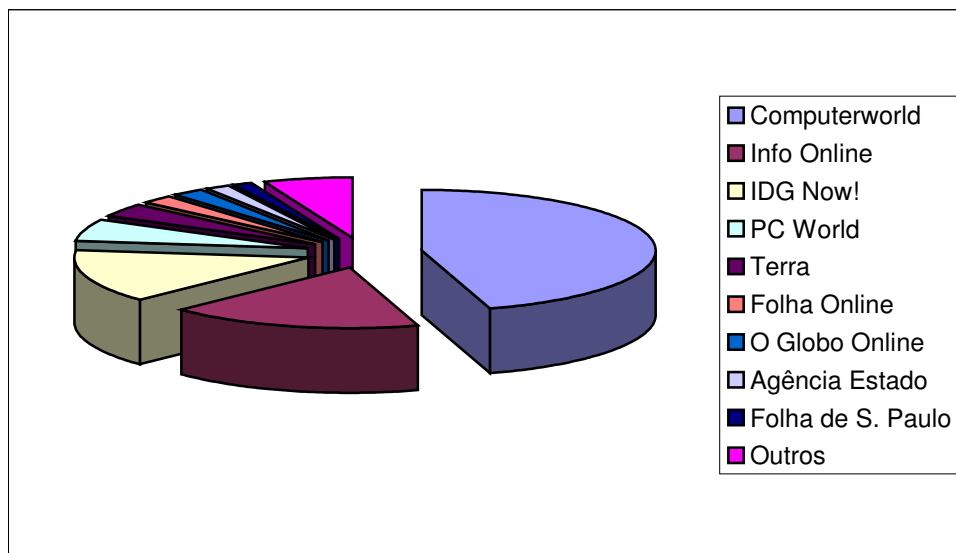
Tabela 2: Classificação das publicações por quantidade de notícias

PUBLICAÇÃO FONTE DA NOTÍCIA	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Computerworld	215	45%
Info Online	83	17,5%
IDG Now!	67	14,1%
PC World	28	5,9%
Terra	18	3,8%
Folha Online	10	2,1%
O Globo Online	10	2,1%
Agência Estado	9	1,9%
Folha de S. Paulo	6	1,3%
CorreioWeb	5	1,1%
ITWeb	4	0,8%
Jornal da Tarde	3	0,6%
Business Standard	3	0,6%
Jornal do Brasil	2	0,4%
no.	2	0,4%
BOL Notícias	1	0,2%
Jornal do Commercio	1	0,2%
O Povo	1	0,2%
Olinux	1	0,2%
Paraná Online	1	0,2%
TCInet	1	0,2%
Tribuna da Imprensa	1	0,2%
UOL Cidades Online	1	0,2%
WebWorld	1	0,2%
ZipNet	1	0,2%
Total Global	475	

As demais fontes com maior incidência de notícias no período pesquisado foram as publicações Info Online (17,5%), IDG Now! (14,1%), PC World (5,9%). Essas três publicações, juntamente com Computerworld, todas especializadas em tecnologia da informação, totalizaram 82,5% do quantitativo total notícias coletadas. Na seqüência, vêm as publicações de caráter geral: Terra (3,8%), Folha Online e O Globo Online (2,1%), além de outras 18 publicações que tiveram incidência de notícias inferior a 2%.

O gráfico da Figura 5 permite visualizar a participação de cada publicação no volume de notícias coletadas.

Figura 6: Gráfico - Notícias coletadas por PUBLICAÇÃO



Os dados demonstram que o tema governo eletrônico é abordado regularmente nas publicações especializadas, enquanto que a cobertura nos veículos da grande imprensa é apenas eventual. Foram identificadas 72 notícias em publicações de caráter geral, o que corresponde a apenas 15% do total. Na comparação das versões *on line* dos três principais órgãos de imprensa do país (Folha Online/Folha de S. Paulo, Globo Online/O Globo e Agência Estado/O Estado de S. Paulo), a frequência de notícias no período pesquisado foi praticamente equivalente, em torno de 2% do total, para cada veículo pesquisado.

Foi constatado ainda que o acompanhamento diário das três publicações selecionadas, por meio da leitura das respectivas *newsletters*, foi mais eficaz do que a busca de notícias com o “Clipping BOL”. Por não se tratar de questão diretamente ligada ao objeto da pesquisa, não foram realizadas investigações no sentido de determinar as razões do baixo desempenho do mecanismo de busca. Entretanto, poderiam ser consideradas como possíveis explicações: as limitações do sistema de busca por palavras-chave; a baixa incidência de notícias sobre o tema “governo eletrônico” nas publicações-alvo da ferramenta Caça-notícias.

5.3 Quantitativo mensal

A distribuição das notícias coletadas ao longo dos meses está demonstrada na Tabela 3, ressaltando-se que não houve coleta de notícias em junho de 2002.

Tabela 3: Distribuição de notícias por MÊS

MÊS/ANO DE PUBLICAÇÃO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
junho-01	8	1,7%
julho-01	31	6,5%
agosto-01	34	7,2%
setembro-01	40	8,4%
outubro-01	48	10,1%
novembro-01	43	9,1%
dezembro-01	26	5,5%
janeiro-02	36	7,6%
fevereiro-02	15	3,2%
março-02	19	4,0%
abril-02	23	4,8%
maio-02	7	1,5%
julho-02	12	2,5%
agosto-02	35	7,4%
setembro-02	44	9,3%
outubro-02	36	7,6%
novembro-02	18	3,8%
Total Global	475	100,0%

No gráfico da Figura 6, podemos visualizar que a maior quantitativo de notícias coletadas ocorreu nos meses de AGO a NOV 2001. O período coincide com o debate em torno da chamada Internet Escolar, projeto do governo destinado à aplicação de recursos do FUST na informatização de escolas, com grande repercussão pública devido ao questionamento da exclusividade dada ao sistema operacional Windows. Este fato respondeu por 16,5% das notícias coletadas no período, chegando a 27,5% em SET 2001.

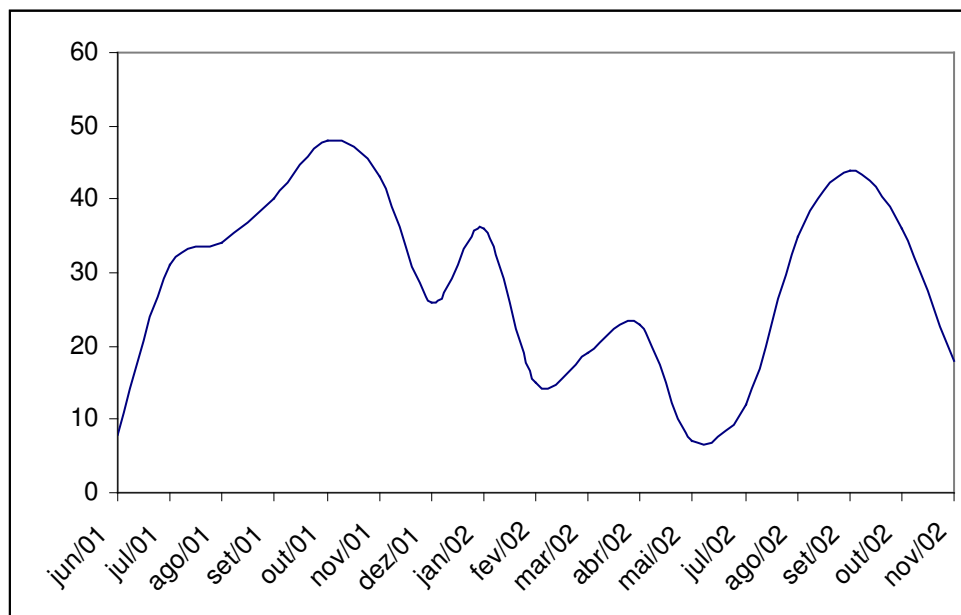


Figura 7: Gráfico – Quantitativo mensal de notícias publicadas

Já no período de SET a NOV 2002 ocorre novo pico de publicações. Nessa época, que coincide com o período eleitoral, um assunto bastante discutido foi o voto eletrônico, que em OUT 2002 representou 27,7% das notícias coletadas. Outro assunto em destaque nesse período foi Serviços ao Cidadão.

5.4 Assuntos abordados

Conforme se verifica na Tabela 4, que retrata a incidência de assuntos no universo de notícias coletadas, o assunto mais citado foi a oferta de serviços ao cidadão, que registrou 72 ocorrências, correspondentes a 15,2% do total de notícias. A frequência do tema Serviços ao Cidadão foi regular ao longo de todo o período analisado, com mínimo de uma, máximo de oito e média de 4,2 ocorrências por mês.

Outros assuntos com grande incidência foram inclusão digital (45 ocorrências - 9,5%), certificação digital (42 - 8,8%), internet escolar (34 - 7,2%), voto eletrônico (33 - 6,9%), Fust, software livre, gestão do e-gov (os três com 21 ocorrências - 4,4%), Rede Br@sil.gov (16 - 3,4%), legislação, comércio eletrônico, informatização,

infra-estrutura (todos com 15 ocorrências – 3,2%), portal governamental, compras eletrônicas (ambos com 14 ocorrências – 2,9%), telecentros (12 – 2,5%) e PC Popular (10 – 2,1%). Nas 61 notícias restantes foram contemplados outros assuntos, todos com percentuais de incidência inferior a 2%.

Tabela 4: Distribuição de notícias por ASSUNTO

ASSUNTO DA NOTÍCIA	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Serviços ao Cidadão	72	15,2%
Inclusão digital	45	9,5%
Certificação digital	42	8,8%
Internet escolar	34	7,2%
Voto eletrônico	33	6,9%
Fust	21	4,4%
Software livre	21	4,4%
Gestão e-Gov	21	4,4%
Rede Br@sil.gov	16	3,4%
Legislação	14	2,9%
Comércio Eletrônico	15	3,2%
Informatização	15	3,2%
Infra-estrutura	15	3,2%
Portal governamental	14	2,9%
Compras eletrônicas	14	2,9%
Telecentros	12	2,5%
PC Popular	10	2,1%
Segurança	9	1,9%
Governo eletrônico	8	1,7%
Documento eletrônico	8	1,7%
Controle social	7	1,5%
Educação	7	1,5%
Evento	7	1,5%
Educação à distância	6	1,3%
Investimentos	3	0,6%
Acessibilidade	3	0,6%
Capacitação	2	0,4%
Monitoramento	1	0,2%
Total Global	475	100,0%

5.5 Função de governo

No relacionamento das notícias coletadas com os três poderes constitucionais, demonstrado na Tabela 5, evidenciou-se o predomínio do Poder Executivo, com 387 ocorrências, correspondentes a 81,5% do total. Seguiram-se o Judiciário, com 43 notícias, 9,1%, e o Legislativo, com 21 ocorrências,

correspondentes a 4,4%. Outras 22 notícias (4,6%) foram vinculadas a instituições da Sociedade Civil.

Tabela 5: Distribuição de notícias por FUNÇÃO DE GOVERNO

FUNCAO DE GOVERNO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Executivo	387	81,5%
Executivo, Judiciário	1	0,2%
Executivo, Legislativo	1	0,2%
Judiciário	43	9,1%
Legislativo	21	4,4%
Sociedade Civil	22	4,6%
Total Global	475	100,0%

Este quadro reflete o maior alcance e repercussão das iniciativas de governo eletrônico adotadas pelo Executivo, função governamental que tem o maior grau de interação com a sociedade, justamente por ser a responsável pela administração da enorme máquina do Estado no inter-relacionamento com os cidadãos e o setor privado. Os assuntos mais abordados, envolvendo o Executivo, foram: Serviços ao Cidadão, Inclusão Digital, Certificação Digital e Internet Escolar.

No âmbito do Judiciário, os assuntos mais frequentes foram Voto Eletrônico, com 27 ocorrências, e Informatização, com 7 referências. Já no Legislativo, destacaram-se os assuntos Internet Escolar e Legislação, com 7 e 6 ocorrências, respectivamente.

Nas notícias relacionadas à Sociedade Civil, destacaram-se os assuntos Educação e Governo Eletrônico, ambos com 4 ocorrências.

5.6 Esfera de governo

A identificação da esfera de governo vinculada a cada notícia, consolidada na Tabela 6, revelou a prevalência do governo federal, referenciado em 374 notícias, que correspondem a 78,7% do total analisado. Já para a esfera estadual foram registradas 55 ocorrências, correspondentes a 11,6%. Vinculadas ao âmbito municipal, foram identificadas 29 notícias, ou 6,1% do total. Registramos ainda 14 ocorrências de notícias relacionadas a instituições sem vinculação direta com as esferas de governo.

Tabela 6: Distribuição de notícias por ESFERA DE GOVERNO

ESFERA DE GOVERNO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Federal	372	78,3%
Estadual	55	11,6%
Municipal	31	6,5%
Estadual, Municipal	1	0,2%
Federal, Estadual	1	0,2%
Federal, Estadual, Municipal	1	0,2%
Não-governamental	14	2,9%
Total Global	475	100,0%

Em nível federal, a incidência de assuntos acompanhou a tendência geral apontada na seção 5.4, destacando-se Serviços ao Cidadão, Certificação Digital, Inclusão Digital, Internet Escolar e Voto Eletrônico. No plano estadual, o assunto mais citado foi Serviços ao Cidadão, com 13 referências. Já na esfera municipal, revelou-se como grande destaque os assuntos Software Livre e Telecentros, com 10 e 5 ocorrências, respectivamente.

5.7 Unidade da federação

Neste aspecto, a Tabela 7 mostra que, conforme já apontado na tabulação dos dados relativos à esfera de governo, cerca de 80% das notícias veiculadas no período pesquisado diziam respeito à União Federal. Com relação às unidades da federação, a maior incidência foi do estado de São Paulo (SP), com 11,3% das notícias levantadas. Na seqüência, vêm os estados do Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), com 1,7%, Minas Gerais (MG), com 1,0%, Rio Grande do Sul (RS), com 0,8%, e Pernambuco (PE), com 0,6%. Foram citados ainda os estados de Amazonas (AM), Amapá (AP), Bahia (BA), Mato Grosso (MT), Paraíba (PB) e Santa Catarina (SC), todos com 0,2%.

Em SP, além do grande incidência do assunto Serviços ao Cidadão (12 ocorrências), cabe destacar a freqüente publicação de notícias relativas a Inclusão Digital e Telecentros (cada qual com 6 ocorrências), tanto na esfera federal quanto municipal, o que denota esforços realizados no intuito de ampliar o acesso da população às novas tecnologias.

Tabela 7: Distribuição de notícias por UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
União Federal	384	80,8%
SP	57	12,0%
PR	8	1,7%
RJ	8	1,7%
MG	5	1,1%
RS	4	0,8%
PE	3	0,6%
AM	1	0,2%
AP	1	0,2%
BA	1	0,2%
MT	1	0,2%
PB	1	0,2%
SC	1	0,2%
Total Global	475	100,0%

A concentração de notícias relacionadas às regiões Sul e Sudeste pode ser explicada por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de muitos dos veículos de comunicação pesquisados terem suas respectivas sedes nessas regiões, principalmente em São Paulo. Em segundo lugar, pela vanguarda tecnológica que caracteriza essas regiões, em razão de fatores econômicos, políticos e sociais.

5.8 Área governamental de atuação

As áreas de atuação mais citadas do universo de notícias examinado foram: Comunicações (75 ocorrências - 15,7% do total), Tecnologia (64 - 3,4%), Fazenda (53 - 11,1%), Governo Eletrônico (53 - 11,1%), Presidência da República (44 - 9,2%), Justiça Eleitoral (27 - 5,6%), Educação (24 - 5,0%), Congresso Nacional (20 - 4,2%), Planejamento (18 - 3,8%), Administração (14 - 2,9%) e Justiça Federal (11 - 2,3%). Foram identificadas ainda outras 24 áreas com percentuais de incidência inferiores a 2%. A Tabela 8 demonstra os quantitativos apurados.

A grande incidência de notícias relacionadas à área de Comunicações esteve vinculada a três assuntos predominantes: Inclusão Digital, Internet Escolar (cada uma com 21 ocorrências) e FUST (17 ocorrências). As notícias referem-se, em grande parte, a iniciativas de inclusão digital promovidas pela Empresa Brasileira de

Correios e Telégrafos, ao forte debate em torno da licitação da Internet Escolar e a discussão sobre a aplicação dos recursos do FUST.

Tabela 8: Distribuição de notícias por ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

ÁREA DE ATUAÇÃO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Comunicações	75	15,8%
Tecnologia	63	13,3%
Fazenda	53	11,2%
Governo Eletrônico	53	11,2%
Presidência	43	9,1%
Justiça Eleitoral	27	5,7%
Educação	24	5,1%
Congresso	20	4,2%
Planejamento	18	3,8%
Administração	14	2,9%
Justiça Federal	11	2,3%
Outras 24 áreas	74	15,6%

Já na área de Tecnologia predominou o assunto Software Livre, com 15 ocorrências. Nesta questão, em particular, houve poucas notícias originárias da esfera federal, tendo se destacado as iniciativas municipais, principalmente em SP, RS, MG e RJ.

O assunto Serviços ao Cidadão foi destaque na área de Fazenda, principalmente aqueles disponibilizados pela Receita Federal (13 ocorrências) e Caixa Econômica Federal (8 ocorrências).

Nas notícias referentes ao Governo Eletrônico, o assunto com maior incidência (16 ocorrências) foi a Rede Br@sil.gov, em razão da disputa em torno da licitação para contratação dos serviços de rede.

No âmbito da Presidência da República, predominaram as notícias relativas à Certificação Digital, com 26 ocorrências.

5.9 Órgão governamental

A Tabela 9 apresenta a distribuição das notícias segundo o órgão de governo citado. Os destaques foram: Comitê Executivo do Governo Eletrônico (44 ocorrências - 9,3%), Ministério das Comunicações (30 - 6,3%), Agência Nacional de Telecomunicações (29 - 6,1%), Tribunal Superior Eleitoral (27 - 5,7%), Instituto

Nacional de Tecnologia da Informação (24 - 5,1%), Secretarias de Estados (20 - 4,2%), Governos de Estados (19 - 4,0%), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Câmara dos Deputados (ambos com 18 citações - 3,8%), Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de São Paulo e Secretaria da Receita Federal (16 - 3,4%), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (15 - 3,2%), Citação múltipla (14 - 2,9%), Casa Civil (12 - 2,5%) e Banco do Brasil (10 - 2,1%).

Foram citadas ainda outras 81 instituições governamentais, privadas e do terceiro setor, todas com percentuais de incidência inferiores a 2%.

Tabela 9: Distribuição de notícias por ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO citado

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Quantidade de ocorrências	Percentual de incidência
Comitê Executivo	44	9,3%
Minicom	30	6,3%
Anatel	29	6,1%
TSE	27	5,7%
ITI	24	5,1%
Secretaria de Estado	20	4,2%
Governo do Estado	19	4,0%
MPO	18	3,8%
Câmara dos Deputados	18	3,8%
Caixa	16	3,4%
PM São Paulo	16	3,4%
Receita Federal	16	3,4%
Correios	15	3,2%
Diversos	14	2,9%
Casa Civil	12	2,5%
Banco do Brasil	10	2,1%
MCT	8	1,7%
Bacen	7	1,5%
Serpro	7	1,5%
INSS	6	1,3%
Imprensa Oficial	6	1,3%
Presidência	6	1,3%
MEC	5	1,1%
MJ	4	0,8%
STJ	4	0,8%
USP	4	0,8%
MDIC	4	0,8%
Detran	3	0,6%
Governo Eletrônico	3	0,6%
Sebrae	3	0,6%
Tesouro	3	0,6%
Outros	74	15,6%
Total Global	475	100,0%

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as conclusões da pesquisa, bem como suas contribuições e limitações, comentários finais e recomendações para futuros estudos.

6.1 Conclusões

A presente pesquisa buscou responder à seguinte questão: como repercutem nos meios de comunicação, e por decorrência, na sociedade, as ações governamentais relacionadas ao processo de implantação do governo eletrônico?

Esta questão de pesquisa foi suscitada a partir de uma experiência concreta de comunicação jornalística especializada, no Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico, vinculado ao IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas, somada ao aprofundamento dos estudos sobre governo eletrônico, nos aspectos de cidadania e controle social do Estado, e a consciência da importância do papel da imprensa na sociedade contemporânea.

Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) identificar as publicações com maior volume e frequência de notícias sobre governo eletrônico;
- b) identificar os assuntos e instâncias governamentais com maior destaque no noticiário sobre governo eletrônico;
- c) avaliar no noticiário aspectos qualitativos da cobertura sobre governo eletrônico.

Apresentamos a seguir as conclusões deste estudo. Inicialmente são discutidas as conclusões relativas a cada um dos objetivos específicos adotados

(seções de 6.1.1 a 6.1.3), para no final (seção 6.1.4) serem apresentadas as conclusões relativas à questão central da pesquisa.

6.1.1 Publicações com maior volume e frequência de notícias sobre governo eletrônico

Os resultados da análise das notícias e artigos coletados ao longo de 18 meses revelaram que a cobertura extensiva sobre governo eletrônico se concentrou em quatro das publicações observadas, todas especializadas em tecnologia da informação. E, dentre estas, destacam-se as voltadas à informação de negócios, mais do que aquelas focadas no consumidor final. Essa constatação aplica-se tanto à quantidade quanto à regularidade da cobertura.

Foi constatado também que 85% das notícias eram originárias de publicações especializadas, enquanto que as 15% restantes foram identificadas em veículos *on line* de caráter geral. Nesse aspecto, registramos que nos *sites* vinculados a quatro órgãos da grande imprensa foram veiculadas apenas 8,5% do total de notícias coletadas. É importante ressaltar que o acompanhamento das publicações especializadas foi realizado por meio das respectivas *newsletter*.

Deve ser destacado ainda que a ampla cobertura promovida pela publicação identificada como líder na presente pesquisa, levou a criação de uma nova publicação *on line*, esta voltada especificamente à veiculação de noticiário relativo a governo eletrônico.

As constatações acima confirmam um dos pressupostos adotados nesta pesquisa, o de que a veiculação de notícias sobre governo eletrônico é restrita e, em razão de suas especificidades tecnológicas, é pauta freqüente apenas nas publicações especializadas em tecnologia da informação.

Esse fenômeno enquadra-se nas considerações teóricas abordadas anteriormente sobre a tendência à especialização do jornalismo, bem como sobre a utilização dos recursos de interatividade e hipertexto nas publicações *on line*. As publicações especializadas, que são uma tendência no mercado editorial em geral, têm alcance enormemente potencializado na Internet, pela facilidade de edição e apresentação das informações e de acesso ao leitor por meio de tecnologias *push*, utilizadas nos serviços de *newsletters*. E, em se tratando de um tema relativamente

recente e intrinsecamente associado à tecnologia da informação, é compreensível que o governo eletrônico seja tratado essencialmente em publicações especializadas.

É possível concluir ainda que o governo eletrônico carece de uma abordagem mais ampla nos órgãos da grande imprensa, a qual, por deter um público leitor mais numeroso, inclusive entre a parcela da sociedade onde se situam os formadores de opinião, poderia dar uma maior repercussão social ao tema. Entretanto, deve ser considerado que há uma limitação natural para a exposição do assunto na grande mídia, em razão da concorrência com inúmeros fatos econômicos, políticos, sociais e culturais relevantes.

6.1.2 Assuntos e instâncias governamentais com maior destaque no noticiário sobre governo eletrônico

Os resultados confirmam os pressupostos da pesquisa e indicam que, majoritariamente, as iniciativas de governo eletrônico do Poder Executivo federal são veiculadas com maior destaque nas publicações pesquisadas. Essa perspectiva é corroborada pelos resultados das análises realizadas anteriormente nas seções 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7.

Constatamos, no cômputo geral do noticiário analisado, a presença majoritária do Poder Executivo, vinculado a 81,5% das notícias coletadas. Por outro lado, foi predominante a esfera federal de governo, identificada em 78,7% das notícias.

No que diz respeito aos assuntos abordados, oito tópicos abrangeram mais de 60% do noticiário coletado: Serviços ao Cidadão, Inclusão Digital, Certificação Digital, Internet Escolar, Voto Eletrônico, FUST, Software Livre e Gestão e-Gov. Em todos eles, predominou a vinculação ao Poder Executivo, com exceção das notícias referentes ao Voto Eletrônico, estas vinculadas ao Poder Judiciário.

A análise da relação entre assunto e esfera de governo, para os oito assuntos majoritários, confirmou a situação de predomínio da esfera federal. No entanto, destaca-se uma interessante exceção: no assunto Software Livre, as referências à esfera municipal superaram, embora por pequena margem, a esfera federal. Já na análise dos assuntos mais abordados por unidade da federação, destaca-se em SP

a publicação de notícias relativas a Inclusão Digital e Telecentros, tanto na esfera federal quanto municipal.

As constatações acima podem ser explicadas pelo fato de o Poder Executivo ser o responsável primordial pela administração do Estado e, portanto, o principal agente de implementação do governo eletrônico, o que, na esfera federal, foi institucionalizado através no Programa Governo Eletrônico, principal iniciativa do país para a inserção do Estado na Sociedade da Informação.

Cabe destacar também a significativa presença do Poder Judiciário no noticiário, a qual, embora esteja associada ao período eleitoral, reflete a grande repercussão do projeto da urna eletrônica nos meios de comunicação. Outro destaque foram as iniciativas de informatização dos tribunais.

Já o Poder Legislativo, embora com poucos registros, esteve relacionado principalmente aos temas Internet Escolar, Legislação e Voto Eletrônico.

Os índices relativamente elevados de notícias sobre inclusão digital e telecentros no âmbito do estado de São Paulo, podem ser considerados como reflexo de esforços regionais e locais realizados no intuito de ampliar o acesso da população às novas tecnologias.

Por fim, a vinculação entre Software Livre e as prefeituras municipais denota a importância das iniciativas locais na discussão e utilização de plataformas abertas nos sistemas da administração pública.

6.1.3 Aspectos qualitativos da cobertura sobre governo eletrônico

Neste aspecto, o pressuposto básico era o de que a cobertura tende a enfatizar aspectos relacionados à prestação de serviços, com menor destaque para questões relacionadas ao controle social do Estado.

Os resultados das análises confirmaram esta hipótese, pois na comparação entre os dois tópicos específicos, o assunto predominante foi Serviços ao Cidadão, correspondente a 15,2% das notícias coletadas. Já o assunto Controle Social foi identificado em apenas 1,5% do total de notícias. Assim, estabeleceu-se uma razão de 10:1 entre os dois grupos de notícias.

Entretanto, cabe ressaltar ainda aspectos adicionais relacionados à cobertura jornalística identificados no noticiário analisado: a informação de negócios e os temas de relevância social.

Na análise de conteúdo das notícias, observamos que o enfoque sobre o tema governo eletrônico é muitas vezes determinado pela ótica de negócios, em razão do significativo peso do governo enquanto usuário de recursos tecnológicos, o que lhe reserva a condição de maior comprador de serviços e equipamentos de TI do mercado brasileiro. Assim, o expressivo volume de notícias veiculadas nas publicações especializadas atende a uma demanda dos profissionais do mercado de TI que buscam informações para seu posicionamento estratégico. A título de exemplo, podemos citar a ampla cobertura sobre as disputas comerciais e judiciais em torno das licitações para a Rede Br@sil.gov e o GESAC, bem como sobre a destinação de recursos do FUST. A extensa e regular abordagem do tema certificação digital também denota o interesse por uma questão fundamental para a viabilização das transações eletrônicas no ambiente de *e-commerce*.

Por outro lado, alguns temas ganharam destaque por sua relevância social, tais como a inclusão digital e o voto eletrônico, que foram abordados de forma regular ao longo de todo o período pesquisado. Também tiveram ampla repercussão, embora concentrados em um período determinado, os debates em torno do chamada Internet Escolar, que envolveram o Executivo, o Judiciário e o Legislativo na discussão sobre a utilização de software livre ou proprietário naquele projeto governamental.

6.1.4 A repercussão das iniciativas de governo eletrônico na mídia *on line* e na sociedade

A primeira conclusão a que podemos chegar com base na presente pesquisa é a de que o debate sobre o governo eletrônico ainda se restringe principalmente à esfera administrativa do Estado. O volume de notícias gerado pelo governo é em muito superior ao originário das casas legislativas ou da sociedade civil. Ainda que essa possa ser considerada uma tendência normal, uma vez que é o Executivo o responsável pela implementação do governo eletrônico, a grande disparidade de informações geradas por essa instância governamental em relação à sociedade organizada e seus representantes permite concluir que se trata de uma questão com

pouca discussão no conjunto da sociedade. Quando extrapola os gabinetes governamentais, o assunto limita-se a freqüentar alguns setores acadêmicos e eventos especializados.

O estudo realizado demonstrou também, ao menos no que diz respeito à mídia *on line*, que as informações sobre o tema governo eletrônico circulam majoritariamente através de publicações especializadas. Como o público-alvo desses veículos tem um interesse prioritário por aspectos técnicos ou negociais, este pode ser um fator de inibição editorial para a veiculação de notícias com enfoque nas implicações sociais e políticas do governo eletrônico para o cidadão.

A maior repercussão do governo eletrônico na sociedade está diretamente relacionada ao impacto daquele na vida cotidiana do cidadão comum. Fatores estruturais, como a marginalização econômica, social e tecnológica, a chamada exclusão digital, fazem com que no Brasil pouco mais de 8% da população tenha acesso às novas tecnologias da informação, que ainda se constitui, em grande parte, em privilégio das elites.

É preciso considerar também que, a despeito dos grandes investimentos, o sucesso do governo eletrônico não é plenamente realizado pela simples oferta de equipamentos e serviços informatizados, e a gradativa ampliação do acesso. É preciso utilizar a tecnologia da informação para proporcionar aos cidadãos novas formas de intervenção política e controle social do Estado, que, apesar de figurarem como pressupostos da implementação das políticas de governo eletrônico, não se constituem em objetivos primordiais deste. Antes, se dá preferência fatores gerenciais, como a redução de custos e a agilização de processos. Sem minimizar a importância desses fatores, o fato é que a dimensão política do governo eletrônico não assume a proporção que lhe cabe. Assim, diversos autores, ao identificarem a vinculação do governo eletrônico aos processos gerenciais do Estado, vêem-no como mais um mecanismo de manutenção e reforço do *status quo*.

Finalmente, na Sociedade da Informação, uma das responsabilidades essenciais do governo é prover a sociedade das informações de interesse público, inclusive aquelas referentes ao processo de implantação do governo eletrônico. Ainda que os resultados desta pesquisa evidenciem a hegemonia da informação governamental diante da fraca discussão social, não se pode prescindir da primeira. Neste aspecto, apesar das mudanças introduzidas na gestão do Programa Governo

Eletrônico no atual governo, atualmente há carência de informações para o público. Houve uma brusca diminuição de notícias divulgadas no sítio oficial do Programa, que vinha sendo a principal fonte de referência para cidadãos e formadores de opinião interessados no tema. Como consequência, pode-se esperar uma menor repercussão do governo eletrônico nos meios de comunicação social e na sociedade. Cabe então aos gestores governamentais, em particular aqueles com atuação na esfera do governo eletrônico, executar uma política de informação ao público.

6.2 Contribuições

Como principais contribuições deste trabalho destacam-se as seguintes:

- proposição de um modelo de análise quantitativa da veiculação de notícias sobre governo eletrônico em publicações jornalísticas *on line*; este modelo contempla procedimentos de acompanhamento das publicações e de coleta e classificação das notícias;
- implementação de um projeto jornalístico de divulgação de informações relacionadas ao governo eletrônico, materializado na edição do *Clipping e-Gov.br* para o Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico do IJURIS – Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas;
- formação de um banco de dados com um conjunto de 475 notícias coletadas de 25 publicações *on line*, ao longo de 18 meses, em período que coincidiu com grande parte da etapa inicial de implantação do Programa Governo Eletrônico no Brasil; o registro e análise das notícias resulta em um mapeamento histórico e informacional das principais questões relacionadas ao assunto no período pesquisado;
- constituição de uma referência para avaliação da efetividade das ações de comunicação e divulgação institucional do Programa Governo Eletrônico, em relação à repercussão das iniciativas de e-gov na mídia e na sociedade.

6.3 Limites do estudo

Como primeira limitação deste estudo podemos apontar sua restrição às publicações e notícias jornalísticas aqui referenciadas, não sendo possível extrapolar as conclusões da pesquisa para o conjunto da mídia brasileira, em virtude das limitações metodológicas e restrições de escopo anteriormente mencionadas. Entretanto, acreditamos que este trabalho revela algumas tendências que podem ser consideradas como referência em estudos análogos com escopo ampliado.

Uma segunda limitação deriva da reduzida disponibilidade de estudos relacionados a governo eletrônico, comunicação institucional no ciberespaço e novas mídias. Essa limitação dificultou a definição de balizas teóricas e a comparação dos resultados obtidos com outras referências.

A terceira limitação está relacionada à própria dinâmica das novas tecnologias da informação e comunicação, e da volatilidade das informações que circulam na rede mundial de computadores, ambiente no qual desenvolveu-se predominantemente este trabalho. Assim, muitas das notícias coletadas hoje não estão mais disponíveis em seus *sites* de origem, pois o tempo de vida da informação, por vezes, não ultrapassa cinco dias.

6.4 Comentários finais e recomendações para estudos futuros

Procuramos neste trabalho apresentar algumas das implicações sociais do uso da tecnologia da informação, especificamente no que se refere ao fenômeno do governo eletrônico. Está evidenciado que essa nova forma de governar, embora ainda seja incipiente, constitui-se num processo irreversível. Mais do que um ato de vontade dos governantes, a implantação de mecanismos de e-governo atende a uma demanda da sociedade diante da vertiginosa incorporação de recursos tecnológicos ao cotidiano das empresas e dos cidadãos.

Das facilidades proporcionadas pela aplicação da tecnologia no processo de gestão, no fluxo de informações e na prestação de serviços governamentais, espera-se uma maior eficácia na do Estado na administração de seus recursos financeiros, materiais e humanos, além de um maior controle da sociedade sobre o governo. Dessa forma, os esforços da máquina governamental poderão ter melhores resultados no atendimento das necessidades da sociedade, sobretudo as mais

básicas, possibilitando o resgate de grandes contingentes da população hoje destituídos de sua condição plena de cidadãos.

Considerando as implicações sociais e políticas do governo eletrônico, é fundamental que sejam desencadeadas ações efetivas envolvendo governo, iniciativa privada e organizações do terceiro setor, que viabilizem o acesso da maior parcela possível da população aos mecanismos tecnológicos de interação com o Estado. Entretanto, essa participação não se dará apenas pela “alfabetização digital” do cidadão. Além do domínio técnico, é necessário que cada indivíduo seja sensibilizado e formado para exercer plenamente a sua cidadania. Caso contrário, o processo de exclusão se acentuará e o processo democrático estará definitivamente comprometido, conduzindo à implantação de uma plutocracia tecnológica.

Dentro dessa perspectiva, entendemos que, embora seja um tema relativamente recente, o governo eletrônico merece ser objeto de estudos e pesquisas de caráter científico mais aprofundados. A Universidade tem, pois, um papel importante a desempenhar no processo de construção e consolidação do conhecimento relativo a essa forma inovadora de gestão governamental, exercendo a análise crítica necessária à prevenção e correção de desvios, para que a aplicação da tecnologia nos negócios públicos se reverta efetivamente em benefício da sociedade. Nesse sentido, outros estudos podem abordar aspectos relacionados aos temas governo eletrônico e mídia, não incluídos no escopo desta dissertação, tais como:

- desenvolvimento de um projeto jornalístico especializado voltado à divulgação de conhecimentos relacionados ao tema governo eletrônico;
- análise da efetividade das políticas e da gestão da comunicação institucional em iniciativas de governo eletrônico nas diversas esferas governamentais;
- desenvolvimento de um sistema inteligente de prospecção de notícias e informações *on line*.

Finalmente, é importante notar que este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema, dadas a amplitude, a complexidade e a inovação inerentes ao seu objeto, além dos poucos trabalhos investigativos relacionados ao assunto. Há que se lembrar também a afirmação de LAGE sobre a notícia: “o critério de importância ou

interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, etc”. Assim, embora um estudo quantitativo não consiga abarcar os fatores citados, esperamos ter contribuído para ampliar a discussão sobre o governo eletrônico e produzir ecos para toda a sociedade, que possam influenciar na construção de um novo modelo de gestão do Estado e de relacionamento deste para com o cidadão.

APÊNDICE 1 – Fontes das notícias coletadas

NOME DA PUBLICAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Agência Estado	http://www.estadao.com.br/agestado/
BOL IDS	http://www.bol.com.br/noticias/
Business Standard	http://www.businessstandard.com.br/
Computerworld	http://ww.computerworld.com.br/
CorreioWeb	http://www.correioweb.com.br/
Diário do Grande ABC	http://www.dgabc.com.br/
Estado de Minas	http://www.estaminas.com.br/
Estado de S.Paulo	http://www.estado.com.br/
Folha de S.Paulo	http://www.uol.com.br/fsp/
Folha Online	http://www.uol.com.br/folha/
Gazeta do Povo	http://www.gazetadopovo.com.br/
Gazeta Mercantil	http://www.gazeta.com.br/default.asp
Globo On Line	http://www.oglobo.com.br/plantao/
IDG Now!	http://ww.idg.com.br/
Info Online	http://info.abril.com.br/
ItWeb	http://www.itweb.com.br/
Jornal da Tarde	http://www.jt.com.br/
Jornal do Brasil	http://www.jb.com.br/
Jornal do Comércio	http://www2.uol.com.br/JC/
no.	http://www.no.com.br/
O Dia	http://www.uol.com.br/odia/
O Globo	http://www.oglobo.com.br/
O Povo	http://www.opovo.com.br/
Paraná OnLine	http://www.paranaonline.com.br/
PC World	http://www.pcworld.com.br/
TciNet	http://www.tcinet.com.br/
Terra	http://www.terra.com.br/
Tribuna da Imprensa	http://www.tribuna.inf.br/indexns.htm
UOL	http://www.uol.com.br/
WebWorld	http://idgnow.terra.com.br/webworld/webworld.html
Zero Hora	http://www.zh.com.br/
ZipNet	http://www.zipnet.com.br

Obs.: As URL indicadas acima são da época da coleta dos dados e podem ter sido alteradas ou canceladas.

APÊNDICE 2 – Formulário de coleta de dados (versão e-mail)**Clipping e-Gov.br**

Edição 031 - 03/02/2002

Pesquisa semanal de notícias on-line publicadas no Brasil sobre governo eletrônico e serviços públicos na era da informação, realizada para o Núcleo de Estudos em Governo Eletrônico do IJURIS. Circulação dirigida.

Caso queira receber este *clipping*, envie-nos seu cadastro. Para consultar as edições anteriores, acesse o arquivo.

Colaborações e sugestões podem ser enviadas para: e-gov.br@uol.com.br.

Editor: Robert Willecke

Notícias da semana:

(fontes indicadas em vermelho podem apresentar eventuais restrições de acesso)

INSS mantém sistemas de controle de aposentadorias

Computerworld - 01/02/2002

Pernambuco adota sistema de compras pela internet

O Globo Online - 01/02/2002

ONU cria força tarefa para reduzir exclusão digital na AL

IDG Now! - 31/01/2002

BC vai intervir no câmbio pela Bolsa do Rio

Folha Online - 30/01/2002

Planejamento: informática controlará as contas públicas

Computerworld - 30/01/2002

MCT cria comitê para gerir recursos destinados à P&D

Computerworld - 30/01/2002

Saúde investe R\$ 75 milhões no Cartão SUS

Computerworld - 30/01/2002

Governo do RS lança portal na Internet

Terra - 29/01/2002

Governo ainda não prioriza o Comércio Eletrônico

Computerworld - 28/01/2002

Ministro fala de plano do governo de popularizar Internet

Terra - 28/01/2002

Internet II: poucos recursos do Governo para 2002

IDG Now! - 28/01/2002

INSS amplia salário-maternidade via web

APÊNDICE 3 – Relação de notícias coletadas durante a pesquisa

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0001	Escolas de Porto Alegre usam software livre	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM Porto Alegre	RS	Terra	1/6/2001	3
0002	STJ recebe, pela primeira vez, um habeas-corpus por e-mail	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STJ	União Federal	ZipNet	19/6/2001	1
0003	O controle digital do Estado	Controle social	Sociedade Civil	governamental	Governo Eletrônico	FSP	SP	Folha de S. Paulo	28/6/2001	1
0004	USP inaugura banco de teses na internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Educação	USP	SP	Folha Online	28/6/2001	1
0005	Caixa libera pagamento do GPS via web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	INFO Online	28/6/2001	1
0006	Internautas podem consultar ações sobre segurança pública	Controle social	Executivo	Federal	Justiça	MJ	União Federal	INFO Online	29/6/2001	1
0007	Biblioteca Nacional vai ampliar títulos na internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Cultura	Biblioteca Nacional	União Federal	Agência Estado	30/6/2001	1
0008	Conheça os serviços da Previdência na Internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Previdência	MPAS	União Federal	Terra	30/6/2001	1
0009	Governo eletrônico está adiantado no Brasil	Governo eletrônico	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Agência Estado	2/7/2001	2
0010	Definido modelo de venda de títulos via Web	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Tesouro	União Federal	Agência Estado	2/7/2001	2
0011	Governo federal cria autenticação de documentos eletrônicos	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Terra	2/7/2001	2
0012	Especialista critica MP para certificação digital	Legislação	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Agência Estado	2/7/2001	2
0013	TSE aprova a compra de 51 mil urnas eletrônicas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	Federal	Folha Online	2/7/2001	2
0014	Prefeitura de SP quer parceria na área tecnológica	Infra-estrutura	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Agência Estado	2/7/2001	2
0015	Prefeitura de São Paulo destinará R\$ 2,5 mi para tecnologia	Infra-estrutura	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	IDG Now!	2/7/2001	2
0016	Briga entre Embratel e Telefônica atrasa a IntraGov de SP	Infra-estrutura	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	União Federal	IDG Now!	2/7/2001	2
0017	União dará suporte ao programa Cidade Digital	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Tecnologia	MCT	União Federal	Agência Estado	3/7/2001	2
0018	OAB protesta contra MP do comércio eletrônico	Legislação	Sociedade Civil	Federal	Direito	OAB	União Federal	IDG Now!	3/7/2001	2
0019	FHC nomeia membros da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	TCInet	4/7/2001	2
0020	Teresina ganha hoje Sala do Cidadão da Anatel	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	INFO Online	6/7/2001	3
0021	Vesta e Unisys produzem portal de compras do governo	Compras eletrônicas	Sociedade Civil	governamental	Tecnologia	Diversos	Federal	ITWeb	10/7/2001	4

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0022	Brasil terá 42,3 milhões de internautas em 2006	Inclusão digital	Sociedade Civil	ntal Não-governamental	Tecnologia	Yankee Group	União Federal	CorreioWeb	12/7/2001	3
0023	OAB pode entrar contra MP sobre certificação eletrônica	Legislação	Sociedade Civil	Federal	Direito	OAB	União Federal	CorreioWeb	12/7/2001	3
0024	Ministros do STJ terão e-mail para se comunicar diretamente com cidadãos	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STJ	União Federal	CorreioWeb	13/7/2001	3
0025	ANP vai monitorar preços de 16 mil postos do País	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Energia Governo	ANP	União Federal	O Povo	13/7/2001	3
0026	Serviços eletrônicos oferecidos pelo governo já são amplamente utilizados	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Eletrônico	Diversos	União Federal	ITWeb	16/7/2001	4
0027	Intimações e petições por e-mail dentro de seis meses	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	Juizado Especial	União Federal	Agência Estado	16/7/2001	4
0028	Fust destinará R\$ 600 milhões ao Programa Telecomunidade	Fust	Executivo	Federal	Comunicações Governo	Minicom	União Federal	IDG Now!	17/7/2001	4
0029	Serviços públicos caem na Rede	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Eletrônico	Diversos	União Federal	Jornal do Brasil	22/7/2001	4
0030	BB fecha semestre com 83,4 milhões de transações online	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	IDG Now!	23/7/2001	5
0031	Governo nega que pretenda regulamentar o e-commerce	Legislação	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Tribuna da Imprensa	23/7/2001	5
0032	Liminar tira site do Governo de SP do ar	Portal governamental	Executivo	Estadual	Imprensa	Governo do Estado	SP	Info Online	24/7/2001	5
0033	Governo gasta recursos públicos na aquisição de software proprietário	Software livre	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Olinux Jornal do Comercio	25/7/2001	6
0034	Covest anuncia inscrição online	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Educação	UFPE	PE	Commercio	25/7/2001	5
0035	Site do Governo de SP volta ao ar, sem nome do Governador	Portal governamental	Executivo	Estadual	Imprensa	Governo do Estado	SP	Info Online	26/7/2001	5
0036	Requião mostra projeto de urna com recontagem	Voto eletrônico	Legislativo	Federal	Congresso	Senado Câmara dos Deputados	União Federal	Folha de S. Paulo	27/7/2001	5
0037	Deputado contesta MP da certificação digital	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso		União Federal	Agência Estado	30/7/2001	6
0038	Malandragem fiscal	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Folha de S. Paulo	30/7/2001	6
0039	Provedores temem monopólio de acesso à Internet na TV	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Agência Estado	31/7/2001	6
0040	Casa Civil tem carta branca para comandar o E-Gov	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	Federal	Computerworld UOL Cidades Online	1/8/2001	7
0041	Projeto leva Internet para a foz do rio Amazonas	Inclusão digital	Executivo	Estadual	Tecnologia Desenvolvimento	Prodap Secretaria de Estado	AP	Online	3/8/2001	6
0042	Empresas usam site gratuito	Comércio Eletrônico	Executivo	Estadual			PR	Paraná Online	3/8/2001	6
0043	Em 2002, eleitor deverá ter recibo de voto	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Folha de S. Paulo	7/8/2001	7
0044	Governo ativa quiosques eletrônicos em setembro	Inclusão digital	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	Federal	Computerworld	8/8/2001	7

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0045	Censo via Internet congestionna rede do Banco Central	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Economia	Bacen	União Federal	Computerworld	9/8/2001	7
0046	USP inaugura megaportal interativo na segunda-feira	Portal governamental	Executivo	Estadual	Educação	USP	SP	Folha Online	10/8/2001	7
0047	Em São Paulo, telecentro ainda é para poucos	Telecentros	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Folha de S. Paulo	12/8/2001	7
0048	Acesso é difícil até em escola informatizada	Telecentros	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Folha de S. Paulo	12/8/2001	7
0049	Alta do dólar leva PC popular do governo a R\$1 mil	PC Popular	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	INFO Online	13/8/2001	8
0050	Governo leva programa de defesa do consumidor para a web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Justiça	MJ	União Federal	INFO Online	13/8/2001	8
0051	Governo apostará em programa de Telecomunidade	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	INFO Online	14/8/2001	8
0052	Fust deve duplicar mercado de TI em quatro anos	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	14/8/2001	8
0053	MCT conclui avaliação de 65 projetos de P&D	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	Computerworld	14/8/2001	8
0054	PT defende revogação da ICP-Brasil	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	Computerworld	15/8/2001	8
0055	Governo investirá R\$ 1 milhão na AC-Raiz	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	17/8/2001	8
0056	Governo e Legislativo tentam acordo para ICP-Brasil	Legislação	Executivo, Legislativo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Computerworld	17/8/2001	8
0057	Eventos discutem as leis para Internet	Evento	Civil	Sociedade governamental	Direito	Diversos	União Federal	Terra	17/8/2001	8
0058	Governo estuda criação de central telefônica para atender cidadão	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Presidência	Secom	União Federal	Folha Online	19/8/2001	9
0059	Legislativo aguarda acordo com governo para ICP-Brasil	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	Computerworld	20/8/2001	9
0060	Governo faz nova licitação de rede em setembro	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	21/8/2001	9
0061	TSE quer abrir código fonte das urnas eleitorais	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	22/8/2001	9
0062	Justiça brasileira usa biometria para garantir segurança	Segurança	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STF	União Federal	IDG Now!	22/8/2001	9
0063	Licitação do Fust agita bastidores do setor de TI	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	23/8/2001	9
0064	Governo contrata empresa para envio de documento eletrônico	Documento eletrônico	Executivo	Federal	Presidência	Imprensa Oficial	União Federal	Computerworld	27/8/2001	10
0065	BB terá Internet banking para clientes no Japão e EUA	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	IDG Now!	27/8/2001	10
0066	Empresas de TI querem desburocratizar projetos de e-gov	Governo eletrônico	Civil	Sociedade governamental	Tecnologia	Câm Bras Com Eletrônico	União Federal	ITWeb	27/8/2001	10
0067	Governo pode liberar pesquisador para empresas	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Tecnologia	MCT	União Federal	Info Online	28/8/2001	10
0068	ICP-Brasil sofre novas alterações	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União	IDG Now!	28/8/2001	10

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0069	Governo adia programa de Internet Escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal União	IDG Now!	29/8/2001	10
0070	PT perde ação contra o Fust	Internet escolar	Judiciário	Federal	Justiça Federal	JF Brasília	Federal União	IDG Now!	30/8/2001	10
0071	E-Gov já tem decreto para contratar novas redes	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	Federal União	Computerworld	31/8/2001	10
0072	Anatel recorre à Justiça pela Internet Escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal União	Computerworld	31/8/2001	10
0073	Liminar suspende licitação do Programa Telecomunidade/Educação	Internet escolar	Judiciário	Federal	Justiça Federal	JF Brasília	Federal União	CorreioWeb	31/8/2001	10
0074	Governo errou e teima no erro	Internet escolar	Executivo	Federal	Educação	MEC	Federal União	no.	1/9/2001	11
0075	Licitação do Windows cai nas mãos do Congresso	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	Federal União	no.	3/9/2001	11
0076	Parentesco no MEC beneficia Microsoft, diz no.	Internet escolar	Executivo	Federal	Educação	MEC	Federal	INFO Online	3/9/2001	11
0077	Microsoft rebate acusações de favorecimento no Fust	Internet escolar	Sociedade Civil	Não- governamental	Tecnologia	Microsoft	União Federal	Computerworld	4/9/2001	11
0078	BC adere ao ICP-Brasil para dar segurança a transações online	Certificação digital	Executivo	Federal	Economia	Bacen	União Federal	IDG Now!	4/9/2001	11
0079	Governo busca convergência para venda do PC popular	PC Popular	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	4/9/2001	11
0080	Normas para produção do PC Popular saem em outubro	PC Popular	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	4/9/2001	11
0081	Guerreiro vai ao Congresso explicar internet escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações Governo	Anatel	Federal	Computerworld	5/9/2001	11
0082	Rio ganha agência de serviços com quiosques web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Eletrônico	Governo do Estado Câmara dos Deputados	RJ União	INFO Online	6/9/2001	12
0083	Internet escolar não terá uso preferencial do Windows	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso		Federal União	Computerworld	6/9/2001	11
0084	Anatel quer manter Windows nos computadores das escolas	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Jornal do Brasil	6/9/2001	11
0085	Leão amplia vigilância sobre contribuintes	Informatização	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Folha Online	9/9/2001	11
0086	Certificadoras do SPB terão que aderir à ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	10/9/2001	12
0087	Diário Oficial só recebe documento eletrônico	Documento eletrônico	Executivo	Federal	Presidência	Imprensa Oficial	Federal	Computerworld	10/9/2001	12
0088	Prefeitura paulistana emite certidão de imóvel via web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Municipal	Fazenda	PM São Paulo	SP	INFO Online	11/9/2001	12
0089	Periferia de SP ganha novo centro para acesso veloz à web	Telecentros	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	INFO Online	11/9/2001	12
0090	Rede previdenciária sustenta 1000 pontos do Governo Eletrônico	Inclusão digital	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	11/9/2001	12
0091	Ministério do Meio Ambiente aposta no WAP	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Meio Ambiente	MMA	União Federal	Computerworld	11/9/2001	12

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0092	Ciência e Tecnologia terá quase R\$ 1 bi em investimentos	Investimentos	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	IDG Now!	11/9/2001	12
0093	Site permite acompanhar ações do Governo na Internet	Controle social	Executivo	Federal	Presidência	Presidência	União Federal	IDG Now!	12/9/2001	12
0094	Caixa coloca saldo do FGTS no WAP	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa Câmara dos Deputados	União Federal	INFO Online	12/9/2001	12
0095	Internet Escolar: Congresso adia votação do PPA	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Deputados	União Federal	Computerworld	12/9/2001	12
0096	Governo libera site de informações para o cidadão	Controle social	Executivo	Federal	Presidência	Presidência	União Federal	INFO Online	12/9/2001	12
0097	Governo quer acabar com preferência para software livre	Software livre	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	14/9/2001	12
0098	CA diversifica modelo de vendas para E-Gov	Governo eletrônico	Sociedade governamental Civil	Federal	Tecnologia	CA	União Federal	Computerworld	14/9/2001	12
0099	Governo quer acelerar aprovação do PPI para Internet escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	IDG Now!	17/9/2001	13
0100	RNP recebe IPV.6 para produção	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Educação	RNP	União Federal	Computerworld	19/9/2001	13
0101	Fust arrecadou R\$ 944,1 milhões este ano	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	19/9/2001	13
0102	Prefeitura de SP é infectada pelo Nimda	Segurança	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	INFO Online	20/9/2001	13
0103	STJ contrata rede óptica da Embratel	Infra-estrutura	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STJ	União Federal	Computerworld	21/9/2001	13
0104	Unesco: capacitação em web para servidores federais	Capacitação	Executivo	Federal	Administração	Unesco	União Federal	O Globo Online	23/9/2001	13
0105	E-Gov: contratação de serviços da rede sai em outubro	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	O Globo Online	23/9/2001	13
0106	E-Gov: Edital para contratação de rede sai no dia 15	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	26/9/2001	14
0107	Câmara debaterá uso do software livre	Software livre	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	Computerworld	26/9/2001	14
0108	Anatel já pode implantar programa da internet escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	26/9/2001	14
0109	Governo regulamenta a ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	27/9/2001	14
0110	Sabesp digitaliza editais de licitações	Documento eletrônico	Executivo	Estadual	Saneamento	Sabesp	SP	Computerworld	27/9/2001	14
0111	Comissão aprova parecer de comércio eletrônico	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	IDG Now!	27/9/2001	14
0112	Web escolar: votação do PPA pode ser anulada	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Deputados	União Federal	Computerworld	28/9/2001	14
0113	Senado aprova impressão de voto eletrônico	Voto eletrônico	Legislativo	Federal	Congresso	Senado	União Federal	IDG Now!	28/9/2001	14
0114	Internet não irá pagar imposto federal	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Computerworld	1/10/2001	15
0115	Governo cria site para debater comércio eletrônico	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Desenvolvimento	MDIC	União Federal	Computerworld	1/10/2001	15

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0116	Governo de SP simplifica acesso online aos tributos	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Fazenda	Secretaria de Estado	SP	Computerworld	1/10/2001	15
0117	Voto eletrônico: só fabricante e TSE têm acesso à criptografia	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	Federal	Computerworld	2/10/2001	15
0118	Impressão de voto eletrônico pode não ser usada em 2002	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	Federal	Computerworld	2/10/2001	15
0119	SP cria delegacias especiais para crimes de pirataria e Internet	Segurança	Executivo	Estadual	Segurança	Secretaria de Estado	SP	Computerworld	2/10/2001	15
0120	Internet escolar: comissão aprova redação final do PPA	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	Federal	Computerworld	3/10/2001	15
0121	Internet escolar: Deputados querem mudança no edital	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	Federal	Computerworld	4/10/2001	15
0122	ECT investirá R\$ 260 milhões em quiosques eletrônicos	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Computerworld	8/10/2001	16
0123	ECT vai fornecer serviço de e-mail gratuito	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Computerworld	8/10/2001	16
0124	'O MEC é um obstáculo formidável para a educação à distância no país'	Educação à distância	Executivo	Federal	Educação	MEC	Federal	O Globo Online	8/10/2001	16
0125	92% declaram o IR pela internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	Federal	Info Online	9/10/2001	16
0126	Inclusão digital tem novo fórum de debates e soluções	Inclusão digital	Sociedade governamental	Civil	Tecnologia	Diversos	União Federal	Computerworld	9/10/2001	16
0127	Correios espalha quiosques web pelo país	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Info Online	10/10/2001	16
0128	Correios vai virar shopping virtual	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Info Online	10/10/2001	16
0129	Anatel: MEC pode alterar licitação da Internet Escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal	Computerworld	10/10/2001	16
0130	Internet escolar pode atrasar pela segunda vez	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal	Computerworld	11/10/2001	16
0131	Anatel: web escolar com PC nacional	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal	Computerworld	11/10/2001	16
0132	Serpro pode assumir função de AC-Raiz	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	Federal	Computerworld	15/10/2001	17
0133	Windows perderá reinado no projeto do Fust	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	Federal	INFO Online	16/10/2001	17
0134	Governo quer regulamentar propaganda eleitoral na Web	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	Federal	IDG Now!	16/10/2001	17
0135	Todo brasileiro terá um endereço eletrônico gratuito	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Terra	16/10/2001	17
0136	Ministro fala sobre governo eletrônico no Business Forum	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Planejamento Governo	MPO	Federal	Terra	17/10/2001	17
0137	E-Gov completa seu primeiro ano de atividades	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Computerworld	18/10/2001	17
0138	Minas já usa o micro popular com Linux	Software livre	Executivo	Municipal	Educação	PM Belo Horizonte	MG	INFO Online	18/10/2001	17
0139	Governo do Rio contrata Unisys por R\$ 4 milhões	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	RJ	Computerworld	19/10/2001	17

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0140	Anatel divulga na segunda projeto de informatização da saúde	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	BOL Notícias	19/10/2001	17
0141	Juizados Especiais terão processos via web	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	TRF	SP	INFO Online	22/10/2001	18
0142	Licitação da Rede Br@asil.gov só sai no dia 25	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	22/10/2001	18
0143	Paraná adota Licitações-e do Banco do Brasil	Compras eletrônicas	Executivo	Estadual	Administração	Governo do Estado	PR	Computerworld	22/10/2001	18
0144	Projeto do governo ajudará indústria de PC	Gestão e-Gov	Civil	Sociedade governamental Não-governamental	Tecnologia	IDC	União Federal	INFO Online	23/10/2001	18
0145	Projetos governamentais devem ajudar indústria brasileira de PCs	Gestão e-Gov	Civil	Sociedade governamental	Tecnologia	IDC	União Federal	Folha Online	24/10/2001	18
0146	Internet escolar: oposição acusa MEC de forçar Windows	Internet escolar	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	IDG Now!	25/10/2001	18
0147	Projeto do PC Popular está na reta final, diz Abinee	PC Popular	Civil	Sociedade governamental	Tecnologia	Abinee	União Federal	IDG Now!	26/10/2001	18
0148	Fust arrecada R\$ 32,5 mi em setembro e soma R\$ 977 mi no ano	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	26/10/2001	18
0149	PC Popular: entidades buscam modelo de negócios	PC Popular	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	26/10/2001	18
0150	Editais para Inclusão Digital estão no site dos Correios	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Terra	27/10/2001	18
0151	Hackers picham site do exército brasileiro	Segurança	Executivo	Federal	Militar	Exército	União Federal	INFO Online	29/10/2001	19
0152	CEF mostra que PC popular não garante vendas	PC Popular	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	IDG Now!	29/10/2001	19
0153	FAT poderá financiar o PC popular	PC Popular	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	Computerworld	29/10/2001	19
0154	Governo já refaz metas de abrangência do PC popular	PC Popular	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	29/10/2001	19
0155	ComprasNet fará pregões eletrônicos	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Terra	30/10/2001	19
0156	ICP-Brasil começa operar oficialmente no dia 15	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	30/10/2001	19
0157	E-Gov economizou R\$ 500 milhões em um ano	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	IDG Now!	30/10/2001	19
0158	País terá telecentros de negócios	Telecentros	Executivo	Federal	Desenvolvimento	MDIC	União Federal	INFO Online	30/10/2001	19
0159	Rede Br@sil.gov: licitação será no dia 14 de dezembro	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	30/10/2001	19
0160	E-Gov quer mudar a lei de licitações	Legislação	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	30/10/2001	19
0161	Microsoft já discute integração da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	31/10/2001	19
0162	Internet Escolar: Anatel revê metas para acelerar ativação	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	1/11/2001	19

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0163	Documento oficial é falsificado na Imprensa Nacional	Segurança	Executivo	Federal	Presidência	Imprensa Oficial	União Federal	Computerworld	1/11/2001	19
0164	Internet escolar: Conectiva impedirá Windows na Justiça	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	1/11/2001	19
0165	Anatel tenta retomar licitação da internet escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	1/11/2001	19
0166	Caixa libera formulário de FGTS na web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	INFO Online	5/11/2001	20
0167	Internet escolar: Anatel perde mais uma vez na Justiça	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	5/11/2001	20
0168	Governo só aceita certificadoras integrantes da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência Governo	ITI	União Federal	Computerworld	5/11/2001	20
0169	Governo eletrônico liga a 'fase dois' e quer atingir os pobres mortos	Inclusão digital	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	O Globo Online	5/11/2001	20
0170	MG lança edital para desenvolvimento de software livre	Software livre	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	MG União	Terra	6/11/2001	20
0171	Pane no sistema do BB gera cobranças de até R\$ 8 mil	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	IDG Now!	6/11/2001	20
0172	150 milhões de brasileiros terão acesso à Web, diz FHC	Inclusão digital	Executivo	Federal	Presidência	Presidência Câmara dos Deputados Secretaria de Estado	União Federal	IDG Now!	7/11/2001	20
0173	Câmara vota impressão de voto eletrônico	Voto eletrônico	Legislativo	Federal	Congresso		Federal	Computerworld	7/11/2001	20
0174	Vendas pelo computador. Os produtos viajam menos	Comércio Eletrônico	Executivo	Estadual	Agricultura Governo		SP União	Jornal da Tarde	11/11/2001	20
0175	E-gov integrará os sites federais no portal Brasil	Portal governamental	Executivo	Federal	Eletrônico Governo	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	12/11/2001	21
0176	HP e Itautec fornecem PCs para o Governo Eletrônico	Inclusão digital	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Computerworld	12/11/2001	21
0177	Alerj investe R\$ 3,4 milhões em infra-estrutura de TI	Infra-estrutura	Legislativo	Estadual	Assembléia	Alerj	RJ União	Computerworld	13/11/2001	21
0178	Internet escolar: Anatel deve cancelar licitação	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	13/11/2001	21
0179	Serpro prestará serviços ao MDIC	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	13/11/2001	21
0180	Vai dar para tirar cópia do RG pelo micro	Serviços ao Cidadão	Judiciário	Estadual	Justiça	Cartório	União Federal	INFO Online	14/11/2001	21
0181	Anatel recebe 184 contribuições para o Fust Saúde	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	14/11/2001	21
0182	Empresas devem entregar GPS pela internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	Folha Online	16/11/2001	21
0183	ECT adia licitação dos quiosques eletrônicos	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	19/11/2001	22
0184	Governo remaneja salários para cargos da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência Governo	ITI	União Federal	Computerworld	19/11/2001	22
0185	E-Gov integrará Legislativo e Judiciário no SIASG	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Eletrônico Governo	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	19/11/2001	22
0186	Brasil mostra avanços tecnológicos em reunião da UE	Evento	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Terra	24/11/2001	22

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0187	Prefeitos do Cone Sul reúnem-se em Florianópolis Para seu governo: o governo quer governar o governo eletrônico	Evento	Executivo	Municipal	Governo Eletrônico	Diversos	União Federal	Terra	25/11/2001	22
0188		Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	O Globo Online	26/11/2001	23
0189	Declaração de isentos via web cresceu 28% ICP-Brasil divulga regras para criação de certificadoras	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	INFO Online	27/11/2001	23
0190		Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	27/11/2001	23
0191	ICP-Brasil poderá fazer auditorias sem aviso prévio	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	27/11/2001	23
0192	Rio ganha Biblioteca Digital Multimídia São Paulo ganha mais três locais de acesso gratuito à Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Cultura	Biblioteca Nacional	União Federal	INFO Online	28/11/2001	23
0193		Telecentros	Executivo	Municipal	Tecnologia Governo	PM São Paulo	SP	IDG Now!	28/11/2001	23
0194	Governo deve investir R\$ 2,5 bilhões em 2002 em TI	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	28/11/2001	23
0195	Serpro rebate críticas à ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia Governo	Serpro	União Federal	Computerworld	28/11/2001	23
0196	E-Gov discute universalização da Internet	Inclusão digital	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	28/11/2001	23
0197	E-gov: Governo agiliza mudança na 8666	Legislação	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	28/11/2001	23
0198	Lei de e-commerce sem acordo com o Governo	Comércio Eletrônico	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	Computerworld	28/11/2001	23
0199	Governo de SP cria terminal de acesso popular à Web	Inclusão digital	Executivo	Federal	Tecnologia	Governo do Estado	União Federal	IDG Now!	29/11/2001	23
0200	Diário Oficial da União já está disponível na internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Presidência	Imprensa Oficial	União Federal	CorreioWeb	29/11/2001	23
0201	Painel da Câmara deve ter auditoria externa	Voto eletrônico	Legislativo	Federal	Congresso Governo	Câmara dos Deputados	União Federal	Folha Online	29/11/2001	23
0202	Comprasnet será referência em Portugal e Espanha	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	30/11/2001	23
0203	Governo e oposição defendem voto eletrônico	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	O Globo Online	30/11/2001	23
0204	São Paulo integrará 23 secretarias em 2002	Informatização	Executivo	Federal	Administração	Governo do Estado	União Federal	IDG Now!	30/11/2001	23
0205	ICP-Brasil: AC-Raiz ganha prestígio junto a FHC	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	3/12/2001	24
0206	Internet Escolar: Anatel tenta acordo no TRF	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	3/12/2001	24
0207	Voto eletrônico brasileiro explicado em Bruxelas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Terra	3/12/2001	24
0208	ICP-Brasil: governo operacionaliza sua Chave Raiz	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	4/12/2001	24
0209	E-Gov: empresas querem que ECT adie licitações	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	4/12/2001	24
0210	Serpro é candidato a ser uma autoridade certificadora	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	4/12/2001	24

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0211	E-gov quer fiscalização das contas públicas na Web	Controle social	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Computerworld	4/12/2001	24
0212	Governo brasileiro inaugura novo portal na Web	Portal governamental	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	IDG Now!	5/12/2001	24
0213	E-Gov cria normas para sites governamentais	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Computerworld	6/12/2001	24
0214	Governo Eletrônico define metas para 2002	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	Federal	Computerworld	6/12/2001	24
0215	TSE tenta popularizar urna eletrônica	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	Federal	INFO Online	7/12/2001	25
0216	MIDIC integra-se ao portal Brasil.Gov	Portal governamental	Executivo	Federal	Desenvolvimento	MIDIC	Federal	Computerworld	7/12/2001	24
0217	Prefeitura de São Carlos planeja migração para software livre	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Carlos	SP	Computerworld	10/12/2001	25
0218	São Carlos também adota software livre	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Carlos	SP	INFO Online	10/12/2001	25
0219	Prefeitura e Telefônica inauguram núcleo de informática em SP	Inclusão digital	Executivo	Municipal	Educação	PM São Paulo	SP	IDG Now!	11/12/2001	25
0220	Licitação da rede Br@sil.Gov é adiada para janeiro	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	13/12/2001	25
0221	TCU investiga programa da internet escolar	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	13/12/2001	25
0222	Banco do Brasil personaliza portal financeiro	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	Computerworld	13/12/2001	25
0223	Web escolar: edital poderá ser refeito	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	13/12/2001	25
0224	Banco do Brasil reformula Portal BB	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	WebWorld	13/12/2001	25
0225	TCU suspende edital da Anatel para compra de computador para escolas	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	O Globo Online	14/12/2001	25
0226	ICP-Brasil conclui normas para certificação de empresas	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	14/12/2001	25
0227	ECT adia para janeiro licitação do correio eletrônico	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	18/12/2001	26
0228	Arrecadação total do Fust ultrapassou de R\$ 1 bilhão	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	19/12/2001	26
0229	Banco do Brasil implementa novos serviços em site de agrobusiness	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	Computerworld	21/12/2001	26
0230	Secretaria de Trabalho do RJ coloca serviços na Internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Trabalho	Secretaria de Estado	RJ	Terra	27/12/2001	27
0231	Banco do Brasil prevê R\$ 1 bilhão em compras online	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	Computerworld	21/2002	27
0232	BB movimentou R\$ 61 bi pela Web em 2001	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	IDG Now!	21/2002	27
0233	PC popular pode chegar em 120 dias	PC Popular	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Info Online	31/2002	27

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0234	TSE confirma impressão de voto nas eleições	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	3/1/2002	27
0235	Contribuições atrasadas do INSS podem ser calculadas online	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	IDG Now!	3/1/2002	27
0236	Governo abre venda de títulos públicos na Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda Governo	Tesouro	União Federal	Computerworld	7/1/2002	28
0237	PC popular ainda não tem data certa para chegar	PC Popular	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Terra	8/1/2002	28
0238	Poucos internautas compraram Tesouro Direto	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Tesouro	União Federal	Info Online	8/1/2002	28
0239	GOVERNO ELETRÔNICO E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal, Estadual, Municipal	Governo Eletrônico	Diversos	União Federal	Jornal da Tarde	10/1/2002	28
0240	Web escolar: FHC veta investimento do Fust	Internet escolar	Executivo	Federal	Presidência	Presidência	União Federal	IDG Now!	11/1/2002	29
0241	Internet será "absolutamente segura", diz Pimenta da Veiga	Segurança	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	14/1/2002	29
0242	Governo lança edital para certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Terra	14/1/2002	29
0243	Governo promete segurança em transações web	Segurança	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Info Online	14/1/2002	29
0244	Anatel negociará orçamento do Fust com oposição	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	O Globo Online	14/1/2002	29
0245	Ministro explica o veto ao Fust	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	14/1/2002	29
0246	Correios emitirão certificação digital em junho	Certificação digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	14/1/2002	29
0247	Deficiente visual tem site especial no IBGE	Acessibilidade	Executivo	Federal	Planejamento	IBGE	União Federal	IDG Now!	15/1/2002	29
0248	Juizado quer eliminar uso de papel	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	TRF	SP União	Folha Online	15/1/2002	29
0249	TSE: Unisys é a fornecedora das urnas eletrônicas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	22/1/2002	30
0250	BC levará lista dos piores bancos para web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Economia	Bacen	União Federal	Info Online	22/1/2002	30
0251	MG inicia teste de acesso à Web via rede elétrica	Infra-estrutura	Executivo	Estadual	Energia	Cemig	MG União	IDG Now!	22/1/2002	30
0252	TSE abrirá aos partidos o sistema eletrônico de votação	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	23/1/2002	30
0253	TSE: urnas que imprimem votos chegam em maio	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	23/1/2002	30
0254	Certificado digital deve sair em junho	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Info Online	23/1/2002	30
0255	Copel finaliza testes de acesso à Internet em fevereiro	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Energia	Copel	PR União	Computerworld	24/1/2002	30
0256	Governo gastará R\$1,891 bilhão em TI	Investimentos	Executivo	Federal	Tecnologia	Diversos	União Federal	Computerworld	25/1/2002	30
0257	Anatel quer licitação da internet escolar em fevereiro	Internet escolar	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	Computerworld	25/1/2002	30

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0258	Governo ainda não prioriza o Comércio Eletrônico	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Desenvolvimento	MDIC	União Federal	Computerworld	28/1/2002	31
0259	Ministro fala de plano do governo de popularizar Internet	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Terra	28/1/2002	31
0260	Internet II: poucos recursos do Governo para 2002	Investimentos	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	IDG Now!	28/1/2002	31
0261	INSS amplia salário-maternidade via web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	Info Online	28/1/2002	31
0262	Governo do RS lança portal na Internet	Portal governamental	Executivo	Estadual	Administração	Governo do Estado	RS	Terra	29/1/2002	31
0263	BC vai intervir no câmbio pela Bolsa do Rio	Informatização	Executivo	Federal	Economia	Bacen	União Federal	Folha Online	30/1/2002	31
0264	Planejamento: informática controlará as contas públicas	Informatização	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	30/1/2002	31
0265	MCT cria comitê para gerir recursos destinados à P&D	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	Computerworld	30/1/2002	31
0266	Saúde investe R\$ 75 milhões no Cartão SUS	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Saúde	MS	União Federal	Computerworld	30/1/2002	31
0267	INSS mantém sistemas de controle de aposentadorias	Informatização	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	Computerworld	1/2/2002	31
0268	Pernambuco adota sistema de compras pela internet	Compras eletrônicas	Executivo	Estadual	Administração	Secretaria de Estado	PE	O Globo Online	1/2/2002	31
0269	Decisões do STJ serão publicadas na Web	Serviços ao Cidadão	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STJ	União Federal	IDG Now!	5/2/2002	32
0270	MCT cria comitê para área de tecnologia da informação	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	IDG Now!	7/2/2002	32
0271	Arrecadação do Fust soma R\$ 1,045 bilhão	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	8/2/2002	32
0272	SPB ganha prazo para se adequar à ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda	Bacen	União Federal	Computerworld	15/2/2002	32
0273	Br@sil.gov: empresas foram habilitadas na licitação	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Governo Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	20/2/2002	32
0274	Governo agiliza uso do Fust na telefonia	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	22/2/2002	32
0275	Internet 2 Brasil-Portugal vai entrar no ar	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Ciência e Tecnologia	MCT	União Federal	Info Online	22/2/2002	32
0276	Ficha de inscrição para financiamento estudantil está na Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Educação	MEC	União Federal	IDG Now!	26/2/2002	32
0277	INSS adere aos cursos virtuais	Educação à distância	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	Info Online	27/2/2002	32
0278	Pagamento e pesquisa sobre IPTU estão disponíveis online	Serviços ao Cidadão	Executivo	Municipal	Fazenda	PM São Paulo	SP	IDG Now!	28/2/2002	32
0279	Acidente de trabalho vai para web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Previdência	INSS	União Federal	Info Online	28/2/2002	32
0280	Caixa libera 2ª via de prestações na web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	Info Online	28/2/2002	32
0281	IR 2002 pode ser declarado via Internet a partir de amanhã	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	IDG Now!	28/2/2002	32

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0282	Serasa e CertiSign são habilitadas pela ECT	Certificação digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	5/3/2002	32
0283	Brasil terá curso de MBA em e-Government	Educação	Executivo	Federal	Educação	Diversos	União Federal	Info Online	6/3/2002	32
0284	Casa Civil certificará documentos eletrônicos da Presidência	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Computerworld	6/3/2002	32
0285	Serviços eletrônicos para todos	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Eletrônico	Diversos	SP	Jornal da Tarde	7/3/2002	32
0286	Governo Eletrônico unifica participação na Fenasoft	Evento	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	IDG Now!	11/3/2002	33
0287	ECT aprova empresas na licitação dos quiosques	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	12/3/2002	33
0288	País ganha novo programa de acesso à Internet	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	IDG Now!	13/3/2002	33
0289	Governo garante acesso gratuito à Web em agosto	Inclusão digital	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	13/3/2002	33
0290	Áreas públicas no País terão PCs com Web	Inclusão digital	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	IDG Now!	14/3/2002	33
0291	Br@asil.gov: Embratel e Telefônica devem vencer licitação	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	14/3/2002	33
0292	Solon Lemos Pinto deixa a coordenação do E-gov	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	14/3/2002	33
0293	Prefeitura de BH reforça software livre	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM Belo Horizonte	MG	Computerworld	15/3/2002	33
0294	Governo coloca no ar o Portal do Consumidor	Portal governamental	Executivo	Federal	Justiça	MJ	União Federal	IDG Now!	15/3/2002	33
0295	SERPRO pede credenciamento na ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia	Serpro	União Federal	Computerworld	18/3/2002	33
0296	Quase 1,5 milhão já enviou o IR pela web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Info Online	22/3/2002	33
0297	E-Gov: qualificação profissional é um entrave	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	25/3/2002	33
0298	ICP-Brasil cobra R\$ 500 mil para credenciar empresas	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	27/3/2002	33
0299	Licitação da rede Br@sil.Gov fica sem vencedores	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	27/3/2002	33
0300	SP inaugura centro de informática para deficientes visuais	Acessibilidade	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	SP	Computerworld	28/3/2002	33
0301	Petrobrás adota carteira virtual de trabalho	Documento eletrônico	Executivo	Federal	Administração	Petrobrás	União Federal	Computerworld	1/4/2002	34
0302	Acesso grátis à web chega ao Poupatempo	Inclusão digital	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	SP	INFO Online	1/4/2002	34
0303	Caixa faz compras online	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Administração	Caixa	União Federal	INFO Online	3/4/2002	34
0304	SP libera votação de propostas 2003 na web	Voto eletrônico	Executivo	Estadual	Planejamento	Secretaria de Estado	SP	INFO Online	4/4/2002	34
0305	TSE prepara eleitores para votação eletrônica com urna virtual	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	IDG Now!	8/4/2002	34

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0306	Serpro, Serasa e Casa Civil são entidades certificadoras	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia	ITI	União Federal	Computerworld	9/4/2002	34
0307	Saldo e extrato do complemento do FGTS estão na Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	IDG Now!	10/4/2002	34
0308	Caixa e cartórios liberam certidões na web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	INFO Online	10/4/2002	34
0309	Minicom discute acesso popular à Internet	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	10/4/2002	34
0310	CEF e cartórios trabalharão juntos via Internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	IDG Now!	10/4/2002	34
0311	Pais ganha mais uma iniciativa de acesso público à Web	Inclusão digital	Executivo	Federal	Tecnologia Governo	Serpro	União Federal	IDG Now!	11/4/2002	34
0312	Brasil.gov: contratos de rede de dados estão vencendo	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	12/4/2002	34
0313	SPB: BC exige comprovante de adesão à ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda Governo e Gestão	Bacen Secretaria de Estado	União Federal	Computerworld	12/4/2002	34
0314	SP tenta novo conceito de web popular	Inclusão digital	Executivo	Estadual			SP União	Info Online	15/4/2002	35
0315	Governo coloca mais quiosques web na praça	Inclusão digital	Executivo	Federal	Tecnologia	Serpro	União Federal	Info Online	15/4/2002	35
0316	Governo revê lei de licitações	Legislação	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	15/4/2002	35
0317	Nova urna eletrônica terá voto impresso	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Info Online	18/4/2002	35
0318	Serpro integra sistemas do Ministério do Planejamento	Informatização	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	22/4/2002	35
0319	Web gratuita no e-Gov: empresas exigem mudanças	Inclusão digital	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Computerworld	23/4/2002	35
0320	Poupatempo emite carteira de identidade digital	Documento eletrônico	Executivo	Estadual	Segurança Governo	Governo do Estado	SP União	IDG Now!	24/4/2002	35
0321	Justiça adia mais uma vez licitação da rede Br@sil.gov	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	24/4/2002	35
0322	ICP-Brasil abre caminho para eleições pela Web	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia	ITI	União Federal	Computerworld	29/4/2002	35
0323	Imposto de renda: 14,1 milhões foram enviadas pela Internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Computerworld	30/4/2002	35
0324	Combate à exclusão digital é um dos desafios do País, diz FHC	Evento	Executivo	Federal	Presidência Governo	Presidência	União Federal	IDG Now!	7/5/2002	36
0325	E-Gov: licitação da rede Br@sil.gov é cancelada	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico Governo	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	8/5/2002	36
0326	Br@sil.gov: espelhos podem participar da licitação	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico Governo	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	8/5/2002	36
0327	Governo faz pesquisa sobre aplicação dos recursos do Fust	Fust	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	IDG Now!	10/5/2002	36
0328	SP fará certificação digital de documentos	Certificação digital	Executivo	Estadual	Tecnologia	Imprensa Oficial	SP	Info Online	14/5/2002	36
0329	Pregão eletrônico confirma economia para Minas Gerais	Compras eletrônicas	Executivo	Estadual	Administração	Prodemge	MG	Computerworld	14/5/2002	36

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0330	Imprensa Oficial lança serviços eletrônicos	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Tecnologia	Imprensa Oficial	SP União	Computerworld	14/5/2002	36
0331	ECT anuncia novos serviços via internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal União	Info Online	2/7/2002	37
0332	Governo libera total de recursos do Fust	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	Federal União	IDG Now!	5/7/2002	37
0333	A democrática rede online	Governo eletrônico	Executivo, Judiciário	Federal, Estadual	Governo Eletrônico	Diversos	Federal União	Computerworld	19/7/2002	37
0334	E-Gov treina servidores dos poderes Legislativo e Judiciário	Capacitação	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	Federal União	Computerworld	19/7/2002	37
0335	CEF emitirá certificação digital para clientes	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia	Caixa	Federal União	PC World	22/7/2002	37
0336	Solon Lemos Pinto retorna à coordenação do e-gov	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	Federal	Business Standard	22/7/2002	37
0337	Autenticação digital já é realidade em cartório da Paraíba	Documento eletrônico	Judiciário	Estadual	Tecnologia	Cartório	PB União	Computerworld	23/7/2002	37
0338	Operadoras unidas no Governo Eletrônico	Inclusão digital	Executivo	Federal	Tecnologia	Comunicações	Federal União	Computerworld	23/7/2002	37
0339	E-gov cria subcomitê para certificação digital	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Tecnologia	MPO	Federal União	Computerworld	24/7/2002	37
0340	Comprasnet incorpora boleto bancário	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Administração	MPO	Federal União	Computerworld	29/7/2002	37
0341	Brasil Digital: presidenciáveis apresentam suas plataformas	Governo eletrônico	Sociedade Civil	Federal	Tecnologia	Diversos	Federal União	Computerworld	30/7/2002	37
0342	E-gov: governo traça diretriz única para sites	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	Federal União	Computerworld	30/7/2002	37
0343	Eleitores poderão checar o voto eletronicamente	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	Federal União	PC World	1/8/2002	37
0344	Internet agiliza combate ao desemprego	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Trabalho	Min Trabalho Secretaria de	Federal	PC World	2/8/2002	37
0345	Pernambuco adere ao B2B do Banco do Brasil	Compras eletrônicas	Executivo	Estadual	Administração	Estado	PE	Computerworld	5/8/2002	37
0346	Site divulgará iniciativas da USP no terceiro setor	Educação à distância	Executivo	Estadual	Educação	USP	SP	PC World	5/8/2002	37
0347	Plano de inclusão digital da prefeitura de SP agregará escolas	Inclusão digital	Executivo	Municipal	Educação	Secretaria de Estado	SP	IDG Now!	7/8/2002	37
0348	Projeto da polícia de SP permitirá rastreamento de viaturas	Segurança	Executivo	Estadual	Segurança	Secretaria de Estado	SP	PC World	8/8/2002	37
0349	E-Gov poderá adotar sistemas abertos na oferta de serviços	Software livre	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	IDG Now!	9/8/2002	37
0350	Computadores serão usados em exames do Detran-SP	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Segurança	Detran	SP União	PC World	12/8/2002	37
0351	BB vende energia em leilão eletrônico	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	Federal	Business Standard	12/8/2002	37
0352	Detran-SP terá exame teórico eletrônico	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Segurança	Detran	SP	Info Online	14/8/2002	37
0353	Governo promove licitação para a sala-cofre da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	Federal	Computerworld	19/8/2002	38
0354	CEF é obrigada a suspender megalicitação de	Infra-estrutura	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União	Computerworld	19/8/2002	38

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
	telecom						Federal			
0355	Site da Receita já aceita declaração do ITR	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Info Online	20/8/2002	38
0356	Minicom adia abertura de propostas do Gesac	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	22/8/2002	38
0357	Cartórios oficializam uso da certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	22/8/2002	38
0358	Escolas públicas do País terão caderno digital	Educação	Executivo	Estadual	Educação	Secretaria de Estado	PR	IDG Now!	22/8/2002	38
0359	Justiça adia, mais uma vez, licitação de Internet popular	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	23/8/2002	38
0360	Camara-e.net promove MBA de Governo Eletrônico	Educação	Sociedade Civil	governamental	Educação	Câmara e.net	União Federal	Computerworld	23/8/2002	38
0361	Escolas de Curitiba ganham caderno digital	Educação	Executivo	Estadual	Educação	Secretaria de Estado	PR	PC World	23/8/2002	38
0362	Cidade do Conhecimento oferece opções em educação a distância	Educação à distância	Executivo	Estadual	Educação	USP	SP	PC World	23/8/2002	38
0363	SP ensinará Linux a 500 mil alunos	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Info Online	23/8/2002	38
0364	Bionexo fornece tecnologia para o Ministério da Saúde	Educação à distância	Executivo	Federal	Saúde	MS	União Federal	Computerworld	26/8/2002	38
0365	Tributação na ICP-Brasil também está na pauta da Câmara Federal	Legislação	Legislativo	Federal	Congresso	Câmara dos Deputados	União Federal	Computerworld	26/8/2002	38
0366	Festival vai premiar software para controle de doenças endêmicas	Evento	Executivo	Estadual	Saúde	Governo do Estado	RJ	PC World	26/8/2002	38
0367	Brasil ganha MBA sobre governo eletrônico	Educação	Sociedade Civil	governamental	Educação	Centro Univ de Ciências/MG	União Federal	Info Online	26/8/2002	38
0368	Mais de 6 milhões de isentos já declararam	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Info Online	26/8/2002	38
0369	Blumenau automatiza o acesso às informações	Documento eletrônico	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM Blumenau	SC	Computerworld	27/8/2002	38
0370	Prefeitura de SP informatiza serviços nas bibliotecas públicas	Informatização	Executivo	Municipal	Educação	PM São Paulo	SP	PC World	28/8/2002	38
0371	Serpro decide apostar no Linux	Software livre	Executivo	Federal	Tecnologia	Serpro	União Federal	Computerworld	29/8/2002	38
0372	Procergs implanta software para agilizar acesso	Infra-estrutura	Executivo	Estadual	Tecnologia	Procergs	RS	Computerworld	29/8/2002	38
0373	Governo tenta retomar megalicitação da Br@sil.gov	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União Federal	Computerworld	29/8/2002	38
0374	E-gov para cidadão fica sem concorrência	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	29/8/2002	37
0375	Detran/SP investe em controle online da habilitação	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Segurança	Detran	SP	Computerworld	30/8/2002	38
0376	Fundador do projeto GNU/Linux faz palestra na Prefeitura de São Paulo	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	PC World	30/8/2002	38
0377	Inscrições para financiamento estudantil começam na próxima semana	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Educação	MEC	União Federal	PC World	30/8/2002	38

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0378	Sefaz promove seminário sobre segurança em SP	Evento	Executivo	Estadual	Fazenda	Secretaria de Estado	SP	Computerworld	2/9/2002	39
0379	Prefeitura de SP estimula adoção do software livre	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Computerworld	2/9/2002	39
0380	PDT questiona contrato do TSE com Unisys	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Tecnologia	TSE	União Federal	Computerworld	2/9/2002	39
0381	Prefeitura de Diadema cria portal com informações e serviços	Portal governamental	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM Diadema	SP	PC World	2/9/2002	39
0382	Fundador do projeto GNU/Linux faz palestra em São Paulo	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	IDG Now!	2/9/2002	39
0383	Serpro parte para o software livre	Software livre	Executivo	Federal	Tecnologia	Serpro	União Federal	Info Online	2/9/2002	39
0384	Martelo eletrônico é economia para prefeitura de Curitiba	Compras eletrônicas	Executivo	Municipal	Administração	PM Curitiba	PR	ITWeb	3/9/2002	39
0385	ADEPI e Governo Federal criam rede de combate à pirataria	Segurança	Executivo	Federal	Justiça	MJ	União Federal	Computerworld	3/9/2002	39
0386	Prefeitura de São Paulo investe R\$ 13 mi em banda larga	Infra-estrutura	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM São Paulo	SP	Computerworld	4/9/2002	39
0387	Sivam gerencia eletronicamente seus documentos	Documento eletrônico	Executivo	Federal	Militar	Aeronáutica	União Federal	Computerworld	4/9/2002	39
0388	`` Vamos brigar até o fim `` , diz presidente da Gilat do Brasil	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	GESAC	União Federal	Computerworld	4/9/2002	39
0389	Metrô de São Paulo aposta em site interativo	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Transportes	Metrô SP	SP	PC World	4/9/2002	39
0390	Manaus investe em TI para melhor atender ao cidadão	Serviços ao Cidadão	Executivo	Municipal	Administração	PM Manaus	AM	Terra	4/9/2002	39
0391	Unisys está tranqüila quanto ao contrato junto ao TSE	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	5/9/2002	39
0392	Servidores federais optam por contracheque eletrônico	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Administração	MPO	União Federal	Computerworld	5/9/2002	39
0393	Presidenciáveis e a Tecnologia da Informação	Gestão e-Gov	Executivo	Federal	Tecnologia	Presidência	Federal	Computerworld	6/9/2002	39
0394	Rio, pólo mundial de software livre. Por que não?!	Software livre	Executivo	Municipal	Tecnologia	PM Rio de Janeiro	RJ	O Globo Online	6/9/2002	39
0395	Prefeitura de Cuiabá aposta na Web para arrecadar ISS	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	PM Cuiabá	MT	Computerworld	6/9/2002	39
0396	Supremo Tribunal Federal lança 'Gabinete Virtual'	Informatização	Judiciário	Federal	Justiça Federal	STF	União Federal	PC World	9/9/2002	39
0397	Governo federal adere aos telecentros	Telecentros	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	Info Online	12/9/2002	39
0398	Shopping virtual dos Correios já reúne 15 lojas	Portal governamental	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	Federal	Computerworld	13/9/2002	39
0399	Interior de SP ganha 8 novos Infocentros	Telecentros	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	SP	Info Online	13/9/2002	39
0400	Rio quer atrair jovens com centros de informática	Telecentros	Executivo	Municipal	Trabalho	Secretaria de Estado	RJ	PC World	13/9/2002	39
0401	Microsoft fecha acordo inédito com governo brasileiro	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Computerworld	16/9/2002	40
0402	ICP-Brasil agiliza processos de Autoridades Certificadoras	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	ITI	União Federal	Computerworld	16/9/2002	40

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0403	Eleições 2002: Fust é alvo de severas críticas	Fust	Sociedade Civil	Federal	Tecnologia	Diversos	União Federal	Computerworld	17/9/2002	40
0404	Banco do Brasil reprograma pregão eletrônico com o MAE	Compras eletrônicas	Executivo	Federal	Fazenda	Banco do Brasil	União Federal	Computerworld	17/9/2002	40
0405	E-gov é prioridade de TI nos programas dos presidentiáveis	Governo eletrônico	Sociedade Civil	Federal	Governo Eletrônico	Diversos	União Federal	Computerworld	17/9/2002	40
0406	BNDES adota o comércio eletrônico para financiar pequenas empresas	Comércio Eletrônico	Executivo	Federal	Fazenda	BNDES	União Federal	Computerworld	19/9/2002	40
0407	Portal permite acompanhar obras públicas pela Web	Controle social	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	PC World	19/9/2002	40
0408	Projeto para inclusão digital de professores abre inscrições em SP	Inclusão digital	Executivo	Estadual	Educação	Secretaria de Estado	SP	PC World	19/9/2002	40
0409	Governo Lula priorizará o software livre	Software livre	Civil	Federal	Tecnologia	PT	União Federal	Info Online	19/9/2002	40
0410	Garotinho defende ensino a distância	Educação à distância	Sociedade Civil	Federal	Tecnologia	PDT	União Federal	Info Online	19/9/2002	40
0411	Obrasnet é o novo canal online do e-gov	Controle social	Executivo	Federal	Planejamento	MPO	União Federal	IDG Now!	19/9/2002	40
0412	Telecentros do Sebrae vão ensinar informática a empresários	Telecentros	Executivo	Federal	Negócios	Sebrae	União Federal	PC World	20/9/2002	40
0413	Programa de segurança do Fust entra em consulta pública	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	20/9/2002	40
0414	São Paulo subsidia PCs para professores	Inclusão digital	Executivo	Estadual	Educação	Secretaria de Estado	SP	Info Online	20/9/2002	40
0415	Gilat vence concorrência de universalização do acesso à Internet	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	23/9/2002	40
0416	Alfabetização Solidária ganha novo site	Educação	Sociedade Civil	Federal	Educação	Alfabetização Solidária	União Federal	PC World	23/9/2002	40
0417	Sebrae abrirá 81 telecentros empresariais	Telecentros	Executivo	Federal	Negócios	Sebrae	União Federal	Info Online	23/9/2002	40
0418	STF arquiva processo do PDT contra urnas eletrônicas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	26/9/2002	40
0419	Governo de SP lança dicionário digital para deficientes auditivos	Acessibilidade	Executivo	Estadual	Governo e Gestão	Secretaria de Estado	SP	PC World	27/9/2002	40
0420	Governo quer levar todos os serviços à web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Planejamento	Governo Eletrônico	União Federal	Info Online	30/9/2002	41
0421	Declaração de imposto rural acaba hoje	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Info Online	30/9/2002	41
0422	Fust : família de baixa renda terá subsídio de 50% na telefonia	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União Federal	Computerworld	1/10/2002	41
0423	90% das urnas eletrônicas estão prontas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Info Online	1/10/2002	41
0424	CNPJ será substituído por cartão virtual	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União Federal	Info Online	2/10/2002	41
0425	TSE já distribuiu as 51 mil novas urnas eletrônicas	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União Federal	Computerworld	3/10/2002	41
0426	TSE: eleitor poderá acompanhar, via PC, eleições	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Computerworld	3/10/2002	41

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
	2002						Federal			
0427	Governo faz acordo por acesso público à web	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União	Info Online	4/10/2002	41
0428	Gilat ativa e-gov gratuito em novembro	Inclusão digital	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União	Computerworld	4/10/2002	41
0429	TSE aposta na tecnologia para garantir Eleições 2002	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Computerworld	4/10/2002	41
0430	Eleições 2002: Unisys aguarda posicionamento do TSE	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Computerworld	7/10/2002	41
0431	Eleições: Telemar não registra problemas em 59 zonas eleitorais	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Computerworld	7/10/2002	41
0432	Br@sil.gov permanece embargada na Justiça	Rede Br@sil.gov	Executivo	Federal	Eletrônico	Comitê Executivo	União	Computerworld	7/10/2002	41
0433	TSE: problemas com urnas eletrônicas foram inexpressivos	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Computerworld	7/10/2002	41
0434	Governo abre mercado da certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	Federal	Computerworld	8/10/2002	41
0435	Paulistano pode ver, na web, quanto deve a SP	Serviços ao Cidadão	Executivo	Municipal	Fazenda	Secretaria de Estado	SP	Info Online	9/10/2002	41
0436	Impressão de voto eletrônico gera polêmica	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Info Online	9/10/2002	41
0437	Urnas com impressoras vão continuar, diz TSE	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	TSE	União	Info Online	10/10/2002	41
0438	Fust: Minicom prorroga consulta pública do programa de segurança	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União	Computerworld	12/10/2002	41
0439	Receita libera consulta ao 5º lote do IR	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União	Info Online	14/10/2002	41
0440	Acompanhe a reforma agrária pela internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Reforma Agrária	MRA	União	Info Online	14/10/2002	41
0441	Sebrae faz audiência pública para selecionar software	Portal governamental	Executivo	Federal	Negócios	Sebrae	União	Computerworld	17/10/2002	42
0442	Caixa Econômica prevê certificação digital para novembro	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União	Computerworld	17/10/2002	42
0443	Receita vai atender cidadão pela internet	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União	Info Online	18/10/2002	42
0444	Portal do Governo será usado na transição presidencial	Portal governamental	Executivo	Federal	Casa Civil	Governo Eletrônico	União	PC World	21/10/2002	42
0445	7,3 milhões de isentos declararam via web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	União	Info Online	21/10/2002	42
0446	Governo deve instalar 800 quiosques de acesso à Web	Inclusão digital	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União	Computerworld	22/10/2002	42
0447	E-Gov é desafio ao próximo governo	Governo eletrônico	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União	Computerworld	24/10/2002	42
0448	FUST: Minicom publica portaria do Programa de Segurança	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Minicom	União	Computerworld	24/10/2002	42
0449	Receita Federal adere à certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal	Federal	Computerworld	25/10/2002	42

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0450	Cadastro de empresas de SP está disponível na Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Fazenda	Junta Comercial	SP	PC World	25/10/2002	42
0451	RJ terá interrogatório por videoconferência	Informatização	Judiciário	Estadual	Justiça	Tribunal de Justiça	RJ	Info Online	25/10/2002	42
0452	São Paulo ganha dois novos Infocentros	Telecentros	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	SP	PC World	29/10/2002	42
0453	São Paulo ganha mais dois novos Infocentros	Telecentros	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	SP	Info Online	30/10/2002	43
0454	SP teve menos problemas com urna eletrônica	Voto eletrônico	Judiciário	Federal	Justiça Eleitoral	T R E	União Federal	Info Online	30/10/2002	43
0455	Comunidade Solidária lança projeto contra exclusão digital	Inclusão digital	Executivo	Federal	Social	Comunidade Solidária	União Federal	PC World	30/10/2002	42
0456	Amaury Bier deixa comitê gestor da ICP-Brasil	Certificação digital	Executivo	Federal	Tecnologia	ITI	União Federal	Computerworld	31/10/2002	42
0457	Acompanhe a restituição do IR por e-mail	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Receita Federal Secretaria de	União Federal	Info Online	31/10/2002	42
0458	Paranaenses recebem oferta de emprego pelo celular	Serviços ao Cidadão	Executivo	Estadual	Trabalho	Estado	PR	IDG Now!	4/11/2002	43
0459	Portal do Governo é aprovado pela equipe de transição	Portal governamental	Executivo	Federal	Presidência	Casa Civil	União Federal	Business Standard	4/11/2002	43
0460	390 mil recebem resultado da loto no e-mail	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	Info Online	5/11/2002	43
0461	Linux na gerência do Banco Central	Software livre	Executivo	Federal	Economia	Bacen	União Federal	Computerworld	12/11/2002	43
0462	Serpro, Procergs e Metrô SP assinam acordo pró-Linux	Software livre	Executivo	Federal	Tecnologia	Serpro	União Federal	IDG Now!	13/11/2002	43
0463	Correios: excelência 100% digital	Informatização	Executivo	Federal	Comunicações	Correios	União Federal	Computerworld	14/11/2002	43
0464	Governo propõe reter R\$ 476 milhões do Fust	Fust	Executivo	Federal	Planejamento Justiça	MPO	União Federal	Computerworld	14/11/2002	43
0465	Poder Judiciário reivindica recursos do Fust	Fust	Judiciário	Estadual	Estadual	Tribunal de Justiça	BA União	Computerworld	14/11/2002	43
0466	E-gov: Poder Executivo formaliza criação de portal Web	Portal governamental	Executivo	Federal	Casa Civil	Governo Eletrônico	União Federal	Computerworld	18/11/2002	44
0467	Alunos do Paraná incluem Caderno Digital no material escolar	Educação	Executivo	Estadual	Educação	Governo do Estado	PR	PC World	18/11/2002	44
0468	Rio Grande do Sul lidera programa nacional de software livre	Software livre	Executivo	Estadual	Tecnologia	Governo do Estado	RS	PC World	21/11/2002	44
0469	Caixa Econômica é autorizada a atuar na certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	Computerworld	25/11/2002	44
0470	Denatran integra serviço de todos os Detrans na Web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Segurança	Denatran	União Federal	PC World	26/11/2002	44
0471	Destino do Fust está nas mãos do novo governo	Fust	Executivo	Federal	Comunicações	Anatel	União Federal	IDG Now!	26/11/2002	44
0472	Base nacional de Renavam entra na web	Serviços ao Cidadão	Executivo	Federal	Segurança	Denatran	União Federal	Info Online	27/11/2002	44
0473	Ibama ganha sistema para vigiar florestas	Monitoramento	Executivo	Federal	Meio Ambiente	Ibama	União Federal	Info Online	28/11/2002	44
0474	Prefeitura de Santo André implanta e-gov municipal	Governo eletrônico	Executivo	Municipal	Administração	PM Santo André	SP	IDG Now!	28/11/2002	44

ID	TITULO	ASSUNTO	FUNCAO	ESFERA	AREA	ORGAO	UF	FONTE	DATA	EDICAO
0475	CEF investe R\$ 10 milhões em certificação digital	Certificação digital	Executivo	Federal	Fazenda	Caixa	União Federal	Computerworld	29/11/2002	44

APÊNDICE 4 – Municípios presentes no portal Rede Governo

Pesquisa realizada no endereço eletrônico http://www.brasil.gov.br/estr_pref.htm, em 27/06/2003.

Distribuição por Região e Estado da Federação

REGIAO	ESTADO	Total	% Região	% País
CO	GO	21	43%	4%
	MS	11	22%	2%
	MT	17	35%	3%
CO Total		49	100%	9%
N	AC	1	5%	0%
	AM	3	15%	1%
	AP	2	10%	0%
	PA	7	35%	1%
	RO	2	10%	0%
	RR	2	10%	0%
	TO	3	15%	1%
N Total		20	100%	4%
NE	AL	8	7%	1%
	BA	26	24%	5%
	CE	41	37%	7%
	MA	9	8%	2%
	PB	5	5%	1%
	PE	9	8%	2%
	PI	4	4%	1%
	RN	7	6%	1%
SE	1	1%	0%	
NE Total		110	100%	20%
S	PR	64	52%	12%
	RS	31	25%	6%
	SC	27	22%	5%
S Total		122	100%	22%
SE	ES	13	5%	2%
	MG	72	29%	13%
	RJ	42	17%	8%
	SP	125	50%	23%
SE Total		252	100%	46%
Total Global		553		100%

Municípios presentes no portal Rede Governo:

AC – Rio Branco (capital)

AL – Maceió (capital), Arapiraca, Barra de São Miguel, Coruripe, Delmiro Gouveia, Maragogi, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema

AP – Oiapoque, Santana

AM – Manaus (capital), Manacapuru, Maués

BA – Salvador (capital), Banae, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Serra, Caitité, Candeias, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Guanambi, Iraquara, Itaberaba, Itagiba, Itamaraju, Itaparica, Jequié, Juazeiro, Maragogipe, Mundo Novo, Pau Brasil, Paulo Afonso, Piritiba, Remanso, Santo Amaro, São Felix, Valença

CE – Fortaleza (capital), Acopiara, Aquiraz, Aracati, Araripe, Baturité, Caninde, Caucaia, Crateús, Crato, Croata, Farias de Brito, Granja, Guaiuba, Guaraciaba do Norte, Guaramiranga, Ibaretama, Ibiapina, Icapuí, Itaitinga, Itapajé, Itarema, Limoeiro do Norte, Maranguape, Orós, Pacatuba, Paraipaba, Pedra Branca, Pindoretama, Quixadá, Quixelô, Quixeramobim, Russas, Salitre, Sobral, Solonópole, Tauá, Tiangua, Ubajara, Uruoca, Viçosa do Ceará

ES – Vitória (capital), Alegre, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Ibiracu, Itapemirim, Linhares, Nova Venécia, Pinheiros, Serra, Vila Velha

GO – Goiânia (capital), Água Fria de Goiás, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Anápolis, Caldas Novas, Catalão, Chapadão do Céu, Cristalina, Formosa, Indiara, Inhumas, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Marzagão, Pires do Rio, Rio Verde, São Domingos, Uruanã, Vila Boa

MA – São Luís (capital), Açailândia, Araisos, Barra do Corda, Imperatriz, Pinheiro, Timon, Tuntum, Zé Doca

MT – Cuiabá (capital), Água Boa, Alta Floresta, Arenópolis, Barra do Bugres, Caceres, Cláudia, Feliz Natal, Guiratinga, Lucas do Rio Verde, Nobres, Nova Xavantina, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sapezal, Sinop, Tangara da Serra

MS – Campo Grande (capital), Caarapó, Corumbá, Dourados, Jardim, Miranda, Mundo Novo, Nova Andradina, Paranaíba, Porto Murtinho, Sidrolândia

MG – Belo Horizonte (capital), Aiuruoca, Alfenas, Almenara, Araguari, Arantina, Araxá, Aiuruoca, Baependi, Belo Vale, Betim, Botelhos, Cabo Verde, Catas Altas, Campo Belo, Conceição das Pedras, Capitólio, Caranaíba, Carangola, Carlos Chagas, Cristina, Cruzília, Coimbra, Congonhas, Contagem, Delfinópolis, Divinópolis, Esmeraldas, Espera Feliz, Frutal, Guaranésia, Guaxupé, Helionora, Ipatinga, Itabira, Itajuba, Itaúna, Itueta, Jacinto, Juiz de Fora, Lavras, Liberdade, Maria da Fé, Mariana, Maripá de Minas, Minduri, Monte Carmelo, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Nova Era, Nova Lima, Nova Serrana, Ouro Fino, Paracatu, Piumhi, Poço Fundo, Pouso Alegre, Sabará, Santa Bárbara, Santa Rita do Sapucaí, São João Nepomuceno, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Serro, Sete Lagoas, Três Pontas, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Vespasiano, Viçosa

PA – Belém (capital), Altamira, Marabá, Paragominas, Porto de Moz, Redenção, Tucuruí

PB – João Pessoa (capital), Bom Jesus, Campina Grande, Guarabira, Santa Luzia

PR – Curitiba (capital), Agudos do Sul, Andirá, Apucarana, Arapongas, Araucária, Barracão, Boa Esperança, Cascavel, Castro, Campo Mourão, Campo do Tenente, Centenário do Sul, Cianorte, Colombo, Corbelia, Contenda, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Goioere, Guarapuava, Guaratuba, Foz do Iguaçu, Ibiporã, Irati, Itaipulândia, Ivaipora, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Marmeleiro, Matinhos, Medianeira, Missal, Morretes, Nova Aurora, Palmeira, Paraíso do Norte, Paranaguá, Paranaíba, Pato Bragado, Pato Branco, Pirai do Sul, Pinhais, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Quinta do Sol, Quitandinha, Renascença, Salgado Filho, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Sarandi, Sertaneja, Siqueira Campos, Toledo, Umuarama, União da Vitória

PE – Recife (capital), Afogados da Ingazeira, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Garanhuns, Jaboatão, Olinda, Petrolina, São José do Belmonte

PI – Teresina (capital), Barras, Caridade do Piauí, Pio IX

RJ – Rio de Janeiro (capital), Araruama, Arraial do Cabo, Barra Mansa, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Cordeiro, Itaperuna, Japeri, Guapimirim, Duque de Caxias, Macaé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Miguel Pereira, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Paracambi, Paraíba do Sul, Pirai, Petrópolis, Porto Real, Queimados, Quissamã, Resende, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, São Gonçalo, São João da Barra, São José do Vale do Rio Preto, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá, Três Rios, Valença, Volta Redonda

RN – Natal (capital), Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaúba dos Dantas, Goianinha, Lucrecia, Mossoró

RS – Porto Alegre (capital), Alegrete, Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Camaquã, Canela, Caxias do Sul, Cidreira, Lajeado, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Panambi, Passo Fundo, Parobé, Panambi, Pelotas, Pinhais, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Ângelo, São Borja, São Pedro do Sul, Sarandi, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Taquara, Uruguiana, Venâncio Aires

RO – Cujubim, Urupá

RR – Boa Vista (capital), Bonfim

SC – Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Botuverá, Brusque, Canoinhas, Capinzal, Chapecó, Criciúma, Fraiburgo, Garopaba, Gaspar, Itapema, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Lontas, Navegantes, Orleans, Palhoça, Piratuba, Rio do Sul, São José do Cedro, São Pedro de Alcântara, São Miguel do Oeste, Urussanga

SP – São Paulo (capital), Aguaí, Agudos, Américo Brasiliense, Amparo, Araçatuba, Araras, Assis, Atibaia, Águas de Lindóia - Turismo, Americana, Amparo, Araras, Araraquara, Bariri, Barretos, Barueri, Batatais, Bauru, Boituva, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Buritizal, Cabreúva, Campinas, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Carapicuíba, Catanduva, Cerquilha, Chavantes, Conchal, Cosmópolis, Cruzeiro, Cubatão, Diadema, Elias Fausto, Fernandópolis, Franca, Guararapes, Garça, Guaratinguetá, Guarujá, Guataparã Guarulhos, Holambra, Hortolândia, Ibirarema, Ilha Solteira, Ilabela, Itai, Itapevi, Iporanga, Iracemópolis, Itanhaém, Itatiba, Itu - Informação, Jacareí, Jaú, Jales, Jandira, Jardinópolis, Jaú, Jundiá, Leme, Limeira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Monte Alto, Motuca, Nova Odessa, Osasco, Ourinhos, Palmital, Paranapanema, Paulínia, Pedrinhas Paulista, Perderneiras, Pereira Barreto, Peruíbe, Piedade, Piracaia, Pedreira, Pindamonhangaba, Piracicaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Potirendaba, Praia Grande, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Adelia, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santana de Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião, São Vicente, Serra Negra, Sorocaba, Tapiraí, Taquarituba, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Ubatuba, Uchoa, Valinhos, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga

SE – Aracaju (capital)

TO – Palmas (capital), Araguaína, Porto Nacional

Obs.: A ausência de determinados municípios da relação acima não implica necessariamente que o mesmo não mantenha um portal ou website. Ex.: Prefeitura Municipal de Florianópolis, na data da pesquisa, apresentava seu portal no endereço eletrônico www.pmf.sc.gov.br, mas não constava *link* no Portal Rede Governo.

ANEXO 1 – Sítio de divulgação institucional do Governo Eletrônico

BRASIL.GOV

Ministério do Planejamento

Brasília, 12 de julho de 2003

Acontece no Governo Eletrônico

Provedores de acesso à internet apenas viabilizam o caminho dos usuários à informações da Rede, não se constituindo tal atividade serviço de telecomunicação ou comunicação a ensejar a incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). A conclusão é da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, não foi identificado o fato gerador no trabalho dos provedores do serviço de comunicação, mas sim serviço. [Leia Mais...](#)

ICP Brasil As mais de 300 pessoas presentes à I Rodada de Software Livre da Administração Pública confirmaram que há um crescente interesse pela questão do software livre no Brasil. Essa é a avaliação do presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu, feita durante a abertura do evento, que ocorreu ontem (25/06), em Brasília. Amadeu também informou que essa era uma iniciativa da Câmara de Implementação de Software Livre. [Leia Mais...](#)

Agência Brasil International News Service - Brazilian news for the world - Servicio Internacional de Noticias - Internationaler Nachrichtendienst. [Leia Mais...](#)

O equilíbrio comercial na área da informática será atingido com uma política mais agressiva das exportações do setor, principalmente na área dos softwares, onde o governo já está criando mecanismos para estimular as micro e pequenas empresas a desenvolverem seu potencial para aumentar a criação de programas para computadores. A opinião foi defendida na Conferência sobre Internet na América Latina e Caribe, realizada no Rio de Janeiro. [Leia Mais...](#)

Com o objetivo de tornar mais transparente a análise dos casos de fusões e aquisições, além das investigações sobre condutas anticompetitivas, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC - (integrado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, Secretaria de Direito Econômico e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica) lançou o Portal da Concorrência. [Leia Mais...](#)

The World Bank's senior director for Knowledge Administration for Latin America and the Caribbean, David Gray,

FOME ZERO

Rede Governo
O Estado mais próximo do cidadão

Solução desenvolvida pelo Serpro

Compatível com:
Internet Explorer 5.0+
Netscape 6.0+

BRASIL.GOV

Ministério do Planejamento

Noticias

Mês: Ano:

Noticia	Data
Cresce interesse pelo software livre	27/06/2003
Empresas podem aderir ao Refis pela Internet	27/06/2003
Transformação digital é discutida em seminário no Rio	27/06/2003
STJ decide que provedor de internet não paga ICMS	26/06/2003
Ministro anuncia sistema brasileiro de TV digital	26/06/2003
Fapesp seleciona projetos de internet avançada	26/06/2003
Internet na América Latina e no Caribe é tema de conferência no Rio	26/06/2003
Diário Oficial será reformulado pela primeira vez em 100 anos	25/06/2003
Modelo de TV digital entra em consulta pública	25/06/2003
Serpro terá fábrica de sítios para o governo	25/06/2003
Trabalhador tem diversas opções para a inscrição no INSS	25/06/2003
Cade lança Portal da Concorrência	23/06/2003
Consolidação do software livre avança no governo	23/06/2003
MDIC e MEC fecham parceria para treinar professores dos Cefets	23/06/2003
Primeiro Juizado Especial Virtual é implantado no DF	23/06/2003
Embrapa lança livro virtual sobre introdução de pragas	23/06/2003
Série de eventos transforma Rio na capital mundial da sociedade da informação	23/06/2003
MCT recebe diretor de programas internacionais da Intel	18/06/2003

FOME ZERO

Rede Governo
O Estado mais próximo do cidadão

Solução desenvolvida pelo Serpro

Compatível com:
Internet Explorer 5.0+
Netscape 6.0+

ANEXO 1 (continuação)

Estrutura do sítio Governo Eletrônico

[Página Inicial](#)

[Cadastre-se](#)

[Comitê Executivo](#)

[Composição](#)

[Grupo de Assessoramento Técnico](#)

[Grupos de Trabalho](#)

[Implantação da Rede Br@sil.gov](#)

[Informações Estratégicas](#)

[Normas e Padrões para Prestação de Serviços](#)

[Universalização do Acesso à Internet](#)

[Universalização dos Serviços](#)

[Plano de Metas](#)

[Consulta Pública](#)

[Documentos de Referência](#)

[Edições e-gov](#)

[Apresentações](#)

[Cartilhas](#)

[Folders](#)

[Manuais](#)

[Encontros e Eventos](#)

[Fale Conosco](#)

[Fórum de Discussão](#)

[Histórico](#)

[Legislação](#)

[Links Interessantes](#)

[Internacionais](#)

[Nacionais](#)

[Planejamento](#)

[Notícias](#)

[Perguntas Mais Frequentes](#)

[Condições para Uso do Site](#)

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Luiz. Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Dissertação de Mestrado NPGA/UFBA* [online] Salvador: Jorge Calmon Filho, 2000 [citado 21 Maio 2003]. Disponível na World Wide Web: <http://www.adm.ufba.br/teses/ZIP%20TESE/disserta_luiz_akutsu.zip>.

ARAÚJO, Eratóstenes Edson Ramalho de. “Oportunidades e desafios para o desenvolvimento de uma indústria de software nacional”. In: *Ciência e Cultura*, Ano 55, número 2, abril/maio/junho de 2003, pp. 42-45.

BARROS, Fábio. “Governo Federal: um usuário peso pesado”. In: *Computerworld*, n.322, jun. 2000.

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. Trad. De Heloysa de Lima Dantas (do original *The Coming of the Post-Industrial Society*, 1973). São Paulo: Cultrix, 1977. 540 p.

BITTENCOURT FILHO, Jorge Calmon Moniz de. A Economia da Informação e os serviços públicos digitais na Internet. *Dissertação de Mestrado NPGA/UFBA* [online] Salvador: Jorge Calmon Filho, 2000 [citado 21 Maio 2003]. Disponível na World Wide Web: <http://www.adm.ufba.br/teses/ZIP%20TESE/disserta_jorge_calmon_filho.zip>.

BNDES. “E-Governo no Brasil”. Estudo da Secretaria para Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: BNDES, 2001.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: Ministério do Planejamento, 1995. Disponível na World Wide Web: <http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/plano_diretor/portugues.htm>. Acesso em 29/06/2003.

_____. Proposta de Política de Governo Eletrônico. Brasília: GT Novas Formas Eletrônicas de Interação, 20/09/2000. Disponível na World Wide Web: <http://www.governoeletronico.e.gov.br/arquivos/proposta_de_politica_de_governo_eletronico.pdf> Acesso em 05/12/2002.

_____. “2 Anos de Governo Eletrônico: Balanço de Realizações e Desafios Futuros”. Brasília: Comitê Executivo do Governo Eletrônico, 2002.

_____. “Governo Eletrônico - Perguntas mais Frequentes”. Sítio do Comitê Executivo do Governo Eletrônico (<http://www.governoeletronico.e.gov.br/perguntas.asp>). Acesso em 23/09/2002.

BREMAEKER, François E. J. de. **A informatização na administração municipal**. Rio de Janeiro, IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2001. 15p. (Estudos especiais, 22).

BROCKMAN, John. **Digerati: encontros com a elite digital**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BUENO, Wilson da Costa. "Jornalismo Científico, lobby e poder". In: Revista Parcerias Estratégicas, nº 13, Dezembro/2001, Brasília: Centro de Estudos Estratégicos/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1)

CHADWICK, Andrew. "What is E-Government?... in a thousand words". Artigo online (<http://www.rhul.ac.uk/SocioPolitical-Science/e-governance/WhatIsEgov.htm>). Acesso em 20/09/2002.

DUTTA, Soumitra; LANVIN, Bruno; PAUA, Fiona. **The Global Information Technology Report 2001-2002: Readiness for the Networked World**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DEUZE, Mark. "Online Journalism: Modelling the First Generation of News Media on the World Wide Web". In: First Monday, volume 6, number 10 (October 2001) [citado 21 Maio 2003]. Disponível na World Wide Web: http://firstmonday.org/issues/issue6_10/deuze/index.html

DINIZ, Eduardo. "Governo Digital". Eduardo Diniz, 2002. Disponível na World Wide Web: <<http://www.governoeletronico.e.gov.br>>.

DIZARD Jr, Wilson P. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

DOWBOR, Ladislau. "Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação" In: Ladislau Dowbor - Artigos Online (<http://www.ppbr.com/ld/tecnconhec.shtml>). Acesso em 23/09/2002.

DUARTE, Fábio. "Construindo democracias no território digital". Disponível na World Wide Web: <http://wawrwat.iar.unicamp.br/textos/texto19.htm>. Acesso em 28/07/2003.

DYSON, Esther. "O governo eletrônico será uma realidade". In: Release 3.0 – 24/08/2000 (<http://www.uol.com.br/internet/colunas/dyson/>). Acesso em 14/12/00.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ENDER, Antônio Marcos. "Governo eletrônico: a Internet como ferramenta de gestão dos serviços públicos". In: READ [online], abril, 2000, 11 págs.

EVANGELISTA, Fernando. "Jornalismo científico e interesse público". In: Observatório da Imprensa, 31/07/2002 (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/ofjor/ofc310720021.htm>). Acesso em 21/09/2002.

_____, Fernando. “Novo desafio do jornalismo científico”. In: Observatório da Imprensa, 11/09/2002 (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub110920022.htm>). Acesso em 21/09/2002.

FIRJAN. “Desburocratização Eletrônica nos Estados Brasileiros”. FIRJAN/Instituto Euvaldo Lodi. Rio de Janeiro: 2002

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ci. Inf.* [online]. maio/ago. 1999, vol.28, no.2 [citado 21 Maio 2003], p.146-154. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1965.

FOUNTAIN, Jane E. Building the Virtual State: Information Technology and Institutional Change. New York: The Brookings Institution, 2001.

FRANCO, Marcelo A. **Ensaio sobre as tecnologias da inteligência**. Campinas: Papyrus, 1997.

HERNON, Mike. Entrevista: “With Liberty and E-Gov for All”. In: CIO Magazine, November 1, 2000 (http://www.cio.com/archive/110100_expert.html). Acesso em 10/12/00.

HOESCHL, Hugo C. (org.) **Introdução ao governo eletrônico**. Florianópolis: ed. do autor, 2003 (e-book disponível em <http://www.phoenix-library.org/index.php?page=search&ref=7022>)

IBGE. **Perfil dos Municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999**. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 2001. 121p.

_____. “O retrato do Brasil na virada do milênio”. Notícia publicada no site do IBGE em 14/12/00 (<http://www.ibge.gov.br/ibge/presidencia/noticias/14122000.shtm>) . Acesso em 14/12/00.

INTERLEGIS. “Conheça o Interlegis” [on line]. Disponível na World Wide Web: <http://www.interlegis.gov.br/conheca_interlegis>. Acesso em 26/06/2003.

JARDIM, José Maria. “Capacidade governativa, informação e governo eletrônico”. In: DataGramZero – Revista de Ciência da Informação – v.1 n.5 out/00.

KABLENET. “There's an awful lot of e-tax in Brazil” . In: KableNET.com – E-government news. 29/11/00. (<http://www.kablenet.com/Kable.nsf/BetterSearchView/6BC474E1FEB1B7C8802569A60054038D?OpenDocument>). Acesso em 10/12/00

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIMA, Lara Viviane Silva de. Jornalismo de precisão e jornalismo científico: estudo da aplicabilidade. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGEP/UFSC, 2000.

MASI, Domenico De (org.). **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

MEADOWS, Arthur J. "Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica". In: MUELLER, Suzana P. M., PASSOS, Edilenice J. L. (org.). **Comunicação Científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação Universidade de Brasília, 2000. pp. 23-33.

NASSIF, Luís. "A Revolução do Governo Eletrônico". In: Folha de S. Paulo, 09/11/2000, p. B3.

_____. "Governo Eletrônico e a Reforma do Estado". In: Folha de S. Paulo, 20/09/2002, p. B3.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995

SERPRO. "Cidadania na Rede". *Revista Tema* [online]. outubro 2002, vol.28, no.163 [citado 23 Abril 2003]. p. 21. Disponível na World Wide Web: <http://www.serpro.gov.br/publicacoes/tema/163/tema_163.pdf> .

SILVA, Mônica Corrêa da. **Voto Eletrônico: É mais seguro votar assim?** Florianópolis: Insular, 2002.

SILVESTRE, Fábio André Chedid. Governo on line como pressuposto do exercício da cidadania. In: HOESCHL, Hugo, BUENO, Tania e SANTOS, Marcilio (org.). **Tecnologia da Informação Jurídica**. Florianópolis: ed. do autor, 2000 (*e-book* disponível em <http://www.rocket-library.com/stream.asp?keywords=jur%EDdica>)

SOCINFO. Rede Governo – 1º Seminário Governo na Internet – Síntese das Exposições e Debates – 18/04/00. http://www.socinfo.org.br/noticias/not_relata.htm, acesso em 12/12/00.

SPECK, Bruno Wilhelm (org.). **Caminhos da Transparência**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002 (516 pp.)

TAKAHASHI, Tadao (org.). Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNDPEPA-ASPA. Benchmarking E-government: a Global Perspective. New York: ONU, 2001.

WILLECKE, Robert. "E-governo no Brasil: perspectivas e desafios para o exercício da cidadania". Florianópolis: PPGEP/UFSC, 2000.

_____. "Governo eletrônico e controle social no Brasil". Florianópolis: PPGEP/UFSC, 2000.

_____. "Divulgação científica sobre governo eletrônico". Florianópolis: PPGEP/UFSC, 2001.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Information Technology Report 2002-2003 - Readiness for the Networked World. Davos: WEF, 2003